

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A IDEOLOGIA DO PROFESSOR ESTADUAL DO RIO
GRANDE DO SUL FACE AOS SEUS MOVIMENTOS
GREVISTAS DE 1979 E DE 1980,

ALZIRA FORTINI ALBANO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRE -
SENTADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍ -
TULO DE MESTRE EM EDUCAÇÃO -
CONCENTRAÇÃO ENSINO.

PORTO ALEGRE - JUNHO DE 1983.

BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UFRGS

PROFESSOR ORIENTADOR

NILTON BUENO FISCHER

Ph.D. em Educação pela
Universidade de Stanford/USA
Professor Adjunto do
Departamento de Estudos Básicos
da Faculdade de Educação - UFRGS

"Na sociedade capitalista, a recuperação das tradições de lutas sociais e políticas das classes subalternas é, como se sabe, uma condição para que elas possam se libertar do seu passado e, utilizando-se da arma crítica da reflexão, dimensionar o presente e projetar o futuro." (Moisés, 1978, p. 18)

Para

Juliana Albano Schubsky

S U M Á R I O

	PÁG.
RESUMO	9
ABSTRACT	13
I - INTRODUÇÃO	15
II - CORPO TEÓRICO	17
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE IDEOLOGIA....	17
2. IDEOLOGIA E ESTRUTURA SOCIAL	26
3. O PROFESSOR E A SOCIEDADE	38
3.1. O PROFESSOR E A ESTRUTURA DE CLASSES	39
3.2. O PROFESSOR E SUA POSIÇÃO NA ESFERA POLÍTI CA E IDEOLÓGIA	45
4. DELIMITAÇÃO DE UM CONCEITO OPERATÓRIO DE IDEO- LOGIA	56
4.1. O CONCEITO	57
4.2. AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	59
5. QUADRO EMPÍRICO DE ANÁLISE	66
6. INDICADORES DE ANÁLISE	70
6.1. CONSCIÊNCIA E PRÁTICA POLÍTICA DOS GRUPOS DISSIDENTES	70
6.2. CONSCIÊNCIA E PRÁTICA POLÍTICA DOS COMAN- DOS DE GREVE	71
6.3. CONSCIÊNCIA E PRÁTICA POLÍTICA DAS BASES.	72

	PÁG.
III - CORPO PRÁTICO	73
1. INTRODUÇÃO	73
2. EXPLICITAÇÃO METODOLÓGICA	76
3. CONSCIÊNCIA E PRÁTICA POLÍTICA DOS GRUPOS DISSIDENTES	80
3.1. A HISTÓRIA DOS GRUPOS	80
3.2. DEFINIÇÃO DO Opositor	84
3.3. A DIVISÃO HIERÁRQUICA DO PODER NAS GREVES E A REPRESENTATIVIDADE DAS LIDERANÇAS...	86
3.4. CONQUISTAS E PERDAS GREVISTAS	88
3.5. DEFINIÇÃO DE UM PROGRAMA MÁXIMO	89
3.6. A FORÇA POLÍTICA DO PROFESSOR E A PERS - PECTIVA DO MOVIMENTO DO PROFESSOR	91
3.7. ENVOLVIMENTO CONCRETO NAS GREVES	93
4. CONSCIÊNCIA E PRÁTICA POLÍTICA DOS COMANDOS GREVISTAS	96
4.1. CONTRADIÇÕES GERADORAS E ECLOSÃO DOS MOVIMENTOS	96
4.2. DEFINIÇÃO DO Opositor	98
4.3. DIVISÃO HIERÁRQUICA DE PODER E REPRESEN - TATIVIDADE DAS LIDERANÇAS	99
4.4. CONQUISTAS E PERDAS GREVISTAS	101
4.5. A FORÇA POLÍTICA DO PROFESSOR E A PERSPECTIVA DO MOVIMENTO DOS PROFESSORES	103
4.6. OPINIÃO SOBRE OS GRUPOS DISSIDENTES	105
4.7. ENVOLVIMENTO CONCRETO NAS GREVES E PARTI - CIPAÇÃO POLÍTICA	106

	PÁG.
5. CONSCIÊNCIA E PRÁTICA POLÍTICA E PROFISSIONAL DAS BASES GREVISTAS	108
5.1 . INTRODUÇÃO	108
5.2. CONTRADIÇÕES GERADORAS	108
5.3. CONHECIMENTO DAS GREVES E REAÇÃO	109
5.4. DEFINIÇÃO DO Opositor	112
5.5. DEFINIÇÃO DE UM PROGRAMA MÁXIMO	113
5.6. DIVISÃO HIERÁRQUICA DE PODER E REPRESENTATIVIDADE DOS COMANDOS	115
5.7. CONQUISTAS E PERDAS	117
5.8. FORÇA POLÍTICA DO PROFESSOR E A PERSPECTIVA DO MOVIMENTO DOS PROFESSORES	118
5.9. ENVOLVIMENTO CONCRETO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO GRUPO	120
5.10. PRÁTICA PROFISSIONAL	121
IV - CONCLUSÕES	126
1. PRIMEIRA LEITURA	127
1.1. GRUPOS DISSIDENTES	127
1.2. COMANDOS DE GREVE	130
1.3. BASES GREVISTAS	133
1.4. SÍNTESE CONCLUSIVA	135
2. SEGUNDA LEITURA	150
2.1. SÍNTESE CONCLUSIVA	155

	PÁG.
V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166
VI - ANEXOS	169
ANEXO I - DISPARIDADE ENTRE REAJUSTES SALARIAIS E O CUSTO DE VIDA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS (1957 - 1977)	170
ANEXO II - EVOLUÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE ASSOCIADOS DO CPERS	171
ANEXO III - EVOLUÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE ASSOCIADOS DO CPERS	172

RESUMO

O objetivo deste estudo é compreender melhor a ideologia da categoria ocupacional do professor estadual nos momentos de conflito grevista de 1979 e 1980.

O enfoque metodológico adequado foi do tipo descritivo, exploratório e qualitativo, tendo sido escolhido grupos de professores dentro da cidade de Porto Alegre para a realização de entrevistas abertas. Os grupos acima a que me refiro são: Bases grevistas: 1 - entrevistas feitas em uma escola tida como a mais participativa nas duas greves; 2 - entrevistas feitas em outra escola tida como a menos participativa também nas duas greves, ambas em termos de percentual de adesão de professores por escola, respectivamente 100% e 30% de adesão cada uma; 3 - a SEC. Dissidências: professores que representam três grupos dissidentes ao órgão representativo da categoria estudada - CPERS. Comandos: professores representativo dos dois comandos das greves de 1979 e 1980.

O critério adotado, para os grupos 1, 2 e 3, pois que juntos foram as bases grevistas, é o grau de participação e envolvimento nas greves. As bases grevistas contaram com a amostra de 11 professores entrevistados; os comandos com uma amostra de 4 professores entrevistados e as dissidências com 3 professores entrevistados, totalizando a amostra da pesquisa realizada num total de 19 entrevistas abertas.

1 - A fonte deste dado foi dada pelo CPERS.

Na busca do desvandamento do imaginário ideológico do professor estudado percebi que há vários níveis de ideologia ou concepção de mundo que vão desde uma consciência fragmentada até uma consciência crítica.

A percepção de todos estes níveis de ideologia convivendo ao mesmo tempo em uma mesma categoria social fornece a visualização de um quadro diagramático² indicador da realidade do imaginário do professor estadual encontrado na atualidade de sua forma de percepção de mundo.

Desta maneira identifico a existência de dois grande grupos de professores: professores que possuem uma ideologia coerente com sua prática e professores que não possuem esta coerência, isto é há desarticulação entre sua forma de pensar e agir.

No primeiro grupo estão aqueles professores que têm uma concepção de mundo Igual ou Acrítica em relação à ideologia dominante e também aqueles professores que têm uma concepção de mundo Diferente ou Crítica em relação à ideologia dominante.

No segundo grupo a que me refiro acima estão aqueles professores que têm uma teoria ou fundamentação teórica incoerente com sua prática participativa. Identifico este grupo como tendo uma concepção de mundo Mosaica ou Fragmentada, apresentando ora uma ação mais progressista e avançada daquela que seu próprio imaginário ideológico permite, ora uma ação mais retrograda em relação ao seu imaginário ideológico.

2 - Este quadro pode ser observado na primeira leitura das conclusões deste estudo.

Nas conclusões deste estudo avanço um pouco os objetivos colocados no início e verso sobre a perspectiva da ideologia do professor no Movimento dos Professores (M.P.).

Conforme pude observar a categoria ocupacional com e apesar do quadro de sua ideologia colocado acima começa a adquirir, em um primeiro momento, uma identidade constituída a um nível mais retórico, porém caminhando no sentido de organizar-se sua identidade de categoria social dentro da estrutura social histórica em que se encontra como um todo, e em especial em relação à posição que ocupa na relação entre capital e trabalho.

A tendência ou a perspectiva futura da ideologia do professor dependerá, portanto, da forma como o professor ou a categoria orientará a constituição de sua organização na relação concreta entre capital e trabalho como também dependerá do quadro conjuntural que a classe média vier a ocupar na sociedade brasileira.

Atualmente a classe média ou pequena burguesia e com ela o professor sofre uma constante oscilação econômica para o lado da classe trabalhadora. Este balanceamento sugere conflitos, mudanças de pensamento e de atitudes que estão analisadas ao longo deste estudo.

A recomendação que faço para futuros trabalhos sobre ideologia de qualquer categoria social é estender este mesmo tipo de pesquisa que fiz para outras áreas ou zonas constitutivas da personalidade dos grupos, categorias ou classes sociais.

Sugiro também que este tipo de pesquisa não se limite ao âmbito político conflitivo, como por exemplo as greves e outros momentos de tensão social, mas a um âmbito do cotidiano do trabalhador, aprofundando outras zonas extremamente importantes e constitutivas do imaginário ideológico deste trabalhador como por exemplo a cultural, a religiosa

ou mitológica, a de lazer, a profissional, a psicológica, etc.

Em especial para a categoria ocupacional do professor a recomendação que faço é a realização do mesmo tipo de estudo que sugiro acima, porém acrescida de uma pesquisa-ação na área da prática pedagógica do cotidiano deste professor. Não é impossível que se constate que o professor tenha consciência social ou política se sua prática pedagógica e sua metodologia na sala de aula seja autoritária e retrógrada, não estabelecendo uma troca de vida e de conhecimento autêntica e coerente no próprio exercício de seu trabalho, dentro de uma perspectiva filosófica de transformação social.

Sugiro também pesquisas na área da história dos movimentos reivindicatórios desenvolvidos pela categoria do professor ao longo dos anos integrados à história econômica e política da sociedade brasileira, numa tentativa de resgatar a memória das lutas da categoria.

Finalmente, recomendo estudos não só da história evolutiva do órgão representativo dos professores, o CPERS, como também um estudo sob um ponto de vista político de sua organização, do desenvolvimento dos trabalhos que aciona, da forma de participação da categoria nas decisões da entidade, etc., que precisam ser pensados e repensados para que a categoria venha, através de sua entidade, adquirir uma prática coerente com seus desejos e metas.

ABSTRACT

The purpose of this study is to understand the ideology of the state teacher occupational category in the two strikes conflicts of 1979 and 1980 in the state of Rio Grande do Sul.

The methodology used was descriptive, exploratory and qualitative.

Three groups of teachers were chosen to be interviewed in the city of Porto Alegre, capital of the state. These groups are: 1 - strike bases - a-interviews made in a school knew as the most participate in the two strikes; b - interviews made in other school knew as the least participative in the same two strikes - both schools were chosen in terms of the percentual of enrolment of teacher by school, respectively 100% and 30% each one^{*}; c - interviews made in the Estadual Secretary of Education and Culture of Rio Grande do Sul. 2 - Strike comates interviews made with representative teachers of the comates of the strikes. 3 - Strike dissidences - interviews made with representative teachers of the three dissident groups to the representative entity of this category - CPERS/RS.

The criterion used to analyse the strike bases was the grade of enrolment of each teacher in the strikes. The total number of teachers interviewed in this study was 19 teachers.

In the first lecture of the conclusion of this study, I observed that are different levels of ideology or conception of world and that they can go from a fragmented conscience to a critic and politic conscience.

* These data comes from the representative entity of the category - "CPERS/RS".

In the second lecture, I concluded that this occupational category starts to acquire a non retoric identity and also starts to organise itself as a category in the social and historic structure and in special in the relation between work and capital.

The recomendation that I do to future works or studies is to extend the same kind of research done here to other constitutive areas of the ideologic imaginary of the workman: as cultural, relegious or mithologic, leisure, professional and psicological area of the daily life of the workman considered.

Specially to the teacher the recomendation is the same kind of research, but in the area of the pedagogic practice of the daily life of the teacher in the classroom.

I also sugest studies about the history of the teacher social moviments considering the social and economic history of the brasilian society.

Finally I recomend studies about the evolutive history of the representative entiTy of the cathegory of the teachers - CPERS - and other studies about its political structure, and organization...

I - INTRODUÇÃO

Este estudo surgiu como consequência de uma necessidade despertada em mim, por ocasião da eclosão das greves de 1979 e 1980 dos professores estaduais gaúchos, de conhecer melhor o comportamento e pensamento destes professores.

Acredito que estes movimentos grevistas foram surpresa para muitas categorias e até classes sociais. Realizados no início de um período de distensão e desafiando as leis de greve, os professores colocaram a público sua realidade de classe há muito encoberta.

Desta maneira, penso que se processa com esta categoria o início de uma busca de identidade individual e social, uma busca mais intensa de seus direitos e de suas possibilidades sociais, políticas e até pedagógicas.

A categoria, desta forma agindo, desencadeia um processo ou um movimento de ação política, traçando tendências e perspectivas próprias nas relações de força que interagem na Sociedade Civil e, mais especificamente no seu caso, com o Estado.

A captação da forma como os professores viveram e pensaram as greves organizada em um conjunto de idéias mais ou menos corrente com sua verdade é o objetivo deste trabalho.

A fim de que eu conseguisse alcançar este objetivo, muni-me de um referencial teórico sobre ideologia que me fornecesse condições de fazer a observação e conseqüentemente a captação de sua própria ideologia ou imaginário.

Pretendi observar a categoria tendo como ponto de vista a perspectiva do próprio professor, para tanto esco-

1hi três ôticas ou perspectivas distintas, conforme era a posição que o professor ocupava em relação às greves: 1 - consciência e prática política dos grupos dissidentes; 2 - consciência e prática política dos comandos e, finalmente 3 - das bases grevistas.

Meu trabalho não termina nestas três perspectivas ideológicas. Coloco nas suas conclusões, que é composta de uma Primeira Leitura e uma Segunda Leitura, dois níveis de percepção da realidade desta categoria ocupacional. A primeira manifestando aspectos mais imediatos de sua concepção de mundo face às greves e a segunda projetando para um futuro, a curto e a médio prazo, as perspectivas políticas não sô dos três grupos analisados como também a perspectiva política do Movimento dos Professores em sua relação com as forças sociais em luta na sociedade de classes.

II - CORPO TEÓRICO

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE IDEOLOGIA

A noção do conceito de ideologia, por mais recente que possa parecer, possui uma história evolutiva própria. Se olharmos, não muito longe na história do homem, notaremos que, revestida de outros nomes, ela sempre apareceu e possui um lugar mais ou menos definido na reflexão filosófica, conforme os corpos teóricos explicativos de cada época.

Neste capítulo tentarei descrever os conceitos que esta palavra foi adquirindo ao longo do tempo. Faço propositadamente um corte histórico a partir do iluminismo. Assim procedendo, trago as noções de Bacon sobre o assunto e sigo com as noções de Marx, Engels e Althusser. Meu objetivo neste capítulo inicial é apenas situar a ideologia enquanto uma problemática contemporânea, para, mais adiante no segundo capítulo, aprofundá-la em sua atualidade, onde aí sim, tentarei especificar os seus vínculos com o Estado moderno e sua respectiva estrutura social.

No iluminismo, ou na elaboração teórica de uma nova razão necessária historicamente pela transição da matriz feudal ao capitalismo, a noção de ideologia aparece sob uma forma difusa, uma vez que a problemática essencial desta corrente é a relação entre razão e não razão. É nesta relação que o homem, em sua atitude filosófica, tenta libertar-se de tudo aquilo que o impeça de refletir lucidamente.

Este esforço de compreensão mais racional do comportamento humano é justificado pelos impulsos que a história vinha sofrendo já no final do século XVII, pois mesmo antes dele, vinham acontecendo muitas transformações: descobrimento do novo mundo, inovações na imprensa, evolução das ciências naturais, etc... e que estavam a exigir uma reflexão de caráter mais filosófico, isto é, explicativo e racional

do que justificativo e mistificador da ordem terrena.

Uma vez que se iniciara um processo de reestruturação da ordem terrena pelo surgimento e evolução do mercantilismo e da divina pela necessidade histórica do homem voltar-se a si mesmo, uma nova forma de compreender o mundo começa a esboçar-se mais sistematicamente.

Parcialmente dominada a natureza, o homem começa a investir na sociedade e a razão é o instrumento mais confiável que lhe dará desenvoltura e domínio.

Bacon (1960)¹ tenta fazer uma síntese da problemática iluminista, criando quatro categorias os "ídola" ou ídolos² que segundo ele, poderiam estar afastando a razão da verdade.

É útil colocar que para Bacon a superação destes ídolos é o caminho para a razão, excluindo assim a permanência ou existência da não razão. Aqui o homem pode desvencilhar-se do outro uma vez que este não é essencial à sua razão. Partindo de um mundo contraditório onde coexistem a verdade e a mentira, sai-se das trevas e chega-se à luz.

Apesar deste autor ser um marco importante para aqueles que pensam a ideologia, será desnecessário dizer que sua idealização é ela própria uma ideologia, tendo, porém, efeitos de contribuição tanto no funcionalismo e no positivismo, como também no hegelianismo que Marx irá mais tarde superar.

Ideologia, então, compreenderia neste momento histórico do iluminismo, o terreno do pensamento onde não reinasse a razão, conforme coloca Coimbra (1980)³:

"Ideologia, nesta problemática comum ao iluminismo e ao positivismo engatinhante da Enciclopédia, passou a ser um termo para designar o lado espúrio da razão, normalmente associado a conotações

"violentas", "autoritárias", a "parte do pensamento onde se degladiavam paixões políticas, interesses espúrios, vontades incofessáveis, ou no máximo da avaliação positiva possível, uma utopia". (Coimbra, 1980, p. 22).

Caminhando um pouco mais na linha da história evolutiva deste conceito encontramos na "Ideologia Alemã" de Marx e Engels⁴ um início teórico. Início porque mais tarde Marx o retoma em outras obras suas como por exemplo em "O Capital".

Pode-se dizer resumidamente que o mérito da "Ideologia Alemã" é praticamente uma denúncia dos vínculos ideológicos que tanto os velhos como os novos hegelianos mantêm com o poder dominante em sua tarefa de conservá-lo e reproduzi-lo.⁵

"Os mais jovens encontraram uma expressão exata para qualificar sua atitude quando afirmam lutar unicamente contra uma "fraseologia", esquecem-se porém de que apenas lhe opõe uma nova fraseologia e de que não é lutando contra a fraseologia de um mundo que se luta contra o mundo que realmente existe. (Marx & Engels, 1965, p. 17).

O homem, segundo Marx e Engels, devem ser concebido em relação ao mundo real e não ao imaginário e isto significa a existência de indivíduos reais, de sua ação concreta e de suas condições materiais de existência sempre organizadamente vinculadas à produção e à forma de cooperação a qual sob o capitalismo está fundada sobre a propriedade privada e sobre a divisão social do trabalho geradora da divisão entre trabalho manual e intelectual.

Althusser⁶, na tentativa de ir mais adiante na constituição e crítica do conceito dirá que em a "Ideologia Alemã" os autores também confessam uma ideologia.

É porém, em torno dos "Manuscritos Econômicos e filosóficos"⁷ que Marx traça um paralelo entre ideologia e o conceito hegeliano de alienação, redefinindo-o em seu ponto de gravidade.

A essência do conceito hegeliano de alienação era de que este se constituia em uma categoria da consciên - cia enquanto para Marx constituia-se num atributo do real. Pa - ra os hegelianos conhecer era sempre alienar-se de si mesmo, porque o objeto era sempre exterior à consciência, para Marx porém o campo de alienação desviava seu centro do objeto e passava a ser o campo da história, onde a alienação ou cons - ciência alienada estaria estabelecendo uma relação de separa - ção entre o homem e sua essência, provocada fundamentalmente pela presença da propriedade privada. Caminhava-se, desta for - ma, de uma dialética da idéia para uma dialética que integras - se não só a idéia pensada (concreto pensado) como a própria realidade concreta da divisão social do trabalho.⁸

Para Marx⁹ o homem deixaria de ter uma relação alienada com o mundo se a propriedade privada fosse destituída. Findando com o trabalho alienado divorciado dos meios de produção, poderia também o homem então decidir sobre seu pró - prio destino e sobre suas produções artísticas, científicas, políticas, religiosas, culturais, pois estas não estariam mais minadas e viciadas na sua estrutura básica.

A ideologia, segundo Marx é, em "A ideologia Alemã", o conjunto de fantasmas, de quimeras, dos dogmas e das idéias que vem aninhar-se no intelecto do homem e atrapa - lhar seu livre curso e que não surgem de nenhum lugar extra - corpóreo ou ideal, mas de uma essencialidade que é traçada pe - la materialidade da produção e reprodução da vida historici - zada pela luta entre as classes sociais.

Assim, evoluindo na compreensão e delimitação do conceito, associa-se a ele a noção de falsa consciência , justificada historicamente na luta de classes como sendo o

conjunto imaginário que estaria formando a ilusão e que estaria sendo criado em função dos interesses da classe burguesa no seu movimento da universalização do particular, isto é, das particularidades e especificidades das outras classes sociais, onde o ponto central deste movimento seria a homogeneização com o objetivo central de esconder ou ocultar a dominação de classe da própria burguesia e transformar esta consciência em consciência de todos, garantindo-lhe a legitimidade e hegemonia política de consenso para o exercício do poder.

Mais tarde em sua obra Marx ampliará o âmbito do conceito, dizendo que as formas ideológicas são constituídas pelas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas. Desta forma, o conceito de alienação fundado principalmente no homem e na propriedade privada, sob a ótica do humanismo, evolui para o de ideologia fundado no modo de produção capitalista, caminhando para a evolução e criação de uma abordagem mais científica na tentativa de construir uma teoria da ideologia ou da superestrutura ideológica interessada nas relações que estabelece e pode vir a estabelecer com o mundo da produção ou da infraestrutura.

A referida evolução do conceito fornece condições de possibilidade e de continuidade a outros teóricos tais como Althusser e Gramsci que trabalham especificamente as formas e o tipo de relação que a ideologia trava com o estado e a sociedade civil.

Vai ser Althusser quem se julga em condições de propor uma sistematização que já vinha sendo iniciada desde Marx nos Manuscritos e na Ideologia Alemã e depois no Capital, por julgar que ainda a sistematização de uma teoria em geral da ideologia estava por se fazer:

"Assim creio-me autorizado, pelo menos presuntivamente, a propor uma teoria da ideologia em geral, no mesmo sentido em que Freud apresentou uma teoria do inconsciente em geral." (Althusser, 1975, p. 107) 10.

Partindo da teoria marxista clássica de Estado, Althusser coloca a necessidade de se distinguir o poder do Estado (e a sua detenção por ...) do Aparelho de Estado. O Aparelho de Estado compreenderia dois corpos: o corpo das instituições que representam o Aparelho Repressivo de Estado e o corpo das instituições que representariam o conjunto dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE).

O referido autor julga que as considerações sobre o plano econômico do "edifício social" da teoria marxista já estavam bastante elaboradas pelo próprio Marx e sobre o plano político também por Lenin e por Gramsci. Restava agora conhecer melhor o plano ideológico.

Na sua forma de conceber as coisas coloca o econômico como sendo sempre o determinante, e o político e o ideológico e o teórico cada um dos quais eventualmente podendo ocupar o papel de dominante, onde o esquema formal das instâncias articuladas com predomínio se revela, ao nível das formações sociais, ou sociedades concretas. Portanto, ao se falar em ideologia é necessário referi-la à noção de classes sociais e de suas práticas enquanto portadores de um modo de produção em uma formação social (sociedade) concreta e determinada.

As ideologias, segundo Althusser, são sistemas que possuem lógica e rigor próprios de representação imagens, mitos, idéias ou conceitos que existem e tem um papel histórico nas sociedades e sua função é, ao invés de esclarecer, ocultar, pôr véus na consciência, mascarar o real, fornecendo aos seus agentes uma representação orgânica, uma visão de mundo supostamente corrente da realidade que vivenciam.

Na sua tentativa de sistematização, fornece ao conceito esparso de ideologia de até então (quando este era tratado ao nível dos "discursos", das "representações", enfim da "consciência") um lugar no universo social e político, ocupando esta um espaço ao nível das instituições e dos Apare -

lhos de Estado.

A ideologia seria a representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência, pois é nesta representação imaginária que os Aparelhos Ideológicos de Estado atuam com o objetivo de obterem um resultado comum: a reprodução das relações de produção, isto é, nas palavras do autor citado, das relações de exploração capitalista, onde cada um destes Aparelhos (o Repressivo e o Ideológico)¹¹ concorre para este resultado único do modo que lhe é próprio.

Percebe-se, portanto, que desde o iluminismo o conceito de ideologia vem sofrendo alterações em seu conteúdo e que uma teoria em seu torno vem esboçando-se no sentido de tornar-se um corpo explicativo e sempre atual das formas de representação mental do homem.

N O T A S

1 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE IDEOLOGIA.

1. BACON, Francis. The New Organorum. New York, Books Merril, 1960.
2. Os quatro ídolos a que Bacon se refere são respectivamente: 1. Os ídolos da tribo; 2. Os ídolos da caverna; 3. Os ídolos do mercado, e 4. Os ídolos do teatro.
3. COIMBRA, Marcus Antônio. Estudantes e Ideologia no Brasil. Rio de Janeiro, Achimê, 1981.
4. MARX, Karl e ENGELS, Friederich. A Ideologia Alemã e outros Escritos. Seleção de Octávio Ianni. Rio, Zahar Editores, 1965.
5. Posso dizer que na "Ideologia Alemã" Marx e Engels ainda não elaboram uma teoria da ideologia e sim fazem a análise de uma determinada ideologia.
6. ALTHUSSER, Louis. Posições. Lisboa, Horizonte Humanitário, 1975.
7. MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844. London, Lawrence & Wishart, 1973.
8. Neste momento de definição teórica pode-se dizer que Marx faz um corte epistemológico.

9. MARX, Karl. Opus citatum.

10. ALTHUSSER, Louis. opus citatum.

11. O Aparelho Repressivo de Estado é constituído pelo Governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc ..., repressivos porque funcionam pela violência. O Aparelho Ideológico de Estado é constituído pelas seguintes instituições: aparelho religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, informação (imprensa, rádios, Tv, etc.), cultural, letras, belas-artes, desportos, etc... Althusser, opus cit.

2. IDEOLOGIA E ESTRUTURA SOCIAL

A noção de ideologia neste capítulo será tomada em sua extensão de atualidade, atendo-se desta forma, a noções formuladas no século XIX e XX. Retenho-me aqui mais especificamente à elaboração teórica sistematizada sobre o tema, abordando sua relação com o Estado e a Sociedade. Althusser (1975)¹ concebe a ideologia em sua função meramente reprodutiva, porém nos dá acréscimos e informações importantes a respeito dos mecanismos e canais, através dos quais o Estado para manter-se no poder. Porém Gramsci (1978)², baseando-se em noções marxistas e leninistas, é quem ressaltará a contra-função que a ideologia pode exercer no sentido de conquistar aos grupos sociais uma participação autônoma e independente nas esferas política, cultural e social; Chauí (1981)³ e Tragtemberg (1980)⁴ também versam neste capítulo a respeito da ideologia subjacente a forma de organização e cooperação das unidades de trabalho tanto ligadas à produção como ligadas aos serviços.

Madan Sarup (1981)⁵ faz algumas críticas à Althusser ao dizer que este tem uma visão passiva e determinista do homem, onde a história estaria modelando os indivíduos. Diz ele ainda que a própria prática filosófica de Althusser parece ter pouca relação com a prática da luta de classes. Porém, faz uma ressalva, diz que sua teoria tem o mérito de ter reformulado a questão de como o todo opera sobre as partes, denunciando os mecanismos de poder, repressão e ideológicos, inerentes ao sistema capitalista.

Na sua tentativa de aprimorar a sistematização a que se propôs sobre a teoria marxista de estado, Althusser resgata Gramsci e diz ser este o único teórico que avançou nesta via ao conceber o Estado não reduzido ao aparelho repressivo, mas compreendendo, segundo afirma, um número de instituições da sociedade civil - a igreja, a escola, os sindicamentos

tos, etc ... Porém, para Althusser, Gramsci ainda não teria formulado a sistematização necessária à teoria marxista.⁶

Assim, segundo Althusser, o Estado compreenderia dois corpos: o Aparelho Repressivo de Estado e o Aparelho Ideológico de Estado. Todos os Aparelhos de Estado funcionam ao mesmo tempo pela ideologia e pela repressão, porém enquanto o Aparelho Repressivo de Estado funciona de modo predominantemente por meio da repressão, os Aparelhos Ideológicos funcionam predominantemente pela ideologia.

Sabe-se que nenhuma classe pode deter o poder de Estado duradouramente sem exercer ao mesmo tempo a sua hegemonia sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, assim as classes dominantes devem exercer um contínuo trabalho de inculcação que faça coincidir as representações imaginárias das outras classes sociais com a sua própria representação, igualizando e impedindo, desta forma, que se coloque em questão a sua própria hegemonia e a sua capacidade de dirigente, assegurando assim a sua manutenção e reprodução não só política, mas também ideológica das relações de produção capitalistas, isto é, das relações entre capital e trabalho.

Coloca desta forma este autor, o papel da ideologia na estrutura social ou como prefere no "edifício social" (infraestrutura e superestrutura e suas várias instâncias e arranjos nas sociedades concretas). Parte, desta maneira, para uma definição mais consistente da formulação de sua teoria da ideologia em geral.

A sua clássica afirmação de que a ideologia é uma representação das relações imaginárias dos indivíduos de suas condições reais de existência, conduz, em seu desdobramento, a duas teses fundamentais constitutivas do conceito : tese 1: "a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência"; e 2. "a ideologia tem existência material".

Fixemo-nos, por enquanto na tese 1, e veremos que não são as suas condições de existência reais, o seu mundo real que os homens representam na ideologia, mas é sobretudo a sua relação com estas condições de existência é que é representada.

É esta relação, segundo o autor, que se encontra no centro de toda representação ideológica, imaginária desta relação que suporta toda "de formação imaginária" que se pode observar em qualquer ideologia.

Quanto à tese 2: "A ideologia tem existência material" é necessário colocar que as idéias aqui desaparecem enquanto tais dotadas de uma existência ideal e espiritual, pois percebe-se que sua existência está inscrita nos atos e nas práticas reguladas por rituais definidos, em última instância, por um Aparelho Ideológico que prescreve estas práticas materiais regulamentadas por um ritual material, as quais existem nos atos dos sujeitos, agindo com toda consciência segundo o seja sua crença.

Assim as idéias que um sujeito possui fazem com que ele haja segundo seus ditames, formando todo um comportamento derivado delas. Portanto, a realização de uma ideologia; a unidade das diferentes ideologias regionais: religiosa, moral, jurídica, política, estética, etc., estando assegurada por sua subordinação à ideologia dominante existe viabilizada por um Aparelho, na sua prática, constituindo-se numa existência material.

A crítica que posso fazer a Althusser (1975), complementando as já colocadas por Sarup (1981) e apoiando-me nos textos de Gramsci é a de que o referido autor atém-se, predominantemente, ao aspecto reprodutivo das condições de reprodução das relações de produção capitalistas.

Para Althusser, quando um indivíduo age em contradição com aquilo que crê é um inconseqüente, embora para

ele ninguém é mau voluntariamente, cínico ou perverso. Gramsci, porém, retoma esta "inconseqüência" e dá-lhe um enfoque mais social, encarando esta ambigüidade ao nível das contradições sociais que a gera, sob a ótica não da reprodução, mas da transformação das relações de produção capitalistas. O indivíduo, ou seu grupo possuem uma forma fragmentada de conceber o mundo, diz Gramsci, porque está neles presentes uma dupla ideologia, isto é, parte da ideologia dominante e parte de uma ideologia de resistência.

Esta possibilidade de olhar-se para a ideologia com esta dupla ótica foi, então, retomada por Gramsci, que embora tenha sido anterior a Althusser, avançou na formulação e na extensão da teoria marxista-leninista de Estado em seu aspecto mais profundamente dialético.

Gramsci (1978) levanta então a questão colocada acima, pois em relação à sociedade política (Estado) já existem vários conceitos e definições de ideologia, resta entendê-la, porém, em seu relacionamento com a Sociedade Civil (instituições sindicais, escolares, etc ...).

Esta relação entre a Sociedade Política e Sociedade Civil leva à constituição e formação de um Bloco Histórico, quer dizer, um arranjo do jogo de forças específicas das categorias ou classes sociais pertencentes a uma sociedade determinada.

Com o aprimoramento do conceito de Sociedade Civil, evidencia-se ainda mais na formulação teórica a nítida contradição entre as classes sociais de uma sociedade e, através da dialética materialista, a possibilidade de sua superação.

Dentro desta forma de conceber o todo social em sua constituição histórica específica: conjuntural e estrutural, Gramsci dedica-se mais detalhadamente aos aspectos conjunturais ou superestruturais, sendo por isto chamado de

"o teórico da superestrutura".

Seu trabalho no campo da ideologia dedica-se, em um primeiro momento, à compreensão mais profunda da constituição da concepção de mundo dos indivíduos, e num segundo momento, à ideologia e à forma como está relacionada com a política.

Partindo da idéia de que todos os homens são filósofos e que esta filosofia está contida na linguagem ou conjunto de noções e de conceitos determinados e não simplesmente nas palavras gramaticamente vazias de conteúdo, no senso comum e no bom senso, na religião popular, consequentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir, vai colocando sua teoria.

Portanto, todo e cada homem é um filósofo no sentido de que possui uma atividade intelectual própria, uma concepção de mundo peculiar à sua personalidade. Gramsci assim nos fornece o conceito de duas categorias que norteiam sua teoria: a da consciência crítica e coerente e a da consciência ocasional e desagregada.

"É preferível pensar sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, participar do mundo imposto mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais estão todos automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a esfera da atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?" (Gramsci, 1978, p. 12).

Na tentativa de definir os mecanismos da constituição da ideologia coloca ainda o autor que não existe uma

filosofia em geral, mas sim existem diversas filosofias ou concepções de mundo sobre as quais sempre se faz uma opção.

Porém, este ato de opção é um ato puramente intelectual ou é um fato um pouco mais complexo que pode estar até impregnado de contradições? Qual seria a verdadeira concepção de mundo, pergunta o autor, a que é firmada logicamente como um fato intelectual ou a que resulta da atividade real de cada um, e que está implícita na sua ação?

A coexistência de duas concepções de mundo: uma expressa em palavras e a outra na ação nem sempre se dá por mã fê. Este pode ser o caso de algum indivíduo considerado isoladamente, ou até de alguns grupos, mas não é o caso das manifestações das grandes massas.

O que está colocado acima significa que um grupo social que tem uma concepção própria do mundo, ainda que embrionária, e que se manifesta na ação como conjunto orgânico, pode também estar tomando emprestado de um outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha. Por este motivo é que é impossível separar a filosofia da política, porque a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são também elas, fatos políticos.

Na sua caminhada da definição do conceito de ideologia, este autor coloca que a ideologia decorre, portanto, de uma concepção de mundo, de toda uma filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma religião, em uma fê, isto é, que produziu uma atividade prática e uma vontade, nas quais esteja contida como premissa teórica implícita, que vem a ser a própria ideologia.

Todo o movimento de ação social coletiva e com uma ideologia implícita busca ou se propõe a buscar a unidade entre sua teoria e sua prática. Esta busca implica em

um processo de conquista para a unidade e coerência, percorrendo um caminho do fragmentado ao unitário.

Todos os movimentos sociais procuram manter sua hegemonia, isto é, sua direção e dominação ideológica. Esta hegemonia social só é atingida com os auxílios de intelectuais que têm por função histórica e política a formação da auto-consciência crítica dos grupos a que estão organicamente ligados.

Ainda Gramsci concebe os intelectuais orgânicos aos grupos e aos movimentos sociais convergindo para a noção de partido político moderno, pois, segundo ele, os partidos têm um significado singular no mundo moderno, na elaboração e na difusão das concepções de mundo. São eles que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas àquelas concepções, isto é, funcionam quase como "experimentadores históricos" de tais concepções.

Os partidos, nesta sua função, são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias: a pedra de toque da unificação entre teoria e prática, como processo histórico real com o auxílio dos intelectuais de uma forma não "laborista" e que reflita o interesse e a vontade das "massas" ou grupos ao qual eles estejam organicamente ligados na divisão social do trabalho, dando consciência e homogeneidade de compreensão não apenas no que diz respeito ao campo econômico, mas no social e no político.

Chauí (1981) centra suas atenções na área da filosofia política e também considera que é somente se levarmos em conta o advento do Estado Moderno é que poderemos compreender a função implícita e explícita da ideologia. Diz ela, apoiando-se nos teóricos já citados, que a ideologia vem a se constituir na tentativa de fazer com que o ponto de vista particular de uma classe que exerce a dominação apareça para todos os sujeitos sociais e políticos como universal e não como interesse particular específico.

Cabe a esta autora um trabalho de clarificação e precisão daquelas partes "lacunares", conforme ela mesma coloca, que preenchem o espaço vazio do discurso dominante e que contêm as diferenças e as contradições que este discurso, com o máximo de esforço, tenta omitir.

É também trabalho desta autora a atualização do referido conceito sob a perspectiva da evolução, rearticulação e recomposição dos mecanismos de poder no Estado capitalista avançado.

"A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o "aparecer" social, econômico, e político, de tal sorte que esta aparência (que não devemos tomar simplesmente como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento e a dissimulação do real. Fundamentalmente a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos "ensinam" a conhecer e agir. A sistematicidade e a coerência da ideologia nascem de uma determinação ideológica muito precisa: o discurso ideológico é aquele que se faz coincidir com as coisas, anula a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, e, desarte, engendra uma lógica de identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade, universalizando o particular, através de um discurso lacunar". (Chauí, 1981, p.3).

O discurso ideológico segundo Chauí, implica em si mesmo um caráter histórico e um caráter institucional de aceitação. Na passagem do que era instituinte à condição de discurso instituído ou "discurso do conhecimento". Aqui, assistimos a um movimento pelo qual a ideologia incorpora e consome novas idéias, desde que tenham perdido as amarras com o tempo originário de sua instituição, ficando fora do tempo. O discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro em qualquer lugar, porque perdeu

os laços como este lugar e o tempo de sua origem. Os interlocutores, bem como a forma e o conteúdo do discurso, confundem-se com a linguagem institucionalizada, permitida, aceita e autorizada. O lugar onde se processa (a região) e se realiza o discurso competente é o mesmo onde se realiza o fenômeno da burocratização suportada e aceita pelo "ratio" da Organização (com O maiúsculo).

Este processo de burocratização que se impõe "devora" toda a Sociedade Civil e se realiza graças à idéia de "Organização", tida como uma existência em si e para si, de uma racionalidade inerente ao social e que se manifesta sob formas variadas desde a esfera da produção material até a esfera da produção cultural.

Tragtemberg (1980) também contribui com trabalhos no plano da ideologia. Ele diz que na evolução das formas históricas de organização econômicas desde a forma de cooperação simples, à manufatura, até a forma industrial compreenderam formas de administração burocráticas que são, antes de mais nada, o exercício do poder por intermédio do quadro administrativo que atua como elemento mediador entre os que detêm o poder e a sociedade civil, especialmente os não proprietários e que têm como função primordial a reprodução do conjunto das relações sociais determinadas pelo sistema econômico dominante.

Desta forma, tanto Tragtemberg como Chauí entram em acordo, ao dizer que a ideologia, através de mecanismos de recomposição do poder dominante, via administração "racional" da divisão do trabalho, é um recurso que as classes dominantes têm, via Estado em sua forma de organização burocrática, para justamente ocultar e dissimular sua presença e dominação na Sociedade Civil.

A escola, lugar público onde se processa a educação, traz em sua estrutura e forma organizacional pontos de identificação básicos com esta noção que Chauí e

Tragtemberg apresentam: a qualificação e sujeição do aprendiz o que a torna orgânica ao mundo do trabalho e do capital.

Sendo a escola, desta maneira, historicamente determinada sua organização e funcionamento interno, assim como também o conjunto de escolas pertinentes a uma área geográfica, na qualidade de uma rede de ensino, carregam consigo os signos e os aspectos explicitados no parágrafo anterior e que as tornam orgânicas ao sistema econômico e político ao qual se vinculam conjunturalmente.

Assim, todo um sistema de ensino, como uma escola em separado, apresentam estruturas burocráticas, administrativas e técnicas que sirvam à reprodução do poder dominante tanto na sua função ideológica de dominação, como àquela ligada à produção formando e distribuindo a força qualificada do trabalho.

O sistema de ensino serve especificamente àquela função de organização que Chauí coloca - a de dar uma racionalidade justificadora da ação do cotidiano daquelas pessoas (professores, alunos, pais, etc.) que se ligam direta e indiretamente ao processo de ensino aprendizagem e à administração e orientação técnica deste dentro das escolas. Porém, esta racionalidade não pode ser filosófica, isto é, questionadora de si mesma. Este sistema de ensino com sua sede administrativa central (Secretarias de Educação) serve como cérebro que concentra e anula a racionalidade coerente das unidades (escolas) que justificam sua existência.

Assim, nas escolas, os setores administrativos funcionam como pequenas sedes acéfolas daquele poder central maior. Os setores técnicos das escolas, por sua vez, servem também à sua sede própria, reproduzindo sempre aquela racionalidade inquestionável.

Este trabalho centra-se naquele elemento sobre o qual versam tantas decisões e portarias: o professor regente de classe. Assim, estabelece-se dentro da própria escola, como dentro também da rede estadual de ensino, uma reedição da luta de classes da sociedade. A divisão do trabalho, de tarefas e de funções com o respectivo prestígio que a posição ocupa dentro da hierarquia burocrática da escola reproduz o conflito entre as classes sociais. Este conflito aparece mais acirrado entre os professores regentes de classe e aqueles que estão fora da classe, isto é, aqueles que supostamente os administram e os orientam na sua produção e na qualidade do seu trabalho, reforçando assim dentro da rede e da escola a divisão entre "trabalho manual"(classes) e intelectual (direção, orientação e secretaria de educação).

É sobre o professor regente de classe, que segundo a ótica dominante ocupa o lugar menos privilegiado na estrutura de poder da burocracia educacional, que este trabalho se dedica. Sobre ele que já recebe, ao entrar na escola, aquela racionalidade ideológica determinada, feita aos pacotes, e que malgrado o que dizem a seu respeito, é quem faz a educação neste país, seja da maneira que a faça que dedico este trabalho.

N O T A S

2 - IDEOLOGIA E ESTRUTURA SOCIAL

1. ALTHUSSER, Louis. Posições. Lisboa. Horizonte Humanitário, 1975.
2. GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
3. CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente. São Paulo, Ed. Moderna, 1981.
4. TRAGTEMBERG, Maurício. Burocracia e Ideologia. São Paulo, Editora Ática, 1980.
5. SARUP, Madan. Marxismo e Educação. Rio, Zahar, 1980.
6. Althusser ainda coloca que tanto Gramsci como os outros teóricos marxistas se ativeram principalmente à teorização de práticas históricas e não à teorização mais geral e sistemática.

3 - O PROFESSOR E A SOCIEDADE

A análise de uma categoria social em relação ao seu discurso ideológico requer a especificação de conceitos adequados que vinculem o professor, enquanto um elemento de classe média, à estrutura social como um todo.

Para que se possa proceder à conceituação de categoria será necessário colocar que o próprio conceito de classe social é, ainda hoje, um dos termos das ciências sociais sobre o qual existe várias divergências de interpretação. Este fato sugere que este campo teórico ainda está à mercê de futuras contribuições.

Não é, pois, objetivo deste estudo aprofundar-se nesta questão teórica sobre classes e categorias sociais, e sim selecionar alguns autores que forneçam indicadores satisfatórios de análise ao objetivo almejado.

Neste capítulo tentarei fazer, em duas partes, uma rápida exposição a respeito da situação específica de classe que o professor ocupa na esfera econômica e na esfera política e ideológica.

Na primeira parte do capítulo "o professor e a estrutura de classes" procuro colocar a delimitação teórica do conceito de classe social - mais especificamente de categoria - adotada neste estudo. Para que tal aconteça recorro a três autores que dedicaram boa parte de seus estudos às questões sobre a classe média: Poulantzas, Décio Saes e Wright Mills. Mais adiante apresento alguns dos poucos estudos realizados no Brasil sobre o professor público elaborados por Luiz Pereira, Aparecida J. Gouvea, Mascelani e, finalmente, um trabalho realizado por um grupo de estudos do CPERS (Centro dos Professores do Estado do RGS) órgão representativo da categoria estudada.

Na segunda parte deste capítulo intitulada "O professor e sua posição política e ideológica" faço também uma abordagem teórica inicial, trazendo as contribuições dos três autores já adotados na primeira parte, isto é, Poulantzas, Saes e Wright Mills e posteriormente coloco afirmações de autores brasileiros sobre a situação conjuntural e a atualidade ideológica do professor, dentro eles : Maria Nilde Mascelani, Miguel Arroyo, Vanilda Paiva e Silvia Manfredi.

3.1. O PROFESSOR E A ESTRUTURA DE CLASSES

Assim, faz-se necessária uma definição, ou melhor uma delimitação do conceito de classe para o professor, pelo menos no que diz respeito ao conteúdo do conceito que adotaremos neste trabalho.

Conforme apontado acima, o objetivo deste estudo não é discorrer sobre definições teóricas dos conceitos de classes sociais. Assim julguei suficiente considerar o professor público de 1º e 2º grau enquanto um elemento de classe média, pequena burguesia, ou ainda nova pequena burguesia, aceitando como sinônimos destas conceituações as palavras apresentadas por Poulantzas (1977)¹: "Colarinhos brancos" ou "terceários".

Poulantzas (1977) faz uma análise da pequena burguesia dividindo-a em duas partes: a pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia, acrescentando que a abordagem desta questão é hoje crucial tanto para as sociedades imperialistas como para as dependentes, pois vem sendo sobremaneira acentuado, ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista, o número de assalariados não produtivos, ou melhor, daquela nova parcela da população ou parcela de classe denominada "nova classe média", "colarinhos brancos", ou ainda "terceários".

Os professores públicos estaduais fazem parte desta nova classe média a que o autor se refere e é neste sentido que se orienta o enfoque desta análise, ao situar-se esta categoria em relação ao processo de produção (determinação) e em relação ao plano político e ideológico (posição), onde considera-se suas especificações e seus limites ideológicos.

Desta forma, aproveitando a afirmação do autor acima citado, encaminharei este capítulo no sentido de clarificar como o professor público estadual se define e se insere na estrutura de classes e como ele se define política e ideologicamente. Porém uma ressalva se torna importante: esta divisão entre determinação e posição é apenas um parâmetro para a análise e não deve ser considerada mecanicamente. A compreensão da situação de classe do professor e suas identidades ideológicas são situações dinâmicas, conforme poderá se observar no capítulo da análise da ideologia do professor face aos movimentos grevistas.

Os critérios econômicos, segundo este mesmo autor citado, não bastam para determinar e localizar as classes sociais de uma determinada sociedade, pois critérios políticos e ideológicos são indispensáveis para uma avaliação correta das mesmas. Ao definir as categorias sociais, afirma que seu papel principal está relacionado com os Aparelhos Ideológicos de Estado e que elas não são grupos à margem ou fora das classes sociais. As categorias não constituem em si mesmas classes², pois não desempenham um papel específico na produção, logo podem servir a interesses diferentes da classe a que seus membros pertençam. Assim, as categorias, por serem delimitadas principalmente pelo seu lugar nas relações políticas e ideológicas, podem assumir, segundo conjunturas concretas, um papel de forças "relativamente autônomas".

Necessário se faz travar conhecimento com a dinâmica das classes sociais, uma vez que não se pode analisar o comportamento e o pensamento de uma categoria so -

cial isoladamente, ou à margem dos outros grupos sociais. As classes não existem a priori, pois sua existência e condicionamento se expressa na luta entre as classes sociais.

Poulantzas (1977), Saes (1979)³ e Mills (1977)⁴ concordam ao afirmar dois pontos em relação à pequena burguesia: 1 - eliminação acelerada da pequena burguesia tradicional e extensão também acelerada da nova pequena burguesia; e 2 - reprodução dos seus elementos no que diz respeito à sujeição-qualificação e de sua distribuição.

Estes pontos devem ser observados com atenção no processo de mudança e redefinição das classes sociais na passagem do capitalismo competitivo ao estágio de capitalismo monopolista, pois é este processo que condiciona o desenvolvimento e a evolução histórica e conjuntural da nova pequena burguesia ou classe média.

Porém, neste processo de passagem citado acima, há que se considerar as especificidades inerentes não só aos países capitalistas desenvolvidos como aquelas que dizem respeito aos países capitalistas subdesenvolvidos ou "em desenvolvimento" do terceiro mundo. Coloca-se aqui a especificidade conjuntural a qual situa-se a nova pequena burguesia na estrutura de classes destes países.

Observa-se um crescente balanceamento para o pólo proletário das categorias pertencentes às classes médias nos países do terceiro mundo, principalmente no que diz respeito ao seu poder aquisitivo. Este aspecto deve-se a um constante rebaixamento dos salários como consequência de uma política ostensiva de concentração de renda garantida pelo controle de Estados autoritários. Talvez, seja importante frizar neste momento, que a pequena burguesia não vive um processo de proletarização em si mesmo, pois que este implicaria em mudanças mais profundas até em suas funções ocupacionais (trabalho produtivo ou não produtivo, trabalho manual e não manual) sobre os quais não valeria a pena discor

rer neste momento do trabalho, mas sim uma aproximação do proletariado no que diz respeito às suas condições objetivas de reprodução e de acesso aos bens de consumo.

É, portanto, suficiente considerarmos a categoria do professor público estadual de 1º e 2º graus do RGS como pertencente, conforme foi colocado acima, à nova classe média e compreendê-la dentro da conjuntura atual e concreta a qual ela se insere, isto é, integrando-a a uma determinada estrutura de classes pertencente a um tipo de capitalismo: o monopolista com efeitos evidenciados na sociedade brasileira, considerada em seu caráter de dependente em relação aos blocos hegemônicos imperialistas.

Luiz Pereira (1969)⁵ realizou estudo a respeito da categoria ocupacional do professor de 1º grau do Estado de São Paulo e traz algumas contribuições significativas.

Embora seu enfoque de análise possa ser questionado pelo cunho ideológico que o suporta, isto é, pela perspectiva de modernização que aborda, reconhece o magistério como "um setor das classes médias" pertencente a um sistema de estratificação sócio-econômica inclusiva e focaliza a sociedade brasileira como uma sociedade periférica que passou por um significativo estágio de transição: de uma etapa "pré-urbano-industrial", correspondente à I República, de estrutura social nucleada no suporte agrário-latifundiário bastante estamentizada (estável, e muito pouco diferenciada) para uma etapa urbano industrial que significava desestamentalização. Uma das características deste processo de transformação, salienta o autor, é a extensão e ampliação da classe média assalariada ou nova classe média.

O professorado, segundo Pereira, é um setor que resiste à plena integração no sistema de ocupações profissionais na configuração da vida consistente das classes urbano-industriais.

Fundamentando-se em Wright Mills classifica o professorado como pertencente às novas classes médias, cuja condição essencial é a de se constituírem em classes assalariadas. Esta condição é que os estaria igualando à situação dos trabalhadores manuais. Seu comportamento, portanto, evidencia atitudes etnocêntricas e discriminatórias em relação a estes trabalhadores, demonstrando o medo de uma ameaça crescente de proletarização. Estas atitudes aparecem ainda reforçadas pela visão de mundo tradicional ligada a uma etapa mais "pré-urbana industrial" do que a "urbano-industrial".

Pereira observa em sua pesquisa que quanto à sua condição de origem 80% dos pais e maridos das professoras ocupam atividades assalariadas e que 70% destes realizam atividades não manuais, o que as coloca em uma posição predominantemente de classe média. As mulheres professoras ocupam, desta forma, uma posição de "status reflexo" ou do pai ou do marido, pois se fosse considerado seu salário como fonte central de sobrevivência, esta situação alteraria-se completamente. Assim, o professor, não sendo proprietário dos meios de produção se vê obrigado a vender sua força de trabalho, transformando-a em mercadoria. Este é o estilo de vida possível e real dos professores.

Pereira conclui em sua pesquisa que as primeiras reivindicações dos professores por salário acima do mínimo e por maior prestígio ocupacional é um fenômeno que evidencia a sua falta de identificação com os trabalhadores manuais. De acordo com as respostas obtidas em sua pesquisa, conclui que os professores vêem como naturais as maiores remunerações dadas ao sexo masculino, o que revela um funcionamento da família em moldes patriarcais, matendo a mulher, em posição de subordinação dentro desta estrutura. Finalmente ainda prevê a evasão que o magistério poderia vir a sofrer, ao observar seus membros engajando-se na procura de outras atividades melhormente remuneradas.

Pereira fez sua pesquisa em 1956 e até agora

ocorreram algumas alterações na sociedade brasileira.

Mascelani (1978)⁶, por exemplo, já faz a afirmação de que os professores das escolas brasileiras procedentes de estratos médios e altos hoje são emergentes de estratos sócio-econômicos médios e baixos.

Gouvea (1971)⁷ também realizou pesquisa sobre o professor na qual incluiu o Estado do Rio Grande do Sul e constatou que neste Estado as origens sócio econômicas dos professores secundários se configura da seguinte maneira: média-alta: 21,5%, média-intermediária: 29,7%; média-inferior: 29,7%; e operária: 19,3%.

Constata ainda a autora que o Rio Grande do Sul é o Estado que possui, comparado a outros Estados Brasileiros, mais elementos com qualificação superior, aproximadamente três quartas partes do total de seus professores. Este fenômeno é explicado pela autora pela própria situação do mercado de trabalho com relação aos indivíduos de nível superior. Segundo ela, as constatações sugerem que não são os professores que procuram outras atividades suplementares, mas outros profissionais que encontram no magistério uma forma de disfarçar seu subemprego ou desemprego.

Mais especificamente em relação ao salário e ao poder aquisitivo da categoria ocupacional foi feito em 1977 um estudo pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS)⁸, órgão representativo da categoria, verificando a disparidade existente entre o reajuste do salário do magistério e o custo de vida em um período de 20 anos. (VER ANEXO I).

As conclusões a que o referido grupo chegou são as seguintes: 1 - o professor vem sendo sobrecarregado com múltiplas tarefas sem compensação salarial, conseqüentemente rebaixando o nível de ensino; 2 - o poder aquisitivo de seu salário vem decaindo devido ao crescente custo de

vida e; 3 - disparidades na legislação vem provocando um tratamento discriminatório do professor em relação aos funcionários públicos, pois dispositivos legais que favoreciam o professor não estão sendo cumpridos; e por último 4 - em face desse problemas e sentindo-se desestimulado, o professor se evade da função pública contribuindo para a enorme queda do rendimento escolar.

Desta maneira, como pode-se perceber ao longo da exposição acima, o professor estadual possui um lugar específico na esfera econômica ou na estrutura de classes. Ele não se define como uma classe social e sim como uma categoria social que integra a classe média ou a nova pequena burguesia.

As tendências de sua determinação na esfera a produção podem ser identificadas com as conclusões a que o grupo de trabalho do Centro de Professores do RS e melhor compreendidas se ligadas à situação conjuntural concretas que estes professores vivem atualmente.

3.2. O PROFESSOR E SUA POSIÇÃO NA ESFERA POLÍTICA E IDEOLÓGICA

Esta parte do capítulo, conforme o próprio título já diz, pretende levantar questões que digam respeito à identidade do professor, primeiro enquanto um elemento de classe média, portanto de caráter mais genérico, e segundo enquanto categoria social e ocupacional.

Na esfera ideológica Saes (1979)⁹, Wright Mills (1957)¹⁰ e Poulantzas (1977)¹¹ concordam em afirmar a respeito da rejeição que a nova classe média possui em relação à igualização sócio-econômica do trabalho manual e não manual, bem como a valorização acentuada que este grupo social nutre em relação às possibilidades de mobiliza -

ção social ascendente. Saes, porém faz questão de frizar que esta última não é privilégio da pequena burguesia e sim uma característica generalizada dos grupos sociais que vivem sob o regime capitalista.

Há ainda um outro traço ideológico constitutivo da identidade deste grupo: a extrema valorização do trabalho intelectual sobre o trabalho mental, o que gera em seus sistemas ideológicos uma atenção e concentração de energias para o que se refere principalmente à obtenção de prestígio social e sucesso profissional dentro desta lógica de valorização.

Ainda nesta mesma esfera ideológica, porém agora aproximando-se a lente da análise sociológica ao nível de categoria social este capítulo trata e traz conceitos atuais sobre a posição do professor sob os pontos de vista de autores como: Luiz Pereira, Maria Nilde Mascelani, Miguel Arroyo, Vanilda Paiva e Silvia Manfredi.

A parte final deste capítulo, porém, está reservada para uma rápida exposição sobre a posição ideológica da pequena burguesia, porém, só que neste momento mais especificamente em seu nível político.

Saes (1979) coloca, discordando de Poulantzas (1977) que a pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia não possuem efeitos semelhantes no plano político e ideológico. Fundamenta sua afirmação, baseando-se nas diferentes posições que estes dois grupos sociais possuem no processo produtivo, o que lhes fornece óticas diferentes, coloca que: a pequena burguesia tradicional tem uma independência indireta e externa ao capital comercial e financeiro, o que significa a ausência de um controle direto do capital sobre o próprio processo de produção; já a nova pequena burguesia, a qual pertencem os professores públicos estaduais, possui uma subordinação direta do trabalho assalariado ao capital. Portanto, segundo Saes, medo de proletariza-

ção para o primeiro grupo significa rejeição ao assalariamento e para o segundo grupo significa rejeição à igualização sócio-econômica do trabalho manual e não manual.

No que se refere à valorização da pequena burguesia à mobilidade individual ascendente, Saes acrescenta que este traço político ideológico não é específico dela e sim é um dos aspectos fundamentais do individualismo burguês, perpassando assim todas as classes sociais.

Uma das questões que situa este grupo social, política e ideologicamente, conforme foi colocado anteriormente, é aquela que diz respeito à valorização dada à divisão entre trabalho manual e intelectual.

É a escola que cabe a função de perpetuação desta divisão e que, através de seus agentes, os professores, oferece instrumentos e técnicas de trabalho com ideologia tendencialmente classista para perpetuá-la.

É dentro desses traços ideológicos constitutivos do conjunto ideológico pequeno-burguês que Wright Mills (1957) visualiza as concepções superestruturais de prestígio e de sucesso que essa classe internaliza, pois coloca que uma das razões que fundamentam seu prestígio é a exigência de mais capacidade mental do que física para a realização de seu trabalho, isto é, o tipo de competência deve ser aprendido mais na escola do que no emprego. Para a nova classe média, a instrução substitui a propriedade como uma garantia de posição social. Quanto ao sucesso este autor coloca elementos recentes. Diz ele que as classes médias foram profundamente modificadas pelos novos significados do sucesso e as maiores oportunidades de fracasso, porque segundo o capitalismo liberal o emprego de colarinho era apenas uma etapa de uma grande meta até a empresa independente, no novo modelo de capitalismo de monopólio, o êxito de um empregado depende de suas promoções em uma hierarquia burocrática.

Coloca ainda Wright Mills (1957) que a instrução como veículo de mobilidade social começa a ser cada vez mais questionada, pois a mobilidade dos colarinhos-brancos depende daqueles que administram e controlam os empregos, além do mais, o número de graduados em nível superior, dando exemplos dos Estados Unidos, é extremamente maior que o número necessário para absorção do mercado de trabalho. Tende, pois, a instrução a tornar-se não mais compensadora. Há dez anos, os diplomados em universidades americanas ganhavam um terço a mais do que a média dos americanos. Hoje, ganham apenas um décimo a mais.¹² Logo, a ideologia do sucesso na América encontra-se em contradição, pois ao lado da obrigação de "lutar para ser alguém" há uma "pobreza de desejos", uma deteriorização da imagem do sucesso. Talvez, explica este autor, seja esta a causa da existência de toda uma ideologia veiculada mais fortemente atualmente através de uma literatura da paz interior do indivíduo que serve para interiorizar e individualizar ainda mais o sucesso em bases espirituais e não materiais.

Como podemos constatar no decorrer deste capítulo, as características infraestruturais ou de classe que fazem com que o professor público estadual seja um elemento de classe média não mudaram substancialmente, porém houve, é verdade, uma nítida aproximação ou balanceamento para o lado das condições infraestruturais do proletariado, não só em termos do constante rebaixamento de seus salários e conseqüentemente de seu poder aquisitivo e nível de vida, como também de sua consideração social, transparecendo através de sua postura e comportamento reivindicatório face à realidade e às situações a que se encontra submetido.

O estudo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) feito em 1977 significa que a partir deste ano a categoria começa a refletir mais sistematicamente sobre si mesma e a dar-se conta de sua determinação e posição social e exercer uma ação no sentido de modificar seu próprio comportamento, isto é, sua forma de pen

sar e de agir.

Esta mudança tem sua evidência bem nítida na eclosão, dois anos mais tarde, da greve de 1979 e um ano depois na de 1980, trazendo alterações significativas no comportamento e consciência da categoria de até então.

Arroyo (1979)¹³ faz algumas considerações a este respeito da mudança da ideologia do professor, não desvinculando-o do contexto sócio político em que se encontra.

Afirma ele que as atuais tendências da educação devem estar relacionadas com a recente abertura, seja ela considerada como dādiva do governo ou conquista dos trabalhadores. Diz ainda ser inegável que estā ocorrendo um profundo movimento que no Brasil gera as greves e as pressões por parte dos trabalhadores.

"É necessário com urgência, que nossa consciência de educadores ultrapasse os muros da escola, porque a ideologia vivida na escola não tem vida longa, quando confrontada com as condições de trabalho e vida, com a vivência no dia-a-dia das relações sociais ... negam tudo o que o professor, seus textos e gravuras tentaram incutir sobre o "trabalho dignificante e cooperativo", sobre a "boa ordem"... e outros temas". (Arroyo, 1980).

Ao analisar os movimentos grevistas da categoria, diz o referido autor que esses não possuem apenas um caráter reivindicatōrio (considerado como reivindicatōrio apenas o aspecto econômico ou salarial dos movimentos), mas suas características dão ā pressão dos trabalhadores do ensino uma novidade e uma dimensāo relevante na configuraçāo do contexto educacional brasileiro.

Segundo Arroyo, a organizaçāo do trabalho educativo em bases empresariais levou os professores pūblicos a nāo se sentirem servidores do pūblico, mas força de traba

lho vendida a um "patrão chamado Estado". Este aspecto estaria levando a categoria do professor a se sentir comportaco mo tais em suas lutas e a questionarem o modelo sôcio-político e econômico, o Estado, a organização do trabalho que os gera e os explora. Por todas estas razões evidenciadas na sua prática, a escola e o professor estão adquirindo uma dimensão nova.

Faz, desta maneira o autor, uma nítida comparação do professor com o trabalhador na fábrica, pois diz que tanto aquele como este possuem um objetivo mais amplo: atingir o controle social da escola, retomando a unidade entre o saber e o fazer, fazendo desta um centro criador de conhecimento.

Paiva (1980)¹⁴ tenta fazer o mesmo tipo de análise sob um duplo enfoque, observando a educação, a escola e seus agentes não sô como elementos reprodutores da sociedade, mas como elementos e instrumentos de transformação social.

Ao criticar certas análises educacionais, diz que suas temáticas tem tido como objeto de análise situações educacionais onde o "Estado é o grande ausente". A ausência do Estado justificar-se-ia aqui por ser este um espaço e um veículo concebido apenas como de reprodução das relações de dominação.

Conceber assim a atuação do Estado, diz a autora, pressupõe a estabilidade de uma equação estabelecida entre Estado e classes sociais, ou entre Sociedade Civil e Sociedade Política, como se esta equação não se modificasse pelo desdobramento das contradições e das lutas sociais.

"É sô na medida em que percebemos a dialética que está aí presente é que podemos resgatar o sentido positivo da educação formal pública" (PAIVA, 1980, p. 83).

A questão da educação pública e da análise dos seus agentes nos movimentos reivindicatórios são importantes porque nesta perspectiva de análise vislumbra-se um espaço de ação transformadora antes negligenciado.

Há que observar-se o aspecto pelo qual, segundo Paiva, ao mesmo tempo que a classe trabalhadora está lutando por mais educação formal, ela também está lutando pela elevação do valor de sua força de trabalho e por melhores condições de vida, reconhecendo assim as obrigações do Estado. Percebe-se, neste sentido, a importância da ampliação de espaço ocupado pela Sociedade Civil nos espaços do Estado, como é aquele existente nas escolas públicas.

Analisar o professor público estadual em sua ideologia face aos movimentos grevistas é uma forma de compreender a importância citada acima e suas dimensões e também uma tentativa de apreender as potencialidades desta categoria enquanto força social e política.

Este trabalho tenta também, conforme foi sugerido por Paiva, respeitar o caráter necessariamente contraditório e ambíguo do próprio discurso e comportamento dos professores, pois ao mesmo tempo que o Estado atua ideologicamente, reproduzindo as relações de classes ou de dominação nas organizações escolares públicas, deve observar-se a importância que as lutas e as contradições sociais desempenham no interior destas organizações, no sentido de transformá-las e de alterá-las.

Reivindicações como a universalização do ensino público elementar, expansão da escolaridade obrigatória e gratuita, melhoria da qualidade de ensino, mas verbas para a educação são reivindicações que fazem parte de um avanço sensível da Sociedade Civil e de suas organizações (sindicatos, partidos, etc...) e que atuando como pressões e forças, orientam-se no sentido de integrar o bloco do poder, isto é, participar mais das decisões e dos benefícios sociais.

Da mesma forma Manfredi¹⁵ aborda estas questões sob uma "dupla-perspectiva", considerando a educação, a escola e seus agentes não só ao nível das classes dominantes e da atuação ideológica e repressiva do Estado, como também ao nível das classes subalternas e de suas possíveis rearticulações.

Todas estas situações colocadas acima, no que se refere especificamente ao professor público do RGS podem ser exemplificadas pelo processo de reativação que sofreu seu órgão de classe representativo: o Centro dos Professores do Estado do RGS (CPERS).

Este órgão vinha dedicando-se até então a questões de caráter mais assistencial e funcional do que propriamente representativo e reivindicatório. Caráter este que praticamente a partir de 1977, aproximadamente, começa a transformar-se, passando este órgão a adquirir, de uma forma acelerada, seus deveres de entidade representativa dos direitos da categoria. Fato que pode ser verificado nos dados estatísticos fornecidos pelo próprio Centro dos Professores do RS (CPERS) em relação à evolução anual (de 1973 a 1980) do número de novos associados e à evolução mensal (de 12/1979 a 03/1980) do número de novos associados registrados em seu cadastro (ver Anexo II e Anexo III) deste estudo.

Em relação ao caráter político oscilatório da pequena burguesia Décio Saes coloca que as especificidades de seus dois subconjuntos fundamentais: pequena burguesia tradicional e nova pequena burguesia devem ser sempre consideradas como atenção, mesmo após a mudança de um regime social. Assim a questão das alianças destes dois subconjuntos da pequena burguesia com outras classes sociais deve ser observada com cautela. Quando, há momentos conjunturais que possibilitam estratégias de alianças, fazendo esta classe oscilar, aproximando-se politicamente tanto da burguesia como do proletariado, é lícito observar se estes dois subconjuntos ideológicos não abandonaram seus "limites ideológicos" que são, segundo este autor, respectivamente, rejeição ao assalariado -

ento e rejeição à igualização sócio econômica do trabalho manual e não manual.

Historicamente constata-se que a pequena burguesia não atua a longo prazo, pois para isto seria necessário a formação de um partido pequeno burguês específico. Ela não age como uma classe política autônoma. Porém, ela pode atuar como força autêntica, como força social em conjunturas determinadas.

Quanto a pequena burguesia ou classe média em seu caráter oscilatório a favor ou da burguesia ou do proletariado evidencia-se ao longo da história e através de comportamentos de apoio geralmente indiretos, com raros casos de alianças diretas, mantendo assim íntegros seus traços ideológicos específicos. Esta polarização ou balanceamento de sua posição depende não só dos limites colocados pelos estádios e fases do capitalismo como também pelas conjunturas que os marcam.

N O T A S

3 - O PROFESSOR E A SOCIEDADE

1. POULANTZAS, Nicós. As classes sociais; In: ZENTENO, R. BENITES (Org.). As classes sociais na América Latina. Rio, Paz e Terra, 1977.
2. "As classes sociais são grupos de agentes sociais, homens definidos "principalmente", mas não exclusivamente por sua posição no processo de produção, ou seja, na esfera econômica. Pode-se dizer que uma classe social define-se por sua posição no conjunto das práticas sociais, ou seja, por sua posição no conjunto da divisão social do trabalho". (POULANTZAS, 1977).
3. SAES, Décio. Classe média e política de classe (uma nota teórica); In: Contraponto, nº 2, 1979. p. 96-102.
4. MILLS, Wright. Las classes médias en norte américa. Madrid, Aguilar, 1957.
5. PEREIRA, Luiz. O Magistério Primário numa Sociedade de Classes. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1969.
6. MASCHELANI, Maria Nille. O Educador; IN: Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez e Autores /CEDES. Ano II, nº 3, 1980.
7. GOUVEA, Aparecida Joly. Educación Y Desarrollo: Ponto de vista de los profesores secundarios. In: Lipset, SM & Solari, A.E. (Comp.). Elites y Desarrollo en América Latina, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1971.

8. Disparidade entre reajustes salariais e o custo de vida nos últimos 20 anos (1957-1977). Ver Anexo I.
9. SAES, Décio. Opus citatum.
10. MILLS, Wright. Opus Citatum.
11. POULANTZAS. Opus citatum.
12. Wright Mills coloca que para adquirir certas qualificações de "colarinhos Brancos" é necessário vinte anos de educação formal e dispendiosa. Porém, nas mudanças que vem ocorrendo, observa-se vários fatos: a medida que sobe o nível de instrução diminui o nível de educação exigido ou aconselhável para muitos cargos dos funcionários.
13. ARROYO, Miguel. G. Operários e educadores se identificam: Que rumos tomará a educação brasileira? In: Educação e Sociedade. São Paulo. Cortez & Autores Associados. /CEDES, Ano II, nº 5, 1980, p. 5-23.
14. PAIVA, Vanilda. Estado e educação popular: recolocando o problema. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.). A questão política da educação popular. São Paulo. Brasiliense, 1980.
15. MANFREDI, Silvia Maria. A educação popular no Brasil; In: BRANDÃO, C.R. (org.) A questão política da educação popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1980.

4 - DELIMITAÇÃO DE UM CONCEITO OPERATÓRIO DE IDEOLOGIA

"Poderíamos dizer de treliças, sulcos, teias, falsas ou verdadeiras? É claro que não. Elas podem ser adequadas, fortes, fracas, belas, feias, confortáveis, desconfortáveis, causas de dor ou prazer. Na verdade, os homens abandonam uma linguagem e optam por outra não porque a primeira seja falsa e a segunda verdadeira, mas porque a primeira é inadequada e a segunda adequada. (Rubem Alves, 1982, p. 58)"

O objetivo deste estudo é a explicitação da ideologia do professor estadual face aos seus movimentos grevistas de 1979 e de 1980. Portanto, para que tal explicitação tenha lugar, será necessário criar e me apoiar em um conceito operatório, ou em um modelo conceitual apto à aplicação em análise de situações concretas.

Para que tanto possa ocorrer, é necessário encarar esta ideologia com uma visão histórico-dialética da função que estes professores, através de suas manifestações sociais e políticas, vêm desempenhando no processo de transformação da sociedade brasileira. Esta visão supõe, conforme coloca Paiva (1982)², que se encare sua ideologia face aos movimentos grevistas sob um "duplo-enfoque" ou uma "dupla-perspectiva", conforme coloca Manfredi (1982)³, observando o seu discurso e prática participativa em relação ao tipo de vínculo que detém com a ideologia dominante e ao tipo de vínculo que traçam com a formação de uma contra-ideologia à dominante. Portanto, a captação da forma como representam e concebem o mundo, seu imaginário ou sistema conceitual simbólico ao nível ideológico são os objetivos centrais deste trabalho.

4.1. O CONCEITO

A noção de ideologia já está colocada no capítulo "Ideologia e Estrutura Social". Cabe agora a realização de uma síntese deste conceito que reflita uma compreensão coerente e unitária do mesmo, pronta para a captação da ideologia própria dos professores estaduais.

"Maquiavel é o primeiro a definir a sociedade e a política pela divisão interna e não pela harmonia e pela identidade consigo mesmas". (Chauí, 1981, p. 25)⁴

Esta citação bem coloca a questão central de toda teoria política, uma vez que chama a atenção para a relação entre o Estado e a Sociedade sobre a qual repousa a noção de ideologia.

Marx já havia levantado a noção básica de ideologia como sendo um conjunto imaginário formador da ilusão tirado em função de interesses da classe burguesa no seu movimento de universalização do particular com o objetivo de ocultar sua dominação sobre as outras classes sociais.

Como podemos constatar nos capítulos anteriores, a noção que Chauí (1981)⁵ apresenta é semelhante, pois para ela a ideologia é a forma como os indivíduos representam para si mesmos o "aparecer" social, econômico e político e que pretende, através de sua suposta sistematicidade e coerência, fazer coincidir o discurso ideológico com as coisas mesmas, isto é, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, através de uma lógica de identificação unificadora do pensamento, linguagem e realidade numa imagem particular universalizada, apagadora das contradições através de um discurso lacunar, isto é, graças a ele.

Althusser na sua tentativa de sistematização da teoria marxista de Estado disserta especificamente sobre as formas ideológicas de recomporsição do poder ou reprodução das condições de produção através de sua teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Sua teoria não inova, mas sistematiza. Suas duas teses fundamentais provam o que afirmo. A primeira diz que a ideologia é a representação imaginária da relação do homem com as suas condições de existência e a segunda a de que esta representação é concretizada (sai do nível das idéias) nas práticas ritualizadas através das instituições ou dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Gramsci (1978)⁶ critica esta visão da ideologia em seu enfoque restrito ao Aparelho de Estado e considera esta representação como sofrendo influência não só da classe dominante e do Estado como da Sociedade Civil, através das classes sociais em luta.

Coloca ainda este autor as relações entre Estado e Sociedade como concretamente existindo em um Bloco Histórico, ou seja num rearranjo específico do jogo de forças das classes sociais em luta e em busca de hegemonia que pode ser obtida através da violência ou da ideologia. Assim, além da ideologia dominante, há a ideologia dos dominados, pois para ele a ideologia é um sistema de idéias no qual a consciência social e política estruturada sob a forma de concepção de mundo é observada enquanto uma vontade e uma atividade implícita, isto é, o seu significado mais alto que se manifesta nas formas individuais e coletivas, assegurando-lhes unidade e organicidade.

O professor estadual, conforme sua constituição de classe, como elemento pertencente a uma categoria ocupacional de classe média, ou nova classe média ou pequena burguesia possui as delimitações ideológicas já assinaladas no capítulo "O Professor e a Sociedade", não sendo, portanto, necessário recolocar aqui sua determinação e posição de classe.

O imaginário dominante, não é o único imaginário a existir em uma sociedade ou formação social. As classes dominadas, as frações de classe dominante, não participantes do Bloco no Poder, as categorias sociais (burocracia, intelectuais, servidores, etc...) também possuem seus imaginários, ainda que em conflito com o da classe dominante.

É, pois, através desta região de conflito específico aos professores estaduais: a greve, que julgo oportuno pesquisar este imaginário, isto é, a forma de pensamento como concebem o mundo e a si mesmos neste mundo.

4.2. AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Paranhos (1976)⁷ após várias considerações a respeito das categorias criadas por Lukács⁸ e Goldman⁹: consciência real e consciência possível, coloca que, se por um lado, na pior das hipóteses, a situação de classe impõe, por si, só, a um grupo social um mínimo de consciência de seus interesses específicos de classe, ainda que sejam imediatos de vem ser considerados.

O fato de uma classe, segundo Paranhos, ter sua existência condicionada pela ideologia burguesa o impede de imunizar-se completamente das formas de pensamento e ação impostas pelas classes dominantes. Não há como imaginar que uma classe não tenha, de alguma forma, traços ideológicos es pecíficos, mesmo que a sua consciência se limite a interesses imediatos, pois, é oportuno repetir, nem so os interesses a longo prazo são verdadeiros. Imaginar, enfim, uma classe social sem qualquer grau de seus interesses de classe, se ria imaginá-la fora da luta de classes. E, em última análise, isso viria a negar a própria existência histórica da luta de classes.

Porém, a par de todas estas considerações, faz-se necessário colocar os conceitos operatórios de Gramsci (1978)⁸, pois eles apresentam orientações e subsídios adequados aos objetivos deste trabalho.

Gramsci fornece os conceitos de duas categorias: a de consciência fragmentada, ocasional e desagregada e a de consciência crítica e coerente.

Pela própria concepção de mundo, diz o autor, pertence-se sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os que partilham de um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas de algum conformismo, homens-massa ou somos homens-coletivos. Quando a concepção de mundo não é crítica, nem coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos a uma multiciplidade de homens-massa, com uma consciência mosaica tomada por elementos das diversas épocas históricas e composta de elementos do mais primitivo e reacionário ao mais avançado e progressista. Adquirir uma consciência crítica, unificar estes fragmentos que compõem o mosaico de uma forma ordenada e coerente significa adquirir uma consciência, unificar estes fragmentos que compõem o mosaico de uma forma ordenada e coerente significa partir para a elaboração crítica daquilo que realmente somos.

A captação da linguagem do professor deverá dar elementos concretos da forma como este concebe o mundo, pois conforme Gramsci, se é verdade que toda a linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, será possível julgar a maior e menor complexidade de sua visão de mundo ou ideológica.

Neste momento de definição das categorias de análise proposta por este autor, cabe chamar a atenção para a existência ou não de uma dicotomia ou desarticulação entre teoria e prática. Aqui se concretiza o enfoque por mim adotado nos capítulos anteriores, adotando uma metodologia dialé-

tica, perceber a ambigüidade ou não na coerência entre discurso e ação do professor.

Portanto, há que se considerar que a concepção de mundo, o sistema de idéias, a ideologia de um determinado grupo social, conforme o seu grau de coerência e complexidade, conforme os elementos e traços ideológicos que lhe são próprios ou estranhos, justapostos ou não por motivos conjunturais atende a lógica colocada no parágrafo anterior.

A questão fundamental então que se coloca é como se dá o processo de formação de concepção do real e junto com ele a unidade entre teoria e prática.

A concepção crítica de si mesmo e com ela a percepção e superação da ambigüidade entre uma consciência teórica e verbal e outra implícita na ação, é, segundo Gramsci, obtida através de um luta de hegemonias políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real.

"A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica, isto é, a consciência política, é a primeira fase de uma ulterior e progressiva auto-consciência, na qual teoria e prática se unificam". (Gramsci, 1978, p. 21)

É ainda este mesmo autor que chama atenção para o fato do desenvolvimento político do próprio conceito de hegemonia. Além de seu progresso político prático em sociedades determinadas, ele também está a significar um progresso filosófico, pois ele necessariamente implica em uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que seja com certas limitações.

Porém, esta auto-consciência crítica não está isolada de uma elite de intelectuais que a organiza, pois este processo de formação da consciência crítica/coletiva está ligado à existência de uma camada de intelectuais e de dirigentes ligados a um determinado grupo social que a articula, levando em consideração questões como: adesão, fidelidade, disciplina das massas para a elaboração do desenvolvimento do fenômeno cultural e político ao nível dos movimentos sociais, dos partidos e da composição do Bloco no Poder, isto é, do estágio concreto das relações entre a Sociedade Civil e o Estado.

Há ainda que se observar neste momento, de desenvolvimento de um fenômeno social, como por exemplo é o caso dos movimentos grevistas dos professores estaduais, a cisão entre a teoria e a prática em relação à participação das massas nas decisões políticas, junto aos seus intelectuais e dirigentes.

Assim entendido, as diferentes formas de conceber o fenômeno grevista é analisado aqui neste trabalho sob o ponto de vista não só de seus dirigentes (comandos de greve, grupos de dissidências ideológicas ao órgão representativo dos professores) ou intelectuais como também por aqueles professores que constituem a base, ou a massa dos movimentos grevistas.

Os intelectuais ou os dirigentes de um determinado partido, sindicato ou movimento social, como se sabe, possuem um compromisso básico com as massas que lideram. Este compromisso é justamente de fazer cingir a divisão que pode ocorrer, entre a teoria e a prática levada a cabo, atuando no sentido de elevar a consciência política e ideológica das massas que integram para que as decisões que sejam tomadas sejam feitas autenticamente, isto é, com conhecimento de causa e não traíndo a identidade do grupo, mesmo que esta traição seja inconsciente.

Uma ideologia, tanto de uma classe, como de uma categoria social, ou de um movimento social, enquanto um sistema de idéias, deve ser sempre examinada como uma superestrutura historicamente orgânica, isto é, que seja necessária a uma determinada categoria ou classe social, pois se assim ela se vincular terá validade e organizará as massas humanas, formando o terreno sob o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição e lutam. Porém, há que ter-se cuidado com aquele tipo de ideologia "arbitrária", que podem existir ou não nos fenômenos sociais e políticos, pois sendo inorgânicas, e como a própria palavra sugere autoritárias, não representativas, podem criar "movimentos" de caráter individual ou de pequenos grupos, assumindo uma posição mais retórica e polêmica do que representativa da consciência real da grande maioria.

N O T A S

4 - DELIMITAÇÃO DE UM CONCEITO OPERATÓRIO DE IDEOLOGIA

1. ALVES, Rubens. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo, Cortez e Editores, 1982.
2. PAIVA, Vanilda. Estado e Educação Popular. Recolocando o problema. In: BRANDÃO, Carlos R. Cors. A Questão Política da Educação Popular. São Paulo, Brasiliense, 1980.
3. MANFREDI, Silvia Maria. A Educação popular no Brasil; In: BRANDÃO, C.R. (org.). A Questão Política da Educação Popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1980.
4. CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia. O Discurso competente. São Paulo, Ed. Moderna, 1981.
5. CHAUI. Idem.
6. GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
7. PARANHOS, Adalberto. Consciência de classe e consciência possível. In: Revista de Cultura. Vozes. Petrópolis, ano 1970, vol. XV, out., nº 8, 1976.
8. LUKÁCS, Georg. Historie et Conscience de Classe. Paris, Editions de Minuit, 1960.

9. GOLDMANN, Lucien. Consciência real e consciência possível
consciência adequada e falsa consciência; In: Dialética
e Ciências Humanas I. Lisboa, Editorial Presença ,
1972.
10. GRAMSCI, Antônio. Opus Citatum.

5 - QUADRO EMPÍRICO DE ANÁLISE

O professor estadual, enquanto categoria social de classe média, constitui uma parcela significativa da classe trabalhadora brasileira com um potencial de ação e força social e política muito grande. A escolha de um momento de conflito como as greves apresenta vantagens ao trabalho analítico, pois ela possibilita a compreensão de um momento específico da história desta classe, e analisa a capacidade desta categoria em se tornar de paciente a agente histórico a partir de suas circunstâncias e perspectivas próprias.

A relação entre ideologia e movimentos grevistas neste trabalho é feita no sentido de que a greve é uma situação onde a estrutura "normal" e estável de classe vem à tona e é colocada em questão.

"A greve ocorre dentro de um campo de relação de força definida entre empregados e empregadores e na forma de uma interrupção provocada no processo produtivo e que coloca frente a frente os dois conjuntos de pessoas, em termos de seus respectivos interesses e objetivos".
(Weffort, 1970, p. 1)¹

Assim, aqui a greve será entendida como uma situação de conflito e de conflito entre classes sociais no seu movimento e capacidade de alterar a conformação da estrutura de poder que mantém em equilíbrio as forças nela envolvidas.

Moisés (1972)² também coloca que o movimento real dos homens pode modificar esta estrutura, aumentando ou diminuindo o espaço de liberdade de ação onde os homens fazem história.

Ainda Weffort (1972)³, ao dissertar sobre as três condições particulares sobre as quais nasceram os movimentos de Contagem e Osasco em 1968: 1 - crise econômica, 2 - crise sindical, 3 - presença relativa de grupos de esquerda, nos dá indícios sobre uma caracterização conjuntural semelhante sobre a qual eclodiram os movimentos grevistas dos professores de 1979 e 1980 no Rio Grande do Sul.

É, porém, Singer (1980)⁴ que ao analisar a mecânica dos movimentos grevistas e sociais coloca que um movimento geralmente se inicia com a tomada de consciência das contradições existentes por parte de um pequeno grupo de pessoas. Este pequeno grupo inicia um processo de mobilização que vai, paulatinamente, se ampliando. Quando já está reunido um número significativo de pessoas interessadas, o movimento formula suas reivindicações.

Um movimento social segundo este autor, compõe-se, ao longo de seu desenvolvimento, de três aspectos centrais: 1 - fidelidade aos seus objetivos e contradições iniciais; 2 - condução, no seu desenrolar, da divisão interna entre trabalho manual e intelectual, manifestado no esforço centrado das lideranças em elevar o nível ideológico das bases para que participem também no plano intelectual e 3 - envolvimento do movimento no plano político, tendo em vista atender às suas reivindicações imediatas e a constituir formas próprias de representação e ação na esfera política.

Porém, neste estudo da ideologia do professor face aos movimentos grevistas cabe não fazer um estudo sobre as greves em si mesmas, mas uma análise enfocando os três aspectos colocados acima por Singer e percebidos sob a perspectiva ideológica do próprio professor.

É necessário frisar que este estudo será orientado fundamentalmente sob o ponto de vista, isto é, da maneira como os professores representam para si mesmos o "aparecer" das greves no âmbito político, social, econômico e

filosófico, etc ...

Destá maneira, o capítulo seguinte "Indicadores de análise" foi elaborado de acordo com os três aspectos de Singer acima considerados, ajudando assim o processo de desvandamento daquela forma de representação ou construção do imaginário do professor em relação às suas greves.

N O T A S

5 - QUADRO EMPÍRICO DE ANÁLISE

1. WEFFORT, Francisco C. Movimento Operário e Política Populista - um estudo sobre as greves em São Paulo e Guanabara. Projeto de Pesquisa - CEBRAP, São Paulo, mimeo, não publicado.
2. MOISÉS, S. Álvaro. Greve de massa e crise política - estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54. São Paulo, Livraria Editora Polis Ltda, 1978.
3. WEFFORT, Francisco C. Participação e conflito industrial: contagem e osasco - 1968. São Paulo, CEBRAP, 1972.
4. SINGER, Paul. Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas. In: Singer, Paul e Cebrants, V.C. (org.). São Paulo: O povo em movimento. Petrópolis, Ed. Vozes, CEBRAP, 1980.

6 - INDICADORES DE ANÁLISE

Os indicadores de análise abaixo colocados estão subdivididos em três blocos, conforme está devidamente explicitado no "Quadro Empírico de Análise", porque são três os grupos a serem estudados neste trabalho: 1. grupo da dissidência ideológica ao CPERS; 2. grupo dos comandos grevistas e 3. grupo das bases.

Cada grupo, portanto, tem seus indicadores de análise elaborados conforme a posição específica que ocupa em relação às duas greves.

6.1. CONSCIÊNCIA E PRÁTICA POLÍTICA DOS GRUPOS DISSIDENTES

Este grupo das dissidências ao órgão representativo CPERS, é constituído por três grupos dissidentes a seguir: 1 - MUTE ou Movimento para a União dos Trabalhadores da Educação; 2 - Grupo Põ de Giz; 3 - CEDE - Centro de Estudos e Debates Educacionais.

1. INTRODUÇÃO
2. HISTÓRIA DOS GRUPOS
3. DEFINIÇÃO DO Opositor
4. DIVISÃO HIERÁRQUICA DE PODER E REPRESENTATIVIDADE DAS LIDERANÇAS
5. CONQUISTAS E PERDAS GREVISTAS
6. DEFINIÇÃO DE UM PROGRAMA MÁXIMO
7. FORÇA POLÍTICA DO PROFESSOR E PERSPECTIVA DO MOVIMENTO DOS PROFESSORES
8. ENVOLVIMENTO CONCRETO NAS GREVES E PARTICIPAÇÃO CULTURAL

O segundo grupo de análise é composto por professores participantes dos dois comandos de greve, respectivamente dois da greve de 1979 e dois da greve de 1980.

6.2. CONSCIÊNCIA E PRÁTICA POLÍTICA DOS COMANDOS DE GREVE

1. INTRODUÇÃO
2. CONTRADIÇÕES GERADORAS E ECLOSÃO DOS MOVIMENTOS
3. DEFINIÇÃO DO Opositor
4. DIVISÃO HIERÁRQUICA DE PODER E REPRESENTATIVIDADE DAS LIDERANÇAS
5. CONQUISTAS E PERDAS GREVISTAS
6. A FORÇA POLÍTICA DO PROFESSOR E A PERSPECTIVA DO MOVIMENTO DOS PROFESSORES
7. OPINIÃO SOBRE OS GRUPOS DISSIDENTES
8. ENVOLVIMENTO CONCRETO NAS GREVES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O grupo das bases é formado por professores entrevistados em três lugares distintos: 1 - por professores pertencentes a uma escola de Porto Alegre tida como a mais participativa nas duas greves com adesão de 100%; 2 - por professores pertencentes a outra escola de Porto Alegre, porém esta tida como a menos participativa, isto é, com um percentual estatístico de participação nos movimentos de 30% de seus professores e também pela particularidade da resistência que revelou em sua atuação nos períodos grevistas e, finalmente 3 - por professores pertencentes ao quadro administrativo da Secretaria de Educação do Estado do RGS.

6.3. CONSCIÊNCIA E PRÁTICA POLÍTICA DAS BASES

:

1. INTRODUÇÃO
2. CONHECIMENTO DAS GREVES E REAÇÃO
3. CONTRADIÇÕES GERADORAS
4. DEFINIÇÃO DO OPOSITOR
5. DEFINIÇÃO DE UM PROGRAMA MÁXIMO
6. DEVISÃO HIERÁRQUICA DE PODER E REPRESENTATIVIDADE DOS COMANDOS
7. CONQUISTAS E PERDAS GREVISTAS
8. FORÇA POLÍTICA DO PROFESSOR E PERSPECTIVA DO MOVIMENTO DOS PROFESSORES
9. ENVOLVIMENTO CONCRETO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO GRUPO
10. PRÁTICA PROFISSIONAL

III - CORPO PRÁTICO

1 - INTRODUÇÃO

"Temo que estejamos formando milhares de bonecos que movem a boca e falam com a voz de ventrílocos especialistas em dizer o que os outros disseram, incapazes de dizer a própria palavra. Daí o fracasso de nossa capacidade para escrever e para falar. É fácil explicar este fato por recursos as grandes estruturas (Aparelhos Ideológicos de Estado, etc... ou a crise do petróleo), mais além do comprimento do nosso braço. Prefiro manter o meu discurso dentro dos limites do meu braço, pois é somente dentro deste circuito que minha palavra pode ser ação criadora". (Rubem Alves, 1982, p. 64)*

Segundo foi colocado anteriormente ideologia é o significado mais alto que manifesta as formas individuais e coletivas de pensamento e ação e que lhes assegura unidade e organicidade.

Na construção ou formação de um pensamento de síntese que resuma o conjunto das aspirações de um grupo social há questões inerentes ao próprio processo de construção do pensamento, isto é, inerente à própria formação de concepção do real. Há, por exemplo, a possibilidade ou não de existir uma dicotomia entre pensamento e ação, ou teoria e prática, onde coexistem duas concepções de mundo divergentes: uma expressa em palavras, outra em ação.

* ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar. S.P., Cortez e Editores, 1982.

Conforme está colocado no capítulo que versa sobre o conceito operatório de ideologia, a compreensão crítica de si mesmo, e com ela a superação da ambigüidade entre uma consciência teórica e verbal e outra expressa em ação, se dá primeiro no campo da ética e depois no campo da política, através de lutas de hegemonias.

As greves, por serem momentos onde a situação de "normalidade" foi suspensa, oferecem ótimos indicadores para se perceber que lutas e forças hegemônicas estavam presentes naquela normalidade, desenvolvendo-se em forma de protesto mudo e que agora, na situação de "conflito" acirram-se.

A greve, portanto, processa um desvendamento ostensivo de forças atuantes envolvidas por contextos onde os fatos, as coisas e as situações não estão completamente definidas para a maioria dos atores envolvidos. A própria definição e identificação dos atores sociais com atitudes mais coerentes com sua posição social, política e de classe fica mais claras. É por este motivo que a escolha de um período da história do magistério marcadamente conflitivo, serve para análise de valores e comportamentos que em outros momentos ficariam ocultos.

O conflito grevista além de trazer algumas elucidações por si mesmo dos atores em luta, traz e repõe ao indivíduo dele participante uma possibilidade que usualmente não faz parte de seu cotidiano - sua historicidade.

Ao trabalhador brasileiro, já habituado a viver sob exceção este sentido chega como uma novidade até então desconhecida a possibilidade de ver-se como indivíduo histórico, vislumbrando o espaço de liberdade e de ação.

Analisar o discurso do professor público e captar nele, como um todo, a ideologia da categoria face à situação de conflito acima explicitada não é tarefa fácil, porque como bem coloca Alves (1982): muito mais importantes que as ideologias conscientemente articuladas ou mesmo o dis

curso crítico sobre a ideologia são as regras ocultas de seu mundo, isto porque nem toda a palavra é para ser acreditada, especialmente aquele que se diz na praça pública, na feira, no comício e no congresso. As palavras, segundo este autor, para serem cridas são outras ... É justamente neste ponto que deve residir a sutileza daquilo que deve ser interpretado, na escolha precária e arriscada do que é para ser crida.

Portanto, a situação sob a qual se coloca o intérprete é particular e delicada, porque neste jogo cada informação que o atinge é também por ele filtrada, selecionada, organizada, estruturada pela dimensão da linguagem. Assim na busca pela explicitação deste complexo lingüístico é que tentarei analisar a ideologia do professor público estadual, visto sob um sentido oposto que a concebe como verdade estigmatizada, como pura ilusão, ou conjunto de mentiras. Tentarei captar esta ideologia sob a dupla perspectiva que explicito na parte teórica deste estudo.

"Frequentemente o discurso ideológico, tido como que valores têm orientado nossa prática, é um mascaramento dos valores que realmente revelam nossos investimentos emocionais, os únicos que conduzem à ação. O que está em jogo é a política, a construção de mundos, a ação. A ação não se desenvolve sobre um discurso analítico, exatamente por faltar a este o caráter da materialidade". (Rubem Alves, 1982, p. 68)

2 - EXPLICITAÇÃO METODOLÓGICA

Este estudo é do tipo exploratório, descritivo e qualitativo, tendo sido o critério de análise, adotado para as bases grevistas o grau de maior e menor participação ou envolvimento nas duas greves de 1979 e 1980, e para os comandos e dissidências grevistas o grau de representatividade e de liderança que os elementos entrevistados possuíam em relação à categoria nos mesmos períodos grevistas.

O critério citado acima do primeiro dos três grupos - as bases - obedeceu, nas escolas, à função que o professor ocupava. Assim das quatro áreas de atuação das escolas - : administrativa, de orientação educacional, de orientação pedagógica e de docência foram dois professores entrevistados em cada uma delas, sempre o professor tido como o mais participativo e o menos participativo naquela função nas duas greves.

A escolha de duas escolas da pesquisa para a realização das entrevistas também obedeceu o mesmo critério de análise, isto é, foi escolhida a escola que mais participação e atuação revelou nos períodos grevistas com praticamente 100% de adesão de seus professores e a escola que revelou uma resistência maior de participação, apresentando uma adesão de professores nas greves de 30% professores (a fonte do dado é o CPERS).

O universo do estudo é o conjunto dos professores estaduais de 1ª e 2ª graus de todo o Estado do RS. A amostra, porém, encontram-se em Porto Alegre com um total de 19 professores entrevistados assim distribuídos: bases grevistas - 11 professores; comandos - 4 professores; e dissidências - 3 professores.

Apesar do número ideal de entrevistas previs-

to - 23 ter ficado reduzido para 19 na ocasião da coleta de dados por motivos ou de licença de professores ou de recusa de responder à entrevista, acredito que a partir desta amostra e deste estudo qualitativo (não estatístico) da ideologia do professor, pode-se partir para generalização ao nível do universo da pesquisa, pois sinceramente acredito que estudos com este tipo de temática a abordagem qualitativa é a mais adequada.

A amostra acima citada contou com professores de uma faixa etária de 25 a 60 anos, a maioria mulheres (5 homens para 14 mulheres) e todos com formação superior, muitos deles com dois cursos universitários e até pós-graduação.

EXPRESSÕES E SIGLAS USADAS NESTE ESTUDO

1. AIE - Aparelho Ideológico de Estado
2. ARE - Aparelho Repressivo de Estado
3. APEOESP - Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Estado de São Paulo
4. BLOCO HISTÓRICO - Formação social histórica atual do arranjo de forças sociais e políticas de uma determinada sociedade.
5. BLOCO NO PODER - Conjunto de forças e pressões sociais e políticas que efetivamente integram o arranjo político decisório do poder vigente.
6. CEDE - grupo dissidente ao CPERS - Centro de Estudos e Debates Educacionais.
7. CENTRO - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - (CPERS)
8. CLASSE TRABALHADORA - conjunto dos empregados assalariados que ocupam posições desde manuais até não manuais, vendendo sua força de trabalho. Incluo aqui também os subempregados e os desempregados.
9. CPERS - Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul

10. M.P. - Movimento dos Professores
11. MUTE - Grupo dissidente ao CPERS - Movimento de união dos trabalhadores da educação.
12. P.T. Partido dos Trabalhadores
13. Põ de Giz - Grupo dissidente ao CPERS.
14. RS - Rio Grande do Sul
15. SIMPRO - Sindicato dos Professores particulares do RS.
16. SOCIEDADE CIVIL - conjunto de grupos, categorias e classes sociais, jurídicas, empresariais, sindicais, privadas, movimentos sociais e políticos, etc...
17. SOCIEDADE POLÍTICA - conjunto de forças parlamentares ou político partidárias, frações, categorias, classes sociais que tenham poder decisório a nível da política institucional do estado.

3 - CONSCIÊNCIA E PRÁTICA POLÍTICA DOS GRUPOS DISSIDENTES

3.1. A HISTÓRIA DOS GRUPOS

O M.P. dos professores públicos do RS pode ser visto e entendido sob várias perspectivas. É lógico que ele não existe sô a partir da eclosão das duas greves estudadas. As contradições que o gerou também propiciou o surgimento de grupos que se propunham constituir-se vias alternativas ao próprio M.P. ou como grupos que discordavam da até então política que vinha sendo adotada pelo CPERS.

Desta forma, os três grupos entrevistados neste estudo: MUTE, Pô de Giz e CEDES não possuem a mesma ideologia. Se assim fosse não seriam 3 e sim 1. O que lhes confere certa unidade comum é o fato de serem dissidentes.

Na tentativa de remontar a história de como se deu o surgimento e a evolução dos grupos ideológicos de marcante dissidência ao CPERS constato que eles aparecem junto com o próprio surgimento do M.P. por volta de 1977. Cabe aqui colocar como se deu este seu surgimento e como eles conviviam entre si e com o CPERS. (VER DIAGRAMA ABAIXO)

O grupo MUTE, o primeiro a existir como alternativa de cunho marcadamente ideológico surgiu em 1977 como uma consequência de uma reunião ocorrida no SIMPRO.

Depois de sua criação em abril de 1977, em outubro deste mesmo ano surge a necessidade de se criar uma frente única de atuação do movimento dos professores que não fosse contida sô por professores pertencentes e fiéis a uma mesma linha ideológica e política. Surge então a chamada Oposição Sindical que terá aproximadamente uma duração de um ano e meio, isto é, de outubro de 1977 até abril de 1979. Coincide

sua dissolução com o término da primeira greve dos professores em 1979. Com esta dissolução aparece o grupo Põ de Giz que surgiu justamente como uma necessidade de coordenar a atuação dos professores que estavam vinculados à Oposição Sindical. Esta necessidade de desvinculamento, segundo um de seus representantes, a necessidade de separação surge após divergências de opiniões em relação às estratégias de atuação das propostas feitas pela Oposição Sindical, e dentro dela, principalmente o MUTE, desenvolvidas durante a greve de 1979. O grupo Põ de Giz teve uma curta duração, pois integrou-se ao Núcleo dos Professores do PT.

Seria importante colocar que o Núcleo do PT já existia desde maio de 1979 e naquela época já contava com a colaboração e participação dos professores do Põ de Giz, tendo então estes elementos uma participação paralela ao Núcleo e à Oposição Sindical.

Ingressam também neste Núcleo do PT em agosto de 1980 o grupo MUTE e em dezembro de 1979 o grupo CEDE. Este grupo CEDE, surgiu, segundo afirma seu representante, como uma decorrência do Movimento Estudantil e uma tentativa de pensar as questões da educação e do professor, portanto um grupo que se define desde seu início por uma proposta mais teórica e de discussão do que de ação.

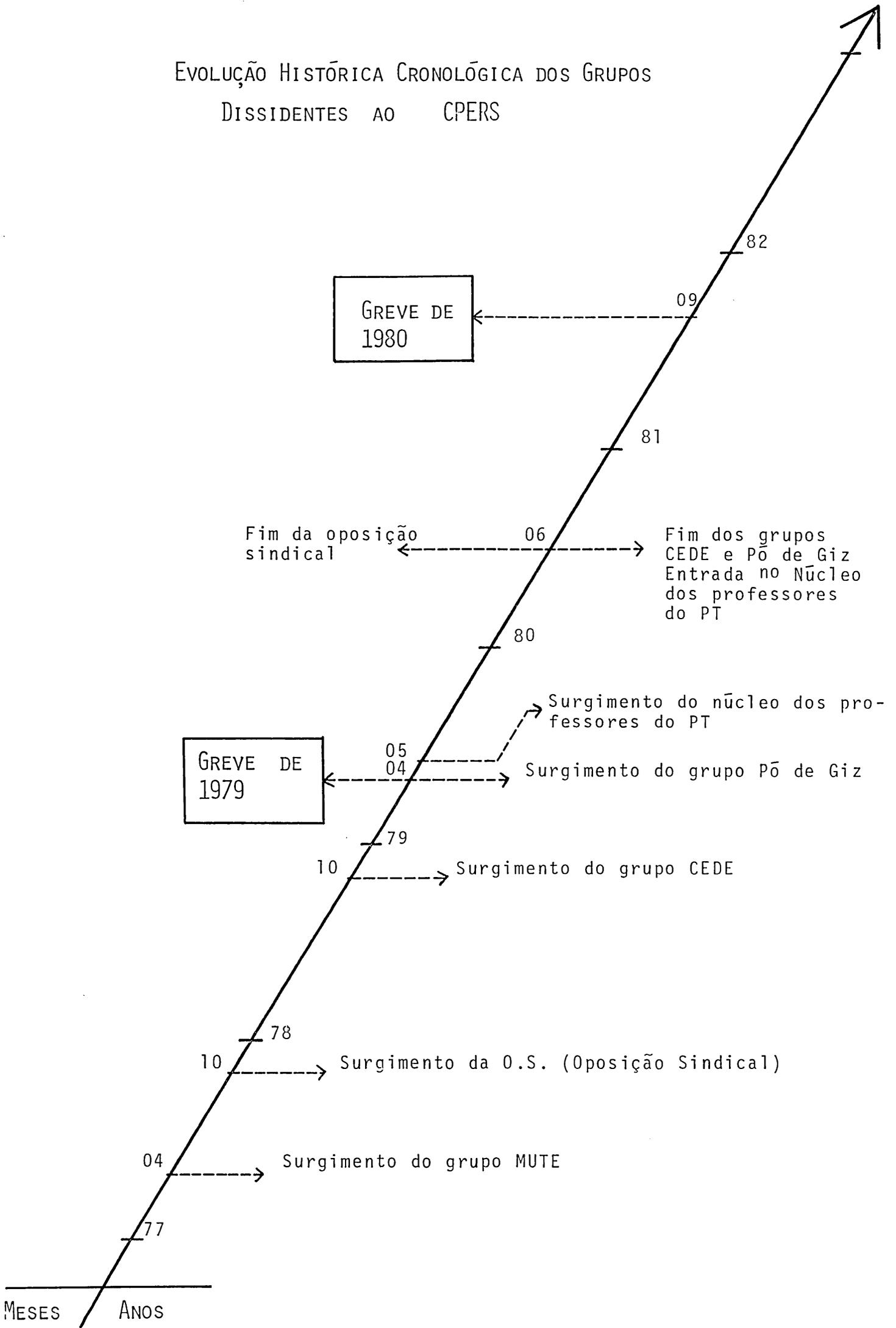
Durante o ano de 1981 o Núcleo dos professores do PT praticamente deixou de existir, voltando em 1982 a ser reativado por pessoas que constituíam o Põ de Giz e também por elementos que já estavam mesmo participando da formação do PT.

Percebe-se que o grupo MUTE é uma constante, enquanto um grupo coesamente organizado e enquanto força hegemônica dentro da história da existência de dissidências ao CPERS e que continua existindo até hoje, enquanto os outros grupos elegeram uma participação alternativa, reagrupando-se, conforme era o desenrolar dos acontecimentos conjuntu -

rais internos e externos ao M.P. Nos externos coloco que esta oscilação dos grupos dissidentes acompanha o desenrolar da política interna de abertura tornada mais explícita a partir de 1978 com as greves do ABC paulista, quando o espaço político reivindicatório começa a tornar mais evidente a luta entre as classes sociais.

A Evolução Histórica cronológica dos grupos dissidentes pode ser melhor entendida se visualizada conforme sugere o diagrama a seguir.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA CRONOLÓGICA DOS GRUPOS DISSIDENTES AO CPERS



3.2. DEFINIÇÃO DO Opositor

Este ítem de análise pretende compreender e interpretar o discurso dos três grupos dissidentes ao nível de sua consciência política expressa. Para tanto foram entrevistados as pessoas mais representativas de cada um. São, portanto, três o número total de entrevistados e os itens abordados são os seguintes: definição do opositor, divisão hierárquica de poder nas greves e a representatividade das lideranças ou comandos, conquistas e perdas, definição de um programa máximo, força política do professor e perspectivas do movimento dos professores.

Estes grupos por suas próprias características de dissidentes devem apresentar uma concepção de mundo ou uma ideologia que contenha uma definição programática alternativa àquela sob a qual se colocam como dissidentes.

Na medida em que não se confundem com as bases e nem com os comandos dos movimentos constituem-se em vias sobre as quais a categoria em um momento conjuntural favorável, poderia se voltar e desencadear ações como solução de continuidade ao próprio movimento, porém de acordo com a ideologia do grupo dissidente liderante.

Os grupos entrevistados têm em comum em sua ideologia a tendência a colocar em questão os fundamentos da sociedade capitalista, pois conforme seus representantes entrevistados colocam há uma contradição fundamental entre os objetivos almejados e os limites do capitalismo. Assim sendo, os grupos entrevistados possuem uma concepção semelhante de opositor, isto é, o concebem o Estado-patrão como sendo o elemento justificador desta ordem capitalista que é causadora das contradições que geraram as greves. Não sendo o patrão do tipo empresário privado, os grupos o identificam como sendo aquele elemento que trabalha paralelo e convenientemente com a burguesia a fim de servi-la. É esta a afirmação

do grupo dissidente MUTE:

"A Ação do Estado foi como a da burguesia no sentido de desmontar as greves".

Desta maneira, os grupos entrevistados possuem uma visão que localiza o opositor grevista na estrutura e na luta entre as classes sociais.

Quanto à identificação e qualificação do comportamento do opositor durante o período grevista as diferenças não são muitas. Eles acreditam que este teve uma atitude mais repressiva ao nível das intenções, porque efetivamente a repressão foi pequena, tendo de início uma atitude defensiva de "arrochar", mas depois sentiu que era preciso negociar não cedendo, segundo o grupo CEDE, nas questões fundamentais que o colocavam em perigo.

O representante entrevistado do grupo Põ de Giz tem uma opinião sobre este comportamento do Estado e suas penetrações no M.P. através dos vínculos que este mantém com elementos dos dois comandos grevistas formados. Há, do ponto de vista do entrevistado, uma certa identificação entre Comando e Estado, onde, se fosse considerado o opositor sob um ponto de vista autêntico, o próprio comando seria enquadrado nesta categoria.

3.3. A DIVISÃO HIERÁRQUICA DO PODER NAS GREVES E A REPRESENTATIVIDADE DAS LIDERANÇAS

Esta parte da análise que procura identificar o discurso das dissidências ideológicas em relação à condução dos movimentos grevistas visa compreender como se realizou, sob a perspectiva destes, a divisão social de tarefas ao nível do próprio desenvolvimento evolutivo dos dois movimentos (divisão hierárquica entre os que tomam as decisões e os que as executam). A representatividade das lideranças integra-se organizamente à questão colocada acima. Poderia se dizer que uma não funciona sem a outra, perfazendo as duas uma equação do tipo: divisão ou distribuição de poder democrática x representatividade autêntica.

Os três grupos dissidentes entrevistados são unânimes em afirmar que os comandos grevistas não corresponderam às expectativas da categoria.

O representante do grupo MUTE chega a definir os comandos como algo "suspenso" que deixava as bases "desamparadas, sãs e desorganizadas". Diz ainda o entrevistado que estes dois grupos de pessoas não chegavam a formar 2 comandos, e sim uma "falsificação de comando". Nesta mesma linha se desenvolvem o pensamento dos outros dois grupos dissidentes: o Põ de Giz e o CEDE. O representante deste último afirma que:

"O comando chegou ao ponto de sonegar informações, assim como também vetou a organização das bases, descaracterizando as regionais, e para provar o que afirmo, chegou, na greve de 80 a efetivamente fechar uma regional que funcionava junto a uma Igreja".

Desta maneira, sob o ponto de vista destes grupos, o relacionamento dos comandos com as bases grevistas não era democrático, e sim autocrática e impositivo, onde o poder decisório e de negociações era concentrado nas mãos do próprio comando o que impede que seja afirmado que os dois comandos atuavam ou tinham uma prática voltada para a elevação do nível ideológico da categoria como um todo.

Segundo o representado do grupo MUTE, os comandos, ao contrário do que poderia de se esperar de um comando de oposição ao governo e ao Estado-patrão, constituíram-se um verdadeiro "entrave" à organização da categoria. Já o representante do grupo Põ de Giz diz que esta postura autocrática dos comandos de não abrir mão das decisões estaria justificada pela própria condição de origem e procedência dos membros dele participantes. Muitos deles, diz o entrevistado, provinham de "altos cargos da burocracia e da administração da Secretaria de Educação em um período em que esta atuou convenientemente ao regime de exceção em seu período mais agudo. Esta condição de procedência poderia estar justificando os vínculos que estes membros participantes teriam com o Estado, conforme foi colocado acima, com o próprio opositor à categoria dos professores, isto é, ao patrão contra o qual estava se tentando lutar.

"As pessoas estavam sedentas em saber o que estava acontecendo. Eu acho que um equívoco muito grande dos comandos e da diretoria do CPERS foi a de não discutir com as pessoas, e de como as organizar. A dinâmica do CPERS é de se apoiar nos núcleos do interior, negando o que surgia em Porto Alegre. Apoian-do-se em escolas como o Julinho e Instituto de Educação, servindo-se da autoridade, pedindo confiança em si e nas propostas negociadas com o Governo. Podemos dizer que não houve esforço dos Comandos para elevar o nível ideológico e de consciência da categoria. A categoria adquiriu consciência com a própria prática grevista e com seus erros".

Sendo concebido, desta mesma forma, qualquer afirmativa que venha colocar-se sobre a representatividade dos comandos grevistas tornar-se-ia repetitiva, pois os representantes do três grupos são unânimes em afirmar e reafirmar o total distanciamento do comando sobre as bases, e conseqüentemente, a ausência de credenciamento e representatividade da quele sobre estes.

3.4. CONQUISTAS E PERDAS GREVISTAS

Quando os grupos dissidentes são indagados sobre os resultados efetivamente obtidos com as movimentações grevistas já aparecem divergência mais acentuadas. As questões são em três aspectos fundamentais, isto é, se houve algum efeito transformador através das greves em relação a: 1 - condições materiais de trabalho. 2 - condições pedagógicas de ensino e 3 - na própria condição filosófica de concepção de mundo do professor.

Os grupos Põ de Giz e CEDE concordam que com as greves os professores não lograram melhoria em termos de conquistas materiais para a execução de seu trabalho. Lograram, segundo diz o representante do grupo Põ de Giz, uma liberalização ou um afrouxamento dos laços de poder internos à escola. No que se refere ao ensino propriamente dito, ao processo ensino aprendizagem, diz que este é agora objeto de maior discussão, mas concretamente não mudou ainda. O que mudou, dizem todos juntos, foi a própria consciência do professor que está percebendo agora a sua extensão social e política.

Já o grupo MUTE, através de seu representante, não pensa da mesma forma, pois acredita que houve mudanças significativas nas próprias condições de trabalho, porque na medida em que há o questionamento e a constatação do baixo nível de ensino, coloca-se, segundo ele, a exigência de mudanças enquanto propostas concretas. O grupo acredita o mesmo em relação ao ensino em si mesmo, pois acha que o professor pas

sou a ter mais confiança em si como professor. Em relação à concepção filosófica a alteração está em relação à efetiva adoção de uma nova consciência e de uma atitude classista, sabendo agora identificar mais quem é seu opositor e quem é que está ao seu lado.

3.5. DEFINIÇÃO DE UM PROGRAMA MÁXIMO

Um grupo ideológico não só define-se por suas linhas programáticas imediatas, mas também e quem sabe, principalmente, por aquelas linhas que pretendem delinear e orientar suas ações futuras, caso consiga exercer o poder. Estas concepções e ações em potencial que aparentemente se jogam a longo prazo têm sempre um reflexo na ação política presente. Talvez esteja aqui nesta questão na ora se levanta o motivo principal da existência de divergências entre os grupos dissidentes entre si, isto é, não só em relação ao programa máximo em si mesmo, mas em relação à filosofia que este suporta em sua ação presente.

Seria importante colocar que os três grupos estudados tem uma origem comum: o MUTE, e conforme está colocado na história dos grupos, têm origem acadêmica.

O desenvolvimento evolutivo dos grupos acompanha a história na qual se inserem. No período grevista (79-80) a questão partidária, a formação de novos partidos não está ainda muito nitidamente colocada. Portanto, o discurso dos professores durante este período não aparece contendo conotações partidárias, o que não ocorre, por exemplo atualmente, quando uma nítida oposição aparece concentrada junto ao Núcleo dos Professores do Partido dos Trabalhadores.

Apesar dos grupos dissidentes afirmarem que sua situação não está vinculada a concepções político-partidárias definidas e serem constituídas, por isto mesmo, por elementos de vários partidos e facções, veremos que esta aparentemente "neutralidade" política e ideológica é um dos ele -

mentos que os enfraquece e os torna vulnerável à dissolução. Tanto assim é que único grupo que manteve coeso sua identidade política foi e ainda é o grupo MUTE que resolve afirmar sua afinidade com um regime socialista, soberano de orientação marxista, leninista e trostkista. Os outros dois grupos apontam, como poderemos ver abaixo, princípios e objetivos mais gerais, não concentrados em uma linha ideológica definida, ou pelo menos verbalizada. O grupo CEDE coloca, por exemplo, que um programa máximo deveria conter como premissas básicas, melhores condições de vida e trabalho, melhores condições de ensino e de salário e que o professor nesta nova situação deveria gozar de plena participação nas decisões de processo ensino-aprendizagem, no Estado e na política. O grupo Põ de Giz segue na mesma linha discursiva dizendo que um programa máximo deveria conter objetivamente um reajuste semestral e até trimestral, 130 salário, piso salarial de 2 salários e meios, democratização do ensino, educação libertadora e livre participação dos professores nos movimentos sociais e partidários, isto é, nas lutas sociais e políticas.

O grupo MUTE, conforme seu representante coloca, tem uma idéia de programa máximo, pois segundo ele só com a conquista de um novo regime social, a atual situação melhorará. Sua batalha está em torno de questões a princípio puramente sindicais. Assim sua luta sempre foi e está planejada para ser em torno das melhores condições de trabalho, de salários, de vida, dentro de uma ideologia e política própria.

3.6. - A FORÇA POLÍTICA DO PROFESSOR E A PERSPECTIVA DO MOVIMENTO DO PROFESSOR

As divergências de opinião que aparecem abaixo ao invés de se excluírem, complementam-se. O grupo MUTE, por exemplo, evidencia a força do professor em relação ao papel na esfera econômica que este exerce. Diz seu representante:

"A força do professor se iguala a de qualquer outra categoria social, só perdendo para os operários metalúrgicos".

O representante do grupo Põ de Giz localiza e especifica mais esta força, pois diz ser esta de caráter mais social e político do que econômico: "o professor não paralisa a produção". O grupo CEDE acredita ser o professorado uma força homogênea, não explicando em que se constitui esta homogeneidade.

Os três grupos entrevistados percebem o magistério como sendo um conjunto de pessoas que se, pelo menos não são, devem vir a ser agentes de mudança e transformação social devido a posição peculiar que ocupam na sociedade, não só pelo papel de intelectuais como também pela sua capacidade numérica quando à possibilidade de eleições de um novo poder político.

Em relação à perspectiva de continuidade do M.P. o único que visualiza uma continuação crescente deste é o MUTE. Em sua análise de conjuntura acredita que este movimento está ligado ao movimento da sociedade em geral e que está encaminhando-se lentamente para uma crise generalizada, quando ocorrerá finalmente, ou a queda da ditadura militar com possibilidade de formação de um novo regime social ou uma

nova forma de dominação da burguesia. Os outros dois grupos entrevistados não fazem uma ligação, pelo menos explícita, do M.P. com a situação conjuntural da sociedade brasileira. O grupo Põ de Giz, segundo seu representante, não fazia análise de conjuntura. O grupo CEDE pensa que com o passar do tempo e com o desenvolvimento do próprio movimento haverá uma tendência à divisão interna, pois, sendo o professor um elemento de classe média, com o acirrar de uma situação política conflitiva, sendo ele reacionária, se polarizará em favor de interesses não renovadores e progressistas, o que coloca um limite à própria existência do movimento. Isto porém, não é o que acredita o representante do grupo Põ de Giz que diz estar o movimento à mercê da situação conjuntural, sua continuidade porém depende muito da qualidade das atitudes dos seus dirigentes.

esta dissolve-se, surgindo o grupo Põ de Giz, contendo nele inclusive elementos que tinham sido fundadores do próprio MUTE. Assim, enquanto em 1980 o CPERS desenvolve a campanha salarial do professor ao técnico científico, via exaustão do executivo², o MUTE luta por um índice salarial equivalente.

Diz ainda o representante deste grupo que quando em 1981 houve novas eleições para a diretoria do CPERS, seu grupo resolve não concorrer, pois julga coerente não fazer aliança com a chapa de oposição Participação³ que corre com a de situação. Luta ainda este ano pelo cumprimento do acordo firmado na greve de 1980 e pela aposentadoria. É ainda neste ano que o grupo participa da CONCLAT - Confederação da Classe Trabalhadora.

O grupo Põ de Giz, ao abandonar a O.P. traz consigo a plataforma da APOESP, porém em termos de envolvimento concreto enquanto grupo e devido ao seu curto período de atuação, sua participação foi menos intensa que a do grupo anterior. Distribuía e assinava textos nas assembléias gerais durante as greves e no período entre as duas greves. Na gestão da presidência da Profa. Glacy Rolim teve uma participação mais ativa. Trabalhou ainda na organização da Semana do Professor em 1980 e participou ativamente das discussões de reformulação dos Estatutos do CPERS em 1980.

O grupo CEDE não atuava enquanto grupo oficialmente formado. Sua estratégia era atuar procurando desencadear um processo de conscientização nos professores sem vincular-se a nenhum rótulo. Atuava nas assembléias gerais da greve de 1979 com participações individuais através da feitura de propostas por escrito ou orais. Trabalhou também para a articulação das escolas em regionais, onde fazia o trabalho de conscientização a que se propunha.

Em maio de 1979, dois meses portanto após terminada a greve de março de 1979, e dissolvida a Oposição Sindical estes grupos dissidentes ao CPERS que não possuíam um vínculo de caráter mais orgânico a um partido político passam a contar com um canal político ao qual suas propostas progressistas parecem se identificar mais profundamente. É o Núcleo dos Professores do Partido dos Trabalhadores que começa a ser ativado. Dele, conforme está colocado na "História dos Grupos" neste trabalho, o Grupo Pô de Giz começa a ter uma participação paralela, isto é, ao mesmo tempo que atuava enquanto grupo, participava do Núcleo do PT. Mais próximo à greve de 1980, o Núcleo do PT está mais caracterizado, embora tenha passado o ano de 80 meio desativado. O grupo Pô de Giz resolve dissolver-se e integrá-lo, bem como o grupo CEDE. O MUTE começa a ter parte ativa neste Núcleo porém não dissolve-se enquanto grupo de oposição ao CPERS, mantendo sua identidade íntegra e não alterando seus princípios e estratégias políticas. Desta forma a participação efetiva destes grupos ao nível político é desenvolvida com a adesão e participação ativa também através do Partido dos Trabalhadores. Faz-se necessário colocar aqui que esta integração dos grupos no PT não significa, conforme o exemplo do MUTE mostra, abandono de uma identidade ideológica específica de seus participantes, mas sim uma identificação de caráter ideológico mais geral que tem em comum uma proposta em termos de transformação do regime social e das vias de atingi-la.

Caberia aqui colocar que o que reúne estes professores, arranjados em grupos ideológicos diversos no PT é a sua proposta partidária, sua plataforma, que no desenrolar de sua história evolutiva nesta fase tanto de Partido como de sociedade brasileira futura está mais ao nível retórico do que realmente prático, podendo desta forma, contar com a presença de diversas tendências e propostas estratégicas distintas em seu interior.

4 - CONSCIÊNCIA E PRÁTICA POLÍTICA DOS COMANDOS GREVISTAS

4.1. CONTRADIÇÕES GERADORAS E ECLOSÃO DOS MOVIMENTOS

Os quatro elementos entrevistados representam dos dois comandos das greves de 1979 e 1980 colocam que as contradições geradoras dos movimentos grevistas são os baixos salários, o não cumprimento por parte do governo dos acordos que vinham sendo transacionados com a entidade representativa, a própria abertura política e também uma resposta do professor à sua própria não participação anterior nas decisões das questões do magistério.

Porém, este discurso de análise política contrasta, quando percebe-se, através dele mesmo, que alguns elementos dos comandos assumem a paternalidade das greves.

"A meu ver, em primeiro lugar para a causa da greve de 1979, vejo o não cumprimento do acordo do governo com aquilo que ele havia prometido, e em segundo lugar a preparação das lideranças da categoria que começaram a trabalhar à idéia de greve, pois 11 entidades ligadas ao magistério se reuniram, depois 10 caíram fora ... Em 1980 eu tive uma participação importante, pois consegui que a greve fosse decretada em novembro de 80 e não em outra época, conforme queriam.

"Acho que foi um desgaste do salário. O salário não era mais salário. Houve muitos contatos com o governador. Mas as reivindicações vieram mesmo do Conselho de professores. Casualmente fui eu que fiz a proposta de greve".

Pode-se perceber então que há uma certa unidade de pensamento dos entrevistados. O pensamento é justamente o de serem eles mesmos os elementos principais no processo desencadeador dos movimentos grevistas, deixando para segundo plano tanto a ação das dissidências ideológicas já

analisadas que possuíam certa força de atuação, se bem que pequena, mas existente assim como a ação e força da própria categoria que foi afinal quem realizou as greves, além da própria existência das contradições sociais e conjunturais que geraram o M.P. como um todo.

Talvez seja por esta mesma postura colocada acima, que os comandos acreditam não terem sido as greves movimentos espontâneos da categoria e sim fruto da organização de grupos:

"As duas greves foram feitas praticamente pelo CPERS".

"Acho que o clima político permitiu as greves, porém posso dizer que a diretoria do CPERS e o conselho de professores atuaram neste sentido".

Desta maneira, percebe-se, segundo os entrevistados, a atuação das entidades que em 1978 já estavam começando a despertar para a realização de um processo reivindicatório. Não foi por nada que a primeira assembleia geral da categoria que se realizou especificadamente em abril de 1979 tinha sua mesa formada por representantes de 11 entidades e associações ligadas ao magistério, tendo conseguido esta congregar mais ou menos 4.000 professores.

A segunda assembleia geral que ocorreu dois dias após a primeira não contava mais com 10 das 11 entidades que contou a primeira, pois com a ameaça de greve real, estas renunciaram à mesa, ficando esta constituída por professores eleitos na própria assembleia.

Os dados apresentados acima e os acontecimentos mostram através da presença de uma massa de 4.000 professores em 1979 e a formação de uma nova mesa eleita, que a categoria do professor estadual gaúcho, embora aparentemente desorganizadamente estava a destituir uma mesa que não os representava e estava a exigir, aos gritos, a greve.

A pressão que a categoria fazia aos seus supostos representantes era de que "alguém" deveria assumir o controle.

Portanto, o processo de eclosão grevista não foi, na verdade, unilateral. Ele foi resposta a um diálogo que manifestava como prevalescente o desejo de uma categoria que estava cansada de ver seus desejos e necessidades não atingidos e insatisfeitos e travado através da pressão de classe em um momento político não muito propício a este tipo de manifestação, já que as negociações oficiais que vinham sendo mantidas com o governo não estavam surtindo efeito na prática.

4.2. DEFINIÇÃO DO Opositor

Os comandos grevistas, ao contrário dos grupos dissidentes, não apresentam, pelo menos verbalmente, uma ideologia política e social justificadora de sua ação nas greves. Por serem representantes temporários, possuem uma missão de lutar para a conquista de reivindicações que satisfizessem, em termos imediatos, a categoria.

A visão que possuem do opositor contra o qual conflituam frente a frente é de um governo que não atende às reivindicações da categoria, classificando-o genericamente de "sistema", "governo", "Estado", não sabendo localizá-lo na estrutura e na luta entre as classes sociais.

Esta imagem que fazem do opositor corresponde, acredito, à internalização de uma ideologia mitificadora clássica de Estado que o conceitua como sendo um juiz que para acima das classes sociais e acima da luta entre estas classes sociais sem tomar partido de nenhuma delas.

Sendo, o estado o patrão e não uma empresa privada, o conflito grevista, ao invés de esclarecer, obscurece sua localização na estrutura de classes, permanecendo desta

maneira no imaginário dos dois grupos representantes dos comandos de greves, como sendo um opositor negador, negociador que vê a educação como despesa e não como desenvolvimento, como sendo o conjunto de pessoas medíocres e incompetentes, que demonstram uma atitude de fraqueza, defensiva, executadora de uma falsa atuação paternalista.

A visão, porém, que possuem do Estado opositor não é tão monolítica como pode parecer de acordo com as colocações feitas acima, alguns dos entrevistados conseguem melhor localizar este padrão na hierarquia das classes e categorias sociais da sociedade capitalista.

"Em 1979 observamos que o executivo é o nosso juiz e padrão. Com a movimentação no Rio Grande do Sul conseguiu-se o direito de negociação e de greve, que por sinal, sempre foram reconhecidas pela Organização Internacional do Trabalho. O governo passou então a ser só o nosso padrão. O governo foi rigorosamente derrotado. Nós encontramos sempre a forma de ganhar. Ele procurou intervir, fazer intervenção mesmo no CPERS, não negociar. Em 80 eu pude presenciar que o governador e o governo são um instrumento na mão dos militares, pois o que estes decidiam, aqueles respeitavam. As lideranças tiveram sempre vitórias incriáveis. Quando o Gal. Bandeira ameaçou o CPERS de intervenção, foi por habilidade dos líderes que isto não aconteceu e então com um golpe de mestre conseguimos reabrir negociações".

4.3. DIVISÃO HIERÁRQUICA DE PODER E REPRESENTATIVIDADE DAS LIDERANÇAS

Na condução das greves no que se refere à tomada de poder decisório autêntico, os elementos dos comandos de greve acreditam que seu comportamento foi o mais democrático possível, embora admitam que "não é fácil fazer democracia".

O tipo de prática que se fazia para que a ca-

tegoria ampliasse sua consciência eram principalmente as seguintes: distribuição de folhetos, reuniões em escolas, no CPERS, divulgação dos documentos para serem discutidos nas bases, contatar igrejas para funcionar como ponto de encontro de professores para debates, permissão da formação de líderes espontâneos, etc ...

Os comandos grevistas acreditam que a condução dos trabalhos grevistas foi a mais democrática possível. Não fazendo-se, portanto nenhum tipo de auto-crítica a respeito da concentração de poder decisório que eles realmente possuíram.

Porém, um dos elementos entrevistados faz um início de questionamento da condução dos trabalhos.

"Acho que com todo o esforço feito deixa muito a desejar. Talvez deveríamos estudar mais todas as decisões tomadas nas assembleias gerais".

Porém, apesar desta observação, seu autor critica todo o descontentamento existente a respeito de seu desempenho a pequenos grupos ou até a alguns indivíduos e os justifica a questões de cunho político partidário e não propriamente a questões da democracia interna das greves.

O mesmo faz outro elemento entrevistado, quando diz que os comandos são não corresponderam às expectativas dos grupos dissidentes, pois estes, segundo ele, eram "muito ideológicos".

As observações levantadas acima dizem respeito à formação da auto-imagem que os representantes dos comandos grevistas fazem de sua representatividade.

Neste sentido observa-se, também, uma certa ausência de autocrítica, percebendo a si como possuidores de uma representatividade inquestionável e que corresponde plenamente às expectativas da categoria como um todo.

"Os comandos corresponderam total e absolutamente às expectativas da categoria. O comando era um ídolo. Acredito que a greve de 79 foi histórica para o magistério".

A ausência de representatividade, pois, estaria, segundo os comandos grevistas, destinada àqueles elementos dos grupos dissidentes e àqueles indivíduos que possuem alguma riqueza até pessoal de cunho político ou partidário e inexistiria em relação à categoria ou às bases propriamente dita.

4.4. CONQUISTAS E PERDAS GREVISTAS

Este tópico levanta algumas questões no que diz respeito aos aspectos negativos e positivos obtidos ou perdidos com o exercício grevista para a categoria e considera também alguns efeitos nela produzidos ou provocados no que se refere às suas condições de trabalho, ensino e de visão de mundo.

Em relação às ventuais perdas ou retrocessos ocorridas com as greves os comandos não tem muito a declarar. Dois aspectos porém, segundo eles, parecem terem revistido - se em perda. O primeiro diz respeito à divisão afetiva que se criou nas escolas entre professores grevistas e não grevistas, (o que por sinal é questionável, seria isto realmente uma perda?), responsável por uma certa animosidade ou tensão dentro das escolas. O segundo aspecto é apontado por outro entrevistado localizado na greve de 80, quando diz que as reivindicações dos professores não foram efetivamente cumpridas pelo governo, tornando o esforço e energia dispendidos pela categoria sem retorno, esvaziando o desenvolvimento futuro do M.P.

Porém, as vitórias parecem ter pesado mais na balança. Colocam em unanimidade que a grande conquista grevista não foi salarial e sim política, obtendo a categoria,

com as greves, uma maior consciência política e crítica, conquistando desta forma o professor maior consideração e respeito social.

Não são unânimes, porém, em afirmar que houve mudança ao nível do ensino, ao contrário do que acontece com sua opinião a respeito da mudança nas condições de trabalho (melhoria nas condições materiais e políticas de trabalho), pois concordam em afirmar que as greves não ajudaram a mudar em nada a este respeito.

Uma observação há que se fazer, parece-me que existe uma certa valorização excessiva do saldo positivo consciência política.

Se observamos as afirmações do conjunto representativo dos dois comandos grevistas, notaremos que a consciência real adquirida pelo professorado está aquém daquela neles projetadas pelos elementos do comando.

"A consciência dos professores se modificou em muitos níveis. É difícil colocá-los todos. Mas vejamos. 1 - A mulher enfrentou seu homem; 2 - a discussão começou a se abrir, os professores começaram a opinar; 3 - os professores começaram a tomar consciência de que tudo vinha pronto da SEC; 4 - a participação é fundamental; 5 - cresceu a consciência profissional".

O mesmo entrevistado, porém, ao falar sobre a visão de mundo da categoria diz:

"Acho que a visão de mundo da categoria ainda está muito lenta, as pessoas ainda não tem diretivas. Mas há demonstrações de que houve alguma mudança".

Por esta excessiva valorização da suposta aquisição de uma consciência crítica e pela própria contradição interna da lógica do discurso dos elementos dos comandos con-

sidero que ainda não exista, por parte destes, um parâmetro de valores imaginários coerentes em relação a conquistas e perdas que corresponda à realidade concreta dos professores do RS.

4.5. POLÍTICA DO PROFESSOR E A PERSPECTIVA DO MOVIMENTO DOS PROFESSORES

A maneira como os dois comandos de greve percebem e interpretam a força política do professor passa por várias nuances que passam desde uma concepção mais vaporosa e emocional ...

"São na sala de aula a força que os professores têm, e em nível de RS e de Brasil então!"

até uma concepção comprovadamente exagerada ...

"A categoria é uma força adormecida. Somos mais fortes que o executivo".

Apesar dos comandos terem consciência de que os professores podem influenciar na política e na mudança para uma nova sociedade, não aparece, no conjunto de seus discursos, uma especificação maior de como exatamente esta força, esta energia existe detalhadamente no magistério enquanto categoria e inclusive no seu cotidiano, isto é, na prática pedagógica do conjunto do professorado gaúcho.

Na realidade é difícil o professor constituir-se numa força política realmente libertadora de um regime social ditatorial, se sua prática do dia a dia, e principalmente, se seu fazer pedagógico constitui-se de uma prática autoritária e conservadora.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, percebe-se aqui como também pode ser percebido no item "Conquistas e Perdas Grevistas" uma confusão ao nível do imaginário do con-

junto dos indivíduos entrevistados entre desejo e realidade.

Os dois comandos grevistas não assumem uma posição muito clara a respeito dos destinos futuros do M.P., dando a impressão de que as suas manifestações, como por exemplo, as grevistas, são mais frutos de uma situação mais ou menos imprevisível e conjuntural, exercida sob a influência de grupos pré-formados, do que como fazendo parte de uma sequência histórica organizadamente realizada e vinculada à categoria.

A própria maneira de adjetivar e opinar sobre a atual situação político partidária como sendo: "desastrosa", "confusa e insegura", e "melancólica" talvez seja a causa justificadora de não poderem lançar ao nível das possibilidades conjecturais futuras da categoria a solução de continuidade ao M.P.

Só um dos indivíduos entrevistados faz uma crítica ao M.P., dizendo que se ele não se "revitalizar" correrá sérios riscos de existência.

"O M.P. deverá adotar uma dimensão mais política. O futuro do M.P. exigirá que ele adote uma proposta mais global. Se continuar neste ritmo, acabará sendo elitista e privilegiado. As reivindicações deverão ser mais voltadas para o ensino, mais para os alunos, mais para os pais dos alunos. Tenho tido medo com o andamento do movimento nos últimos meses de que perca esta dimensão maior. O M.P. está precisando de um ingrediente novo. Terá que se revitalizar".

Este tipo de consciência crítica em relação ao futuro do M.P., não aparece no discurso do restante dos entrevistados participantes dos dois comandos grevistas. Na realidade, todo o movimento social tem mesmo que se redirecionar, conforme as forças do Estado e da Sociedade como um todo, inclusive daquelas forças que entrelaçam-se com os interesses sindicais das mais diversas categorias no país e em cada mo-

mento político específico em que se situam. O professor acima entrevistado está a criticar o privilégio de enfoque do movimento das reivindicações do tipo econômico às de caráter político e pedagógico. Diz ele que, em se tratando de um movimento especialmente formado por professores, estas questões não podem ser deixadas para segundo plano.

4.6. OPINIÃO SOBRE OS GRUPOS DISSIDENTES

Os elementos dos dois comandos grevistas provêm, em bom número, da própria diretoria da entidade representativa da categoria - CPERS -, desta maneira qualquer dissidência a ela e qualquer proposta alternativa de ação com conteúdo ideológico mais arrojado colocada nas assembléias gerais das greves significa uma ameaça, mesmo que com pouco poder de propagação pelo menos a nível imediato na categoria. Ameaça à situação de poder que os comandos, quer queiram quer não queiram, possuem enquanto comandos de greve, e também por seus vínculos diretos com a diretoria da entidade que, enquanto diretoria também detém o controle administrativo da entidade.

Ao assumir a paternidade das greves, e do próprio M.P. e por naturalmente atuarem no sentido de manter a autoridade que possuem tanto na estrutura das greves quanto na estrutura administrativa da entidade, é natural que percebam os grupos dissidentes como "ideológicos", segundo sua própria denominação, como filhos rebeldes em fase de contestação e ao assim os tratarem e os conceberem, imprimem-lhes pouca importância, neutralidade de ação e pequena expressividade e legitimidade na própria categoria como um todo.

É unânime para os dois comandos entrevistados que os três grupos dissidentes desejam "o poder pelo poder", "são utópicos em suas proposições", "são uns porra-loucas". Este último adjetivo é direcionado por um dos entrevistados especificamente ao grupo MUTE.

Acreditam também em seu conjunto que a convivência com os grupos PÔ de Giz e CEDE foi mais pacífica, porque estes de certa forma "incentivaram a convivência democrática", pois "eram grupos mais de discussão do que de ação propriamente dita". Porém, em relação ao grupo MUTE o imaginário comum difere totalmente, pois são considerados como "intransigentes".

*"O grupo CEDE também foi usado por mim".
"O MUTE talvez seja o que mais tenha se destacado. Eles eram mais folclóricos. Foram os "animadores" das greves e eu francamente os usei. Eles já em 78 concorreram para a diretoria do Centro de Professores. As posições deste grupo são fruto de sua ignorância e falta de participação. Parecem-me que eles negam a história e atuam como se não existisse história anterior a sua".*

Estas afirmações bem expressam as idéias que serviram de diretrizes ao tratamento dado aos grupos dissidentes presentes nas greves e também manifestam o medo em relação à existência deles, o mito evidenciado através do tratamento com pensamentos e ações dissidentes e alternativas.

4.7. ENVOLVIMENTO CONCRETO NAS GREVES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Está claro que o envolvimento concreto dos dois comandos de greve foi muito intenso. Será, pois, através do tipo de prática participativa por eles exercida é que poderemos fazer algumas observações.

Os comandos oportunizaram durante as duas greves reuniões em escolas, no próprio CPERS, distribuíram folhetos, faziam a divulgação de documentos para serem discutidos nas bases, e através dos conselheiros do Conselho de Professores do CPERS realizavam uma ponte entre Comando e escola. As igrejas também eram usadas como ponto de encontro e debate, os próprios elementos dos comandos visitavam as esco

las e participavam de alguns debates. Com estas atitudes os comandos grevistas julgavam ter contribuído para que as decisões tomadas nas assembléias gerais proviessem com mais conhecimento de causa.

"As informações para comandos vinha mesmo era através do Conselho de Professores do CPERS. Havia reuniões todos os dias de tarde, durante as greves, que traziam as questões das escolas e grupos de escolas passavam pelo conselho depois do Conselho ao Comandos".

Desta forma é que os comandos se realimentavam a respeito das expectativas da categoria. Um dos entrevistados acredita, que uma prova de legitimidade da condução dos trabalhadores é dada pelo número crescente de participação nas greves que em 79 começou com 2.000 e em 80 passou para 20.000 professores.

Com o tipo de mecânica participativa e decisória adotado durante o desenrolar das assembléias gerais, as reflexões conjuntas obtidas nos pequenos grupos ou em escolas ou igrejas aparecem nas assembléias como que dissolvidas e pulverizadas, pois a participação e a colocação de propostas era individualizada, são geralmente representado alguma escola ou grupo de professores. Em assembléias extremamente numerosas, como ficou sendo as dos professores, o voto, por sua vez, era por aclamação. A própria forma como era feita a participação oral impedia o maior número de participações, pois havia só um microfone perto do comando de greve para uma assembléia de milhares de pessoas. Sem dúvida, a centralização do microfone significou centralização de poder.

5 - CONSCIÊNCIA E PRÁTICA POLÍTICA E PROFISSIONAL DAS BASES GREVISTAS

5.1. INTRODUÇÃO

Neste estudo elegi para o que chamo de bases grevistas três grupos a serem entrevistados dentro de uma perspectiva metodologia qualitativa. Os grupos assim selecionados compõe-se de amostras representativas de professores da escola A tida⁴ como a escola menos participativa nas duas greves, 30% de professores participativos, e da escola B tida como a mais participativa, 100% de participação, também nas duas greves e finalmente de um grupo de professores que integram o quadro administrativo da Secretaria de Educação do Estado do RS.

Em cada uma das unidades escolares entrevistadas e na Secretaria de Educação sempre procurei entrevistar o professor com maior e menor grau de participação nas duas greves conforme a função que ocupam na escola e na SE. Desta maneira foram entrevistados em cada escola 4 categorias funcionais: 1 - professores regentes de classe; 2 - orientadores educacionais; 3 - orientadores pedagógicos; 4 - e professores pertencentes ao staff administrativo. O grupo da Secretaria de Educação contou somente com dois professores entrevistados, sempre sendo mantido o mesmo critério de maior e menor participação nos movimentos grevistas.

5.2. CONTRADIÇÕES GERADORAS

Todos os professores entrevistados não hesitaram em colocar a contradição principal e geradora das greves como sendo os baixos salários. Porém, são poucos que estendem esta afirmativa, localizando os conflitos grevistas como sendo resultado da pouca verba destinada pelo Estado à

Educação ao considerá-la mais como uma despesa do que investimento.

E são raros os que apontam como uma possível conseqüência da abertura política.

Aqueles professores que se situam mais à direita, isto é, que não aceitam a forma de manifestação grevista, acreditam que além da questão salarial as greves foram conseqüências e fruto de interesses pessoais e políticos de progressão pessoal.

Logo, conforme pode observar-se nas entrevistas, há um consenso de opinião que convergem para os baixos índices salariais, deixando para segundo plano as causas de ordem mais superestrutural, isto é, de ordem política, ideológicas ou econômica e sociais que efetivamente influenciaram e contribuíram para a eclosão grevista.

A percepção do professorado está, portanto, mais restrita à uma percepção imediata ao nível dos salários do que a um outro tipo de percepção não tão evidente e à vista ao nível de seu cotidiano, mais profunda de médio ao longo prazo mas que não deixam de ser a realidade, também verdadeiros, embora mais imediatos, conflitos geradores dos movimentos grevistas.

5.3. CONHECIMENTO DAS GREVES E REAÇÃO

É natural que aqueles professores que não participaram das greves tenham tomado conhecimento delas através da imprensa, rádio, TV, ou jornal, ao contrário daqueles que delas participaram. Estes últimos tomaram conhecimento nas escolas, através de colegas ou mesmo através dos conselheiros e representantes do CPERS na sua escola, ou já sabiam de sua possibilidade de existência antes mesmo da primeira eclosão.

Os professores não participativos desconhecem em sua maioria as possibilidades de organização de movimentos coletivos e além de criticar a organização existente não se dispõe a aperfeiçoá-la, emitindo em seu conjunto que a racionalidade organizatória das greves que vivenciaram não era suficientemente forte nas escolas para que as decisões tomadas nas assembleias gerais fossem feitas com maior conhecimento de causa.

"Na minha escola a greve era bem organizada. Eles faziam encontros, discutiam. Mas a maioria dos professores era "oba-oba". Era falsa. Aquilo era um tipo de férias. Na hora que interessava não vivenciavam os movimentos. O grupo organizador sim, vivenciava". (professor não participante, vice-diretor da administração escolar e da escola participativa).

"Não era respeitada a vontade dos professores. A forma de votação nas assembleias gerais era feita sem outros caminhos anteriores para a decisão final". (idem)

O contrário porém se evidencia em relação aos professores participativos. Estes confiam que houve uma relativa organização de base e que os comandos de greve se esforçaram para elevar o nível de consciência da categoria.

"Em 80 a liderança poderia ter ouvido mais as bases, pois conduziu manipulatoriamente o movimento da sua metade em diante". (Prof. participativo SEC).

Avaliando a forma como foram conduzidos os movimentos, a relação entre os comandos grevistas e as bases, posso dizer que os comandos grevistas têm uma boa legitimidade na categoria e é classificado pela maioria dos entrevistados, participativos ou não, como sendo representativo e democráticos, adquirindo e conquistando da primeira para a segunda greve maior grau de confiabilidade e respeitabili

dade enquanto liderança sindical. Se levarmos para o lado de percentual estatístico, observaremos que sō 15% dos entrevistados optam por acharem aos comandos nō representativos. Um dado importante que percebi foi o de que hā uma parcela que embora sendo bastante participativa nō credita aos comandos a adjetivação de democráticos.

Hā ainda que ressaltar novamente uma evidência que percebi nas entrevistas efetuadas ao longo deste estudo. Os professores ao pronunciarem seu discurso muitas vezes identificam as expressões "comando de greve" igualando - a a de "diretoria do CPERS". Hā, na realidade, esta identificação entre os dois, pois alēm de haver uma preponderância do número de elementos desta diretoria fazendo parte dos comandos também hā uma interferência ideológica de um sobre o outro.

Esta identificação entre diretoria e comandos estā a revelar uma certa ausência de novos interlocutores autênticos e vālidos dentro da própria categoria, uma vez que estes elementos que aparecem nos comandos jā pertencem aos quadros administrativos do Centro de Professores hā muitos anos, alguns com atē 15 anos de prestação de serviços na entidade. Este aspecto revela, de certa forma, uma estrutura organizatōria ora "espontānea", ora "autoritāria", uma vez que evidentemente nō elegeu para participaō no comando líderes representativos de zonas por escola, distribuīdas geograficamente, abrangendo assim representantes mais orgānicos às opiniōes das bases do interior e nō sō de Porto Alegre.

Estas observaōes feitas acima nō invalidam, porēm, a hegemonia conquistada com o exercīcio das duas greves, que demonstrou atravēs de seus trabalhos uma busca de abertura e uma tentativa de democratizaō interna.

5.4. DEFINIÇÃO DO OPOSITOR

Neste item da análise posso afirmar que existe uma quase homogeneidade de opinião em relação ao Estado - patrão. A maioria dos professores entrevistados concordam em afirmar a inadequação da ação governamental em relação à situação grevista.

Para se ter uma noção do que afirma vejamos a afirmação de 1 dos 11 professores não participativos dentre os 428 professores participativos da escola participativa. Este professor é oficial da brigada militar e se posicionou francamente contra as greves, porque as acredita ilegais:

"O governo foi de uma infelicidade a toda a prova".

Até uma professora também não participativa pertencente ao quadro administrativo da SEC, coloca:

"Acho que a ação do governo foi autoritária ... não dando valor à classe, tratando-a como se fossem pessoas ignorantes. Houve falta de respeito e consideração".

Seria repetitivo colocar as opiniões dos que aderiram e participaram das greves, porque esta atitude em si já revela uma postura de descontentamento em relação às respostas que o governo vinha dando ao magistério até mesmo antes das greves eclodirem.

Só há ainda um caso a registrar. A diretora substituta da escola não participativa, e que chamou a polícia para impedir a mobilização de professores de outras escolas na sua, coloca:

"O secretário se saiu bem".

Esta professora, porém, não revelou em toda sua entrevista uma posição com fundamentação, uma vez que sua atitude não só em relação às greves, como também em relação aos acontecimentos culturais, sociais e políticos, abordados foi de total alheamento e distanciamento. Sua atitude pode ser classificada mais como sendo de fidelidade cega ao governo do que de uma confiança consciente em sua atuação.

A quase totalidade dos professores entrevistados, não localiza adequadamente, o papel do Estado na estrutura das classes sociais. Os próprios substantivos usados pelas bases grevistas o comprovam: "o Estado", "o Governo", "o Sistema", não localizando e identificando sua atitude como sendo a favor de uma classe dirigente dominante inerente às lutas e aos conflitos da sociedade.

Há porém a afirmação que aponta no sentido contrário ao exposto acima:

"A educação, através do Sistema Estadual de Ensino é um aparelho ideológico de estado. Há um funcionamento no sentido de adestramento do magistério e dos alunos para que sirvam aos interesses do Estado. Acho mesmo que tem que haver uma mudança econômica radical dentro da estrutura capitalista, especificamente no Brasil, que sofre muita exploração do capital internacional. Sem a alteração deste sistema econômico não há como os professores chegarem onde querem". (Prof. grevista, SEC).

5.5. DEFINIÇÃO DE UM PROGRAMA MÁXIMO

No que diz respeito à progressão de um programa máximo para o magistério o imaginário ideológico da categoria não segue, como é mesmo de se esperar, um bloco homogêneo. Vejamos as falas de professores grevistas e não grevistas.

"Para que o professor seja um profissional competente e tenha acesso aos bens de consumo é necessário dar uma aperta da geral do parafuso no sistema geral, não só de ensino e não só no Brasil. Tem que se tentar resolver a crise que é mundial". (Prof. grevista de Escola participativa).

"É temerário determinar tal elenco face às constantes mutações da sociedade".
(idem)

"Acho que seria necessário uma reforma de ensino..." (Prof. orientadora educacional grevista de Escola participativa).

"Acho que a questão é mais pessoal, "de si", porque embora o professor não tenha condições, ele pode ser bom de qualquer maneira. Acho que independe de condições de ajuda. Eu sempre tive um bom rendimento apesar de em certos momentos ter tido dificuldades". (Prof. não grevista de Escola não participativa).

"Acho que a metade dos professores e também dos funcionários públicos deveriam ser dispensados e os que ficassem deveriam ganhar o dobro ou mais dos seus vencimentos atuais. Eles produziriam mais e melhor do que antes com a vantagem para o erário público. Mas isto vai contra a politicagem. Entraria aqui também o problema social do desemprego. Mas quando o professor entra para o magistério deveria saber o que esperava. O professor não deve medir hora, não deve estar preocupado com o relógio. Quando um professor meu começa a medir e a cobrar os minutos que passam além do previsto na sala de aula, eu já sei com que tipo de professor estou trabalhando". (Vice-Diretor não grevista escola participativa).

"A realização do projeto dos professores depende de uma mudança total, econômica, social, cultural. O movimento dos professores só alcançará sucesso se entroszar-se ao movimento das outras categorias sociais. Sozinho, isolado não vai ter força e não vai modificar nada". (Professor grevista SEC).

Conforme poderá ser melhor compreendido nas conclusões deste trabalho a idéia que os professores fazem de um programa máximo para o magistério, muito bem revela a qualidade dicotômica ou fragmentada da concepção de mundo da maioria dos professores das bases, seja ele grevista ou não. (VER DIAGRAMA I e II NAS CONCLUSÕES).

Assim as soluções ou metas que idealizam ou se constitui em um plano de aquiescência à ideologia dominante como é o caso da maioria das citações acima, ou se constitui em uma contra ideologia à dominante como é o caso da última citação.

O primeiro tipo coloca realizações futuras mais no plano individual do que coletivo, via realização profissional, valorização do ego, característico das sociedades competitivas, conforme mesmo Wright Mills (1957) coloca, com valorização excessiva às noções de prestígio e sucesso.

5.6. DIVISÃO HIERÁRQUICA DE PODER E REPRESENTATIVIDADE DOS COMANDOS

A inserção ou não em um movimento grevista requer do indivíduo uma compreensão de sua estrutura e funcionamento. Claro está que tanto na estrutura como no funcionamento das greves ou qualquer movimento social estão subjacentes relações de poder entre seus integrantes, entre seus dirigentes e executantes.

Desta forma, a própria organização, participação e envolvimento, conhecimento dos tipos de canais reivindicatórios existentes na categoria sobre os quais ela possa recorrer, organização mobilizatória das bases e elevação do nível ideológico das mesmas, pelos comandos grevistas são todos itens que devem ser analisados para que se possa medir a trama real do movimento social, isto é, sua mecânica interna e o nível de sua capacidade democrática.

As falas dos professores revelam que a greve de 80 teve um aperfeiçoamento em sua mecânica interna, isto é, em sua estrutura, funcionamento e nas próprias relações de poder entre comandos e bases em relação a de 79.

Porém, aqui é necessário conhecer como as próprias bases entendem o fenômeno grevista e sua mecânica.

Analisando as duas greves percebo que a maioria dos professores não tem muito claro esta mecânica. Suas respostas a respeito de como era feita a organização da categoria nos períodos grevistas assim o provam. As possibilidades que vêm para participação ficam sô e principalmente ao nível das assembleias gerais e dos núcleos por escolas. Sô aqueles professores que já tinham um nível mobilizatório anterior às greves são quem revelam e estendem seu nível de ação aos pais, alunos, comunidade, participando em campanha de fundo de greve, comissão de divulgação, comissão de mobilização, etc...

A maioria dos professores entrevistados desconhece a existência de outros canais ou entidades, grupos ou instituições reivindicatórias dentro do próprio magistério, à não ser o CPERS.

Mais da metade do grupo entrevistado, porém, acredita que os comandos grevistas atuaram no sentido de democratização das decisões, elevando o nível ideológico da categoria. Porém, há aqueles que desta maneira não pensam, independente de serem grevistas ou não, pois acreditam que os comandos de greve não deixaram as coisas claras para as bases, que as decisões tomadas foram apressadas, e que apesar de as discussões terem algumas vezes realmente ocorrido em algumas escolas, na hora das assembleias gerais "as coisas ficavam sem rumo".

Há ainda quem pense que a condução das greves

foi oscilatória, ora autoritária e populista, ora mais democrática, correspondendo assim parcialmente às expectativas da categoria.

De uma maneira sintética posso concluir que os comandos são tidos como representativos para todos os professores não grevistas entrevistados o que nos confere um grau de representatividade e até de legitimidade respeitável. Situa-se mais especificamente o questionamento sobre esta representatividade nos professores grevistas que tendo participado mais ativamente sentem-se à vontade ao criticá-lo, qualificando o comando de direcionista e manipulador.

5.7. CONQUISTAS E PERDAS

A totalidade dos entrevistados acredita que as vantagens e conquistas principais obtidas para greves consistiu em uma melhoria salarial, mesmo sendo esta pequena, e também ao crescimento de uma consciência crítica, de classe que foi estimulada no magistério.

Em relação aos aspectos reivindicatórios não atingidos alguns professores ainda insistem que o salarial deixa muito a desejar e que outros do tipo político não foram efetivamente conquistados, como por exemplo a eleição dos diretores das escolas.

Neste ítem de análise posso observar, através do discurso dos professores, certa falta de informação e conhecimento de quais são as suas próprias reivindicações. Este fato indica, seja ele grevista ou não, um desconhecimento real e até distanciamento sobre as próprias questões sobre as quais está lutando. Este é um dado importante porque descredita o alto nível de consciência dado às bases grevistas, tanto pelos comandos de greve como pelos grupos dissidentes.

Os professores também estão concordes em afirmar que as greves não tiveram efeito ao nível de mudança nas suas condições de trabalho e muito menos de ensino. O aspecto que se repete aqui nas bases é de que a mudança que realmente sentem que ocorreu foi em relação à concepção de mundo dos professores, respeitando os limites concretos nela acima observados.

5.8. FORÇA POLÍTICA E PERSPECTIVA DO MOVIMENTO DOS PROFESSORES

Em relação à força possível que o magistério possui, os professores entrevistados, independente de serem ou não grevistas, afirmam que ela vai desde um simples "não sei qual é esta força", "à extensão que os professores tem entre pais, alunos e comunidade", "à força de formação do homem", "à força do voto" até a "possível participação em movimentos reivindicatórios". Esta última é mais própria da queles que participaram das greves, pois pensam estes que a força do professor consiste na capacidade de pressão de classe e à capacidade de mobilização.

Fazendo uma análise das respostas vemos que o professor tem consciência de sua força, mas apenas parcialmente, pois localiza-a mais por causa das greves em sua atuação enquanto categoria social de classe e de pressão reivindicatória, mas não ressalta o aspecto ideológico de sua atuação pedagógica. Assim a idéia que possuem de sua função ocupacional é limitada e um pouco fragmentada, fruto da idéia de que o professor é um funcionário da burocracia escolar e não um verdadeiro educador que tem o poder de incidir sua ação sobre a concepção de mundo e filosofia de seu aluno, não limitando sua ação a um processo estritamente técnico e de aperfeiçoamento de processos cognitivos e intelectuais em geral.

Um exemplo da ambigüidade e fragmentação da concepção de sua identidade e portanto de sua ação manifesta sob a forma de força encontra-se na afirmação de um dos elementos entrevistados tido como um dos mais participativos nas duas greves. O fundamento de sua afirmação encontra-se em uma palavra que mais é um recurso de efeito lingüístico do que propriamente uma formulação de concepção coerente:

"A força do professor é a própria organização do estudo. A escola deveria, por exemplo, formar homens como Delphin Neto, hábeis na capacidade de atuação, saber driblar as situações, no sentido de se impor. A força de formar o aluno combativo, perseguir a dignidade nas coisas do cotidiano. O professor deve ser um dirigente crítico para os alunos". (diretora, grevista, Escola participativa).

Há ainda um consenso entre os professores entrevistados de que o professor, isto é, a categoria serve, de uma forma ou de outra, de canal eleitoral. Coloca uma professora não grevista da Secretaria da Educação:

"Os professores servem sim de canal eleitoral. A prova disto é que Airton Vargas se elegeu".

No que se refere às perspectivas futuras do Movimento dos professores há uma nítida diferenciação de tendências: aqueles professores não grevistas tendem a colocar em questão a própria continuidade do M.P., ao contrário dos grevistas que acreditam nesta continuidade.

"Acho que se realmente for dada a continuidade é possível que seja permitido ao professor maior participação em atividades de uma educação menos vinculada à ideologia imposta pelo Estado, pelo governo via a SEC. Acho que o professor pode quebrar um pouco esta ideologia. Claro que isto só vai depender de uma continuidade real do movimento

que atinja as bases das escolas, os núcleos e não fique só nas reuniões do CPERS centralizando. Acho que se está caminhando lentamente para esta situação. Há uma tentativa no sentido que se tenta fugir de uma ideologia imposta". (Professor Grevista SEC).

5.9. ENVOLVIMENTO CONCRETO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO GRUPO

A maioria dos professores entrevistados teve uma participação direta nas greves, porém não é pouco o número de professores que mesmo não tendo participado acreditam e concordam com a validade das greves. É o caso de uma professora não grevista da SEC.

"Eu, particularmente, estava com vontade de aderir. Eu e mais três aqui da Secretaria. Porém, o diretor da minha sessão nos chamou no corredor e começou a falar e a provar a validade de não participação nas greves. Então, para não nos incomodarmos, resolvemos ficar quietas e não aderir".

Ainda entre os grevistas e não grevistas há a constatação de não estarem filiados a nenhum partido político o que confere pouca participação e envolvimento político partidário ao nível das bases grevistas.

Outra constatação neste terreno é de que para as bases é consenso achar esta política partidária atual como sendo "confusa", demagógica, "cheia de interesses de grupos e indivíduos", experimentando, portanto, um estado existencial de melancolia e "desesperança", conforme suas próprias palavras. Estas constatações são registradas, ao mesmo tempo que se colhe o dado de que a maioria dos entrevistados, apesar de tudo, querer o contrário, se interessa por política, isto é, pelos rumos de sua vida pessoal e social.

5.10. PRÁTICA PROFISSIONAL

Há a concordância entre os professores que a profissão que exercem lhes dá satisfação e que se sentem bem enquanto tal. Inclusive há alguns professores que não localizam desvantagens no exercício. Somente aqueles mais críticos percebem que o salário realmente é baixo, há desgaste físico devido ao horário intensivo de trabalho docente e que "existe um sistema cerceador", onde a alienação é geral".

Percebo, porém, que a maioria incorpora, internaliza e expressa um discurso dominante e consensual que não reflete a realidade de seus sentimentos e desejos, articulando uma linguagem como que acabada e apologética:

"Exercendo a profissão com amor, dignidade e dedicação, colho a grande e insuperável vantagem da íntima satisfação do dever cumprido".

Indagados mais a fundo em sua prática profissional do cotidiano entende-se melhor este tipo de discurso. Vejamos: Há aqueles que encaram a profissão de professor como a extensão, no caso das mulheres, da maternidade, isto é, como consequência de uma formação ligada ao lar. Acredito que a maioria das professoras no magistério do RS ainda assim sintam seu trabalho existencialmente, quer seja consciente ou inconscientemente, assumindo assim este papel. Colocando-se, também, conforme Luiz Pereira (1969), constatou-se em seu estudo feito com professoras no Estado e de São Paulo, na estrutura econômica e de poder intra-familiar com um status reflexo do marido ou do pai, ao acreditar que sua profissão de mulher e mãe é qualificativo quase que suficiente para o exercício de educadora.

Porém, constato através das entrevistas que já há um novo tipo de professora mulher, embora em um número menor que começa a exercer o magistério com mais profis-

sionalismo. Este tipo de professora é aquela que geralmente combina em sua personalidade dois aspectos: 1 - qualificação e competência profissional (com cursos de especialização e pós-graduação e mestrado) e 2 - sensibilidade aos movimentos sociais nacionais e internacionais de libertação da mulher, como também aos movimentos sindicais e políticos.

Na Secretaria da Educação a prática profissional diverge daquela observadas nas escolas e dos dois depoimentos colhidos contradizem-se totalmente entre si.

A professora não grevista coloca:

"Aqui eu sempre tive oportunidade de criar. Vejo que há condições de usar a teoria na prática. Eu consegui isto".

Seria importante colocar que ao nível das escolas há consenso no discurso observado dos professores entrevistados ao criticar-se as exigências burocráticas da Secretaria da Educação bem como a inoperância real destas exigências até mesmo por parte dos diretores e elementos da administração e da própria confiança da SEC.

A outra afirmação totalmente discordante da feita acima é realizada por um outro professor, porém grevista da SEC:

"O meu trabalho na Secretaria de Educação é frustrante, porque não há profundidade nos trabalhos. Eu imaginava que seria possível executar aquilo que estivesse mais ou menos de acordo com a proposta pessoal. Nos últimos 6 anos, está praticamente impossível de se fazer um trabalho que não seja o imposto pela SEC e pelo governo como um todo".

Concluo neste ítem que a prática profissional, aquela a qual chamo de prática pedagógica, não aparece quase no discurso expresso pelos professores, com algumas exceções, como por exemplo, a do professor grevista da SEC.

Esta ausência revela que os professores, como um todo ainda, apenas começam um questionamento de sua prática cotidiana que, conforme pude perceber ainda é conservadora, isto é, baseada em moldes maternos, militarizantes e consequentemente autoritários e cerceadores da libertação das capacidades e habilidades individuais e da personalidade individual e social dos seus alunos e até de si mesmos.

N O T A S

III - CORPO PRÁTICO

- 1 - REGIONAIS - Na greve de 80 começou a haver a organização das bases por "regionais", isto é, a categoria se reunia para discutir as questões e de_ucisões a serem levantadas e decididas nas assembleias gerais por áreas de escolas geograficamente próximas.
- 2 - EXAUSTÃO DO EXECUTIVO - As lideranças da categoria utilizaram-se de todos os meios legais disponíveis para a conquista de suas reivindicações, chegando ao ponto de esgotá-las. Fato este que, a meu ver, foi um dos fatores da inevitabilidade e decorrência da eclosão grevista de 1979.
- 3 - CHAPA DE OPOSIÇÃO - PARTICIPAÇÃO. Em 1980 concorreu às eleições no CPERS. Ela tentou formar uma "frente" ou aliança das oposições à entidade, mas foi derrotada e não contou com o apoio do grupo dissidente MUTE.
- 4 - AS ESCOLAS A e B foram escolhidas por serem, segundo dados fornecidos pelo CPERS, como sendo as que tiveram maior e menor participação grevista. Em Porto Alegre, respectivamente: Escola A - menos participativa - 30% de seus professores participaram das greves; Escola B - Mais

participativa - aproximadamente 100% de seus professores aderiram às greves.

5 - O grupo a que me refiro é formado por Associações de Especialistas da Educação, Federação dos professores, etc.

IV - CONCLUSÕES

Gostaria de introduzir estas conclusões, fazendo uma rápida analogia entre o ator estudado - o professor estadual do RS - e o ator ou personagem do sistema trágico coersitivo do teatro político grego.

Ao contrário do herói grego, o nosso personagem realiza sua trajetória de ação, quebrando com o sistema ideológico de identificação que a lógica da sociedade dominante, constitucional e supostamente justa lhe impõe.

Ao invés de, com sua peripécia, realizar a "anagnorisis", isto é, o reconhecimento do erro trágico, com a conseqüente catarse, onde purga seu erro, o nosso herói desafia o Estado, a ordem e a lógica social constitucional e não reconhece sua ação como um pecado. Eis aqui a força de sua coragem. Eis aqui o conflito.

O nosso personagem, ao desafiar a ordem do Estado, não volta encolhido ao "seu devido lugar", submisso a uma justiça coersitiva e opressora.

Desta sua façanha de desafio, ao contrário de aprender submissamente, tira lições libertárias para outras investidas futuras e novas entradas em cena.

Através desta mesma analogia é que julgo pertinente fazer dois níveis de leitura da ideologia de nosso ator face ao enredo analisado em meu trabalho: as greves.

A primeira leitura da cena está mais vinculada a cada item dos indicadores de análise explicitados na parte teórica deste trabalho e contém uma observação detalhada a respeito da postura que o professor possui em relação a cada um deles. Portanto, é uma leitura feita ao nível de ação e pensamento ideológicos mais imediatos do ator fa-

ce ã trama grevista.

A segunda leitura supõe a primeira, entrando mais fundo a minha posição de intérprete sobre aquele imaginário ou ideologia do ator constatados na primeira leitura. Trata-se aqui de uma generalização conclusiva da consciência que esta categoria ocupacional possui a respeito da posição que ocupa nas relações entre capital e trabalho na luta concreta de classes da sociedade onde ocorreu.

1 - PRIMEIRA LEITURA

1.1. - GRUPOS DISSIDENTES

Os grupos dissidentes: MUTE, Põ de Giz e CEDE¹ possuem uma visão bastante clara de quem se constitui opositor do magistério estadual: o Estado, sabendo situã-lo na estrutura das classes sociais especialmente no aspecto dinâmico da luta de classes. Porém, acredito que a identificação que, às vezes, fazem entre comandos de greve como sendo este o própriopositor do magistério já é fator de radicalização.

Não devemos esquecer que estes grupos, enquanto dissidentes, apresentam-se, em potencial que sejam, como alternativas ã condução dos movimentos grevistas e do próprio movimento dos professores tido como fenômeno social maior.

Sob esta perspectiva, penso que, apesar das críticas que os comandos de greve possam vir a merecer e apesar de alguns de seus elementos, na sua história de vida, terem sido vinculados com o regime de excessão pós-64, não seria prudente generalizar-se para tal afirmação.

Uma outra colocação que estes grupos fazem e que a meu ver é procedente e sobre a real representatividade dos comandos e a forma como os "líderes" dos movimentos foram constituídos na prática. Portanto, as críticas que realizou com veemência a respeito da divisão interna do poder na condução dos movimentos grevistas e da conseqüente formação de sua legitimidade devem ser consideradas.

Sendo esta categoria uma das primeira a entrar em greve no início na fase de abertura, uma condução deste tipo talvez tenha sido a única viável, sob o ponto de vista dos dirigentes, e o mérito principal das 2 greves tenha sido talvez reunir os professores em uma manifestação coletiva de caráter político.

Sabem, pelo mesmo motivo, identificar que os efeitos das greves em relação às conquistas e perdas se realizou mais na esfera política do que na esfera das conquistas econômicas ou mesmo pedagógicas.

Apesar de perceberem qual a força política do professor tanto ao nível da pressão de classe ou de categoria como ao nível de sua ação pedagógica, não pensam e não dão uma solução de continuidade ao movimento dos professores muito favorável, ficando esta perspectiva ou simplesmente inviável ou como que dependente praticamente da queda do regime militar.

Apesar destes grupos, através de um discurso sofisticado, demonstrarem uma busca muito intensa de coerência entre princípios e ação o que se constata em sua prática é uma dicotomia entre um e outro. A sua própria prática participativa nas assembléias gerais era do tipo autoritário e impositivo, muitas vezes não correspondendo mesmo ao que a categoria desejava ou tinha condições de perceber. Agindo desta maneira colocavam em prática o autoritarismo dos comandos que tanto criticavam.

Já na segunda greve, o grupo dissidente que permanece é o MUTE, ficando os outros dissolvidos com uma participação realizada ao nível individual, uma vez que a articulação que fizeram com o Núcleo dos Professores do PT não os autorizava a pronunciarem-se como tais. Desta forma, a ação dissidente oficial e ideologicamente identificada, ficou reduzida ao grupo acima citado, sendo que, porém, sua representatividade e legitimidade, pelas razões já expostas, sofre perigo de existência. Conforme pude constatar, o número de adesões que ele granjeou desde sua formação, ao invés de crescer sofreu e sofre constantes decréscimos.

Talvez por estes elementos das dissidências terem um vínculo forte ideológico com a universidade e por terem conhecimentos sobre teoria política mais elaborados do que a categoria como um todo e pela forma como fazem suas proposições, eles aparecem como sendo grupos de vanguarda com uma ideologia supostamente progressista que, pelo menos em 1979 assustava a categoria por suas propostas de teor sindicalista como era por exemplo a proposta que a Oposição Sindical fazia em sua plataforma para concorrer às eleições do CPERS em 1978 da formação de uma Central Única dos Trabalhadores, quando esta possibilidade praticamente inexistia para o nível de abertura política até então conquistado e mesmo possível pela classe trabalhadora brasileira.

Aqui valeria colocar a afirmação de Gramsci (1978, p. 63)¹ quando este coloca que uma ideologia geralmente é arbitrária quando consegue levantar movimentos de caráter individual ou de pequenos grupos o que justamente ocorre com estes grupos analisados e especialmente com o grupo restante: o MUTE que não consegue adesão e representatividade, assumindo uma posição mais retórica e polêmica do que uma ação mais orgânica à própria categoria.

Por outro lado estes grupos contribuíram com sua presença e atuação para o crescimento e desenvolvimento

da consciência crítica da categoria, principalmente durante os períodos das greves, porque esta foi obrigada a se posicionar frente às propostas e às decisões por eles colocados e também pelo motivo de mostrarem à própria categoria a simples existência de uma via alternativa de condução, se não das greves em si mesmas, mas de condução e direção ao próprio M.P. visto sob uma outra perspectiva de continuidade.

Desta maneira estes grupos tiveram e ainda tem uma ação e papel importante na história do M.P. com sua presença e proposições, retóricas ou não de formas de organização de categorias de suas mobilizações, etc ...

1.2. COMANDOS DE GREVES

Os comandos de greves, de acordo com o discurso que proferem, assumem e tomam para si a paternidade das greves, reconhecendo porém, que alguns grupos colaboraram para a eclosão da greve de 79. Esta postura e este autoconceito está a demonstrar um pouco de falta de autocrítica, uma vez que eles não estavam sozinhos e nem tão pouco auxiliados por outros. A própria categoria também estava a desejar, expressando através de uma participação quase maciça sua vontade em manifestar sua revolta e descontentamento.

No que se refere à definição do opositor, os comandos o conceituam com termos generalizados tais como: "Governo", "Estado", "Sistema", etc... , não definindo e clarificando sua posição na estrutura e na luta de classes sociais. Substantivando o padrão desta forma e adjetivando seus agentes como sendo elementos que "não correspondem à situação funcional que ocupam", de "incompetentes" e de pessoas "insensíveis às questões da educação" e com um "comportamento paternalista", estão assim a legitimar a situação do Estado. Sua crítica fica, portanto, mais ao nível personalista do que propriamente político e social. Conservam, desta maneira, a imagem da possibilidade de existência de um

Estado ideal e mitificado, como sendo uma estrutura necessária para coordenar os conflitos sociais de fora da luta de classes, e como se estivesse acima destas e da própria sociedade.

Os dois comandos de greve possuem em comum uma auto-imagem muito favorável e que, conforme o caso, não corresponde totalmente com a imagem que faz uma boa porcentagem das bases a seu respeito, especialmente no que diz respeito à sua legitimidade e representatividade. Segundo o que afirmam os entrevistados dos comandos, sua atuação foi como "um golpe de mestre", acreditando assim que são altamente representativos e democráticos.

Porém, este auto-conceito, contrasta com suas próprias palavras uma vez que dizem terem "francamente usados alguns grupos e pessoas nas assembléias gerais", especialmente os grupos dissidentes, por acharem que estes eram grupos "folclóricos" e que "desejavam o poder pelo poder". Um dos elementos entrevistados do Comando disse ter sido o grupo MUTE os "animadores das greves".

É inegável que os comandos grevistas possuem desde a eclosão da greve de 79, um consenso e uma legitimidade crescente em toda a categoria. Isto deve-se pela forma como souberam desenvolver os trabalhos, cativando a confiança de uma categoria temerosa de punições maiores. Há, porém, presente na categoria, um descontentamento com o desempenho dos comandos grevistas, acusando-o de manipulador antidemocrático. Porém, em número é pequeno e provém geralmente de grupos participativos e mais conscientes politicamente, uma vez que estes desejavam uma condução mais democrática para as greves.

Os comandos acreditam que o maior saldo grevista não foi o salarial, e que mesmo, apesar da perda que se possa ter experienciado com o não cumprimento do acordo

da greve de 80, a conquista maior que o magistério gaúcho obteve foi o saldo em sua consciência crítica e política. Porém, penso que se há que ter reserva com o tamanho do saldo a que está se referindo. Acredito que o imaginário dos comandos grevistas está a vê-lo um pouco além do que ele realmente é. O mesmo ocorre com o conceito que fazem sobre a força política e do potencial de transformação que conferem ao professor como por exemplo com afirmações do tipo "somos mais fortes que o executivo", não localizando onde está especificamente esta força e pressão de classe sobre o Estado.

O envolvimento concreto e o enfrentamento com opositor qualificam os comandos grevistas como dois grupos engajados e lutadores pelas questões do magistério. Esta luta com o patrão, porém não tem a meu ver, uma contrapartida em relação às bases, uma vez que o tipo de mecanismo adotado de participação nas decisões foram muitas vezes tumultuados, sem dar condições ideais do magistério adquirir critérios próprios para a tomada de decisão. Desta maneira, o trabalho de reflexão intelectual dissociou-se das tarefas grevistas, não permitindo uma organização grevista das bases de caráter mais autônomo. Os comandos, aproveitando-se da estrutura administrativa e organizacional do CPERS - via Conselho de Professores - deixou que este, na prática, fosse o canal de maior expressão das bases. Esta atitude foi válida, porém vinculou a greve, enquanto manifestação de caráter mais espontâneo a uma estrutura administrativa, de certa forma viciada e de caráter burocratizante com uma história recente mais voltada para o plano assistencial do que o social e político. É por este mesmo motivo que muitos dos entrevistados confundiam literalmente as palavras "comandos" com "diretoria do CPERS". Este "ato falho" está a reforçar a que exponho mais acima.

Porém, há que se chamar a atenção para o trabalho e o esforço que estes dois comandos realizaram durante as greves e mesmo depois delas, revelando eles próprios um aprendizado intenso a que sua prática os estava obrigando em termos políticos e sociais e a partir daí, uma busca, a meu

ver, sincera, de uma coerência maior entre ideologia e prática social, isto é, coerência entre um discurso democrático e uma prática autoritária.

Esta constatação de crescimento e mudança na concepção de mundo da maioria dos elementos dos comandos grevistas revela uma mudança significativa na concepção e na prática não só ao nível pessoal, segundo declarações de alguns deles, como ao nível social, quando eles mesmos preveem para o próprio M.P. não uma perspectiva melancólica mas com possibilidades de crescimento e de continuidade. Alguns dos elementos dos comandos grevistas, como também dos grupos dissidentes estão organizadamente engajados aos partidos políticos para levarem à esfera parlamentar as questões dos professores e da educação, não só sobre uma perspectiva meramente democrática, mas conforme coloca um dos entrevistadores, sob uma perspectiva de transformação social para o regime socialista.

1.3. BASES GREVISTAS

Os professores participativos quebraram na prática a idéia, mais ou menos consensual, entre categorias de classe média, de que só quem faz greve é a classe operária. Só este fato está, a meu ver, a dizer muito sobre a atitude recente dos professores. Percebendo e superando um comportamento de passividade não condizente com uma situação de crise econômica e de abertura política tomam a dianteira e não mais "se envergonham" de sair às ruas e gritar em assembleias, porque sentem que estão lutando por alguma coisa e esta coisa são os seus próprios direitos não só de profissional mal remunerado, mas de cidadão.

A maioria dos professores das bases grevistas, via de regra, desconheciam de certa forma até as greves, os canais de reivindicações sindical em geral e a mecânica de participação em movimentos sociais. As greves serviram então para estes professores entrarem em contato com

seus opositores e para dissemir-lhes quem é quem no jogo político das forças sociais.

Assim, quer queiram quer não queiram, encontram-se envolvidos em um conflito aberto de luta entre segmentos de classes sociais diferentes reconhecendo seu próprio papel de educadores na função social que exercem dentro da escola e o papel desta última na relação entre capital e trabalho. Porém, nunca é demais ressaltar que os professores, como um todo, ainda sentem dificuldade em definir corretamente o papel do Estado na Sociedade. ←

Desta maneira houve uma pequena clarificação, mas houve, sobre a atuação do Estado na Sociedade Política, minimizando sobretudo, aquela idéia de protetor e de instituição que paira acima das classes sociais e de seus conflitos. Afinal o Estado é o próprio opositor!

A idéia liberal e humanista, que acredito tenha prevalecido até as greves, e que ainda prevalece hoje de que a força do magistério está na "formação do homem" atualmente está mais definida e o professor, como coloco acima, percebe sua força dentro da pressão de classe que pode exercer de acordo com seus interesses e sua ideologia. ←

Desta maneira, percebem a si e a sua postura frente à sociedade e vislumbram para o futuro a crescente continuidade do movimento dos professores, descobrindo que muitas reivindicações existem ainda para serem feitas. Há, porém, que se registrar, que os professores não participativos não gostam das movimentações sociais e até repudiam qualquer atitude neste sentido. Através das entrevistas, especialmente as feitas na escola menos participativa, constatei que as duas greves serviram mesmo para que houvesse até uma certa animosidade entre as grevistas e as não grevistas.

Aqui aparece novamente o aspecto que coloquei anteriormente a respeito do posicionamento dos professores dentro da escola e do desyendar quem é quem. Assim a escola passa a sair de um âmbito meramente doméstico onde educar não é só educar "os filhos dos outros também" dentro de uma concepção da família nuclear, mas passa a ser a educação vista sob um clima político, onde não são as questões salariais são debatidas mas a situação conjuntural e os próprios rumos da educação são colocados.

Apesar dos professores entrevistados não estarem vinculados a partidos políticos e verem a situação político partidária com certa temeridade e de reconhecerem de que ainda hoje o magistério gaúcho é terreno para se granjear votos, posso afirmar que os professores estaduais estão adquirindo uma força interna muito grande e uma consciência, que se não é ainda muito progressista, tende a sê-lo cada vez mais. Progressista não são no sentido político do termo, mas também no sentido de conquista de uma posição de prestígio social quanto ao seu real valor e importância na sociedade e na escola e na sua transformação.

1.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

Penso que apesar dos bons propósitos a que os três grupos dissidentes entrevistados tenham se proposto, na prática, sua ação não correspondeu às aspirações e possibilidades ideológicas da categoria.

A qualidade que lhes era reconhecidamente creditada - a de serem grupos de intelectuais de esquerda, a sua forma de surgimento e a maneira da colocação de suas propostas não atuaram no sentido de vinculá-los organicamente às possibilidades reais e aos limites de ação e de consciência que a categoria estava pronta para desencadear. Foi por este motivo que dois deles faleceram e o remanecedente não cresceu e nem granjeou a confiabilidade.

Já na greve de 1980 aparecem reivindicações, associadas às econômicas, de caráter político (eleição dos diretores por escola). Nesta segunda greve as propostas destes grupos de esquerda são ouvidas com mais atenção nas assembleias gerais, porém nunca aceitas para serem colocadas nas contra-propostas para negociação com o governo.

Acredito pessoalmente que a tendência atual do grupo ainda existente MUTE é rearticular-se, conforme as reais aspirações da categoria ou acabar. Porém, penso que surgirão outros grupos dissidentes, são que estes com mais força, mais coerentes e orgânicos à categoria com um grau de representatividade de sistemas de pensamento realmente existente por parte de grupos de professores que não serão tão pouco numerosos, o que lhes conferirá maior legitimidade e hegemonia dentro de uma forma de organização mais democrática e menos autocráticas com uma ideologia e linguagem adequadas ao grupo que representam.

Quanto à ideologia dos comandos de greve a análise observada a partir da amostra composta de dois elementos do comando de greve de 1979 e dois do comando de 80 está certamente ligada a duas questões centrais: a forma de sua constituição e a maneira como os trabalhos grevistas foram por eles desenvolvidos ou conduzidos.

Para poder fazer um comentário da primeira questão será necessário nos reportarmos para a forma de surgimento das greves. A greve de 1979 surgiu como fruto da organização de alguns grupos de esquerda no Estado, especificamente por parte dos elementos que vieram mais tarde a constituir os grupos dissidentes ao CPERS, por uma movimentação nacional de professores que centrava suas plataformas de luta em São Paulo (APEOESP), por grupos de associações de especialistas da educação (que mais tarde renunciaram a participação no movimento) situados ideologicamente mais à direita e finalmente por elementos da então atual diretoria do CPERS que se vê envolvida nesta convergência de forças e

acaba convocando uma primeira Assembléia Geral de caráter reivindicatório no Clube Caixeiros Viajantes em Porto Alegre.

Cabe aqui colocar que a própria massa estava altamente ativa e receptiva a uma reivindicação de caráter coletivo, uma vez que suas reivindicações ao nível da legislação não vinham sendo aceitas pelo Estado.

Os comandos então organizam-se rapidamente sendo sua maioria pessoas ou da atual diretoria do CPERS ou das antigas, contando também com a colaboração de outros professores.

Portanto, os comandos não contam com a participação de elementos que vem da base, representando-a. Por outro lado, estes elementos do CPERS até então estavam envolvidos conforme já coloquei, como a entidade em atividades predominantemente assistenciais do que político mobilizatórias.

Os líderes, se é que assim podemos chamá-los, constituem-se, portanto, em pleno andamento das Assembléias Gerais, misturando na condução dos trabalhos que vem a desenvolver, um comportamento ora autocrático, ora populista, tentando convencer a si mesmos de que possuem a paternalidade das greves.

Mesmo dentro desta forma conjuntural de composição dos comandos, surgem alguns elementos que conseguem certa simpatia e até legitimidade dentro da categoria.

Ao contrário do que ocorre com os grupos dissidentes, os comandos grevistas de 1979 e 1980, apesar de dizerem que sua condução foi democrática, reconhecem intimamente que o conceito de democracia é um pouco diferente do exercício de sua prática, tanto é que mais tarde, para o final da greve de 1980 e nos anos posteriores, agora ao nível do CPERS, procuram articular o trabalho intelectual e manual

da participação dos professores no Movimento dos Professores, através da maior participação dos professores nas decisões da entidade e de seminários, encontros e debates, ocorridos na sede.

Acredito que o comportamento oscilatório dos comandos que coloco acima - autocrático e populista - está a revelar, pelo menos nos períodos grevistas, a falta de posicionamento claro de suas próprias posições ideológicas, o que inclusive deixava às vezes, a categoria em dúvida a respeito da autenticidade das negociações com o Estado opostor.

Os futuros comandos de greves ou lideranças do Movimento dos Professores tendem a ser formados por elementos que possuam já uma história pessoal de combatividade, de maior convívio e penetração com a massa dos professores, sendo portanto mais orgânicos à categoria e portadores de uma representatividade mais autêntica, menos oscilatória e com representantes pública e claramente definidos ideologicamente e portadores de um elenco de medidas sociais políticas e econômicas em termos de projeto futuro para o M.P., caso as reivindicações sejam todas elas atendidas.

Observei com minhas entrevistas que há por parte da categoria uma nítida identificação comando- CPERS, ligando assim organicamente as lideranças grevistas à estrutura burocrática e administrativa do órgão representativo. Acredito que esta identificação, às vezes inconsciente, e às vezes consciente tem sua razão de ser nos aspectos que já levantei acima - a maioria dos elementos dos Comandos provêm das diretorias do CPERS.

Este aspecto considerado acima tem também um efeito específico. As greves, ao serem analisadas, tem sobre si um consenso de que seu saldo foi a consciência política da categoria. Penso, porém, que as greves tiveram um efeito específico ao nível de saldo de consciência e reorga

nização do próprio órgão representativo que vem concretamente tentando reestruturar-se, via novos estatutos, em bases mais democráticas, tentando no pós greves ouvir mais os professores, promovendo seminários e debates cada vez mais frequentes com um fim consciente de elevar o nível ideológico da categoria e o que é interessante, de si mesmo.

Desta maneira, há um jogo dialético, expresso ou não, entre o desejo real da categoria de atuação sobre seu órgão representativo e vice-versa, criando, sem dúvida, um espaço social interno e novo e com outras vias e possibilidades de participação, criação e controle.

Adjetivar sobre este novo espaço e seu caráter democrático é algo que requer uma outra pesquisa com fundamentos próprios, baseada justamente nesta nova prática. Porém, diagnosticar a sua presença, acredito, já é um passo à frente. Acredito, porém, que uma vez criado, cabe agora à categoria e aos seus representantes constituir sua história própria em bases mais democráticas.

No que diz respeito a análise da ideologia das bases há muito o que observar.

As entrevistas realizadas foram feitas, conforme está colocado e deve ser reobservado no capítulo "Explicitação Metodológica", de acordo com o critério adotado neste estudo, ou seja, de acordo com o grau de participação envolvimento ou não dos professores na greve.

Acredito que o esquema colocado a seguir sintetisa de forma bastante clara as conclusões a que cheguei neste trabalho de pesquisa.

O esquema conclusivo referido na próxima folha, é composto de três partes: 1 - Diagrama I, 2 - Diagrama II e 3 - Notas do Diagrama I e II. Esta última parte a meu ver é importante não só para o entendimento do esquema como para a compreensão da tese como um todo.

ESQUEMA CONCLUSIVO

DIAGRAMA I

1 - DA IDEOLOGIA DO PROFESSOR ESTADUAL DO RS FACE AOS SEUS MOVIMENTOS GREVISTAS

1 - IGUAL OU ACRÍTICA

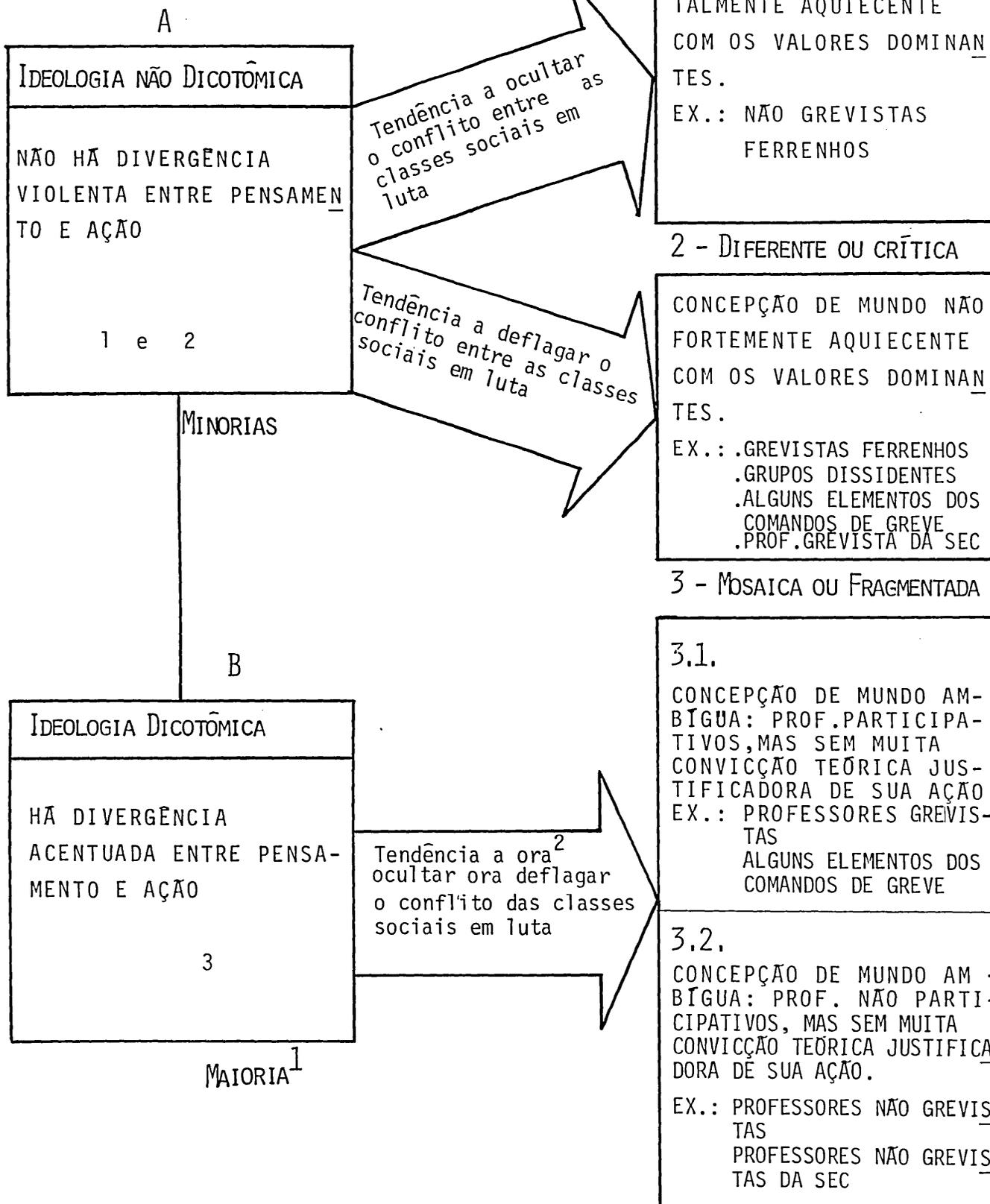
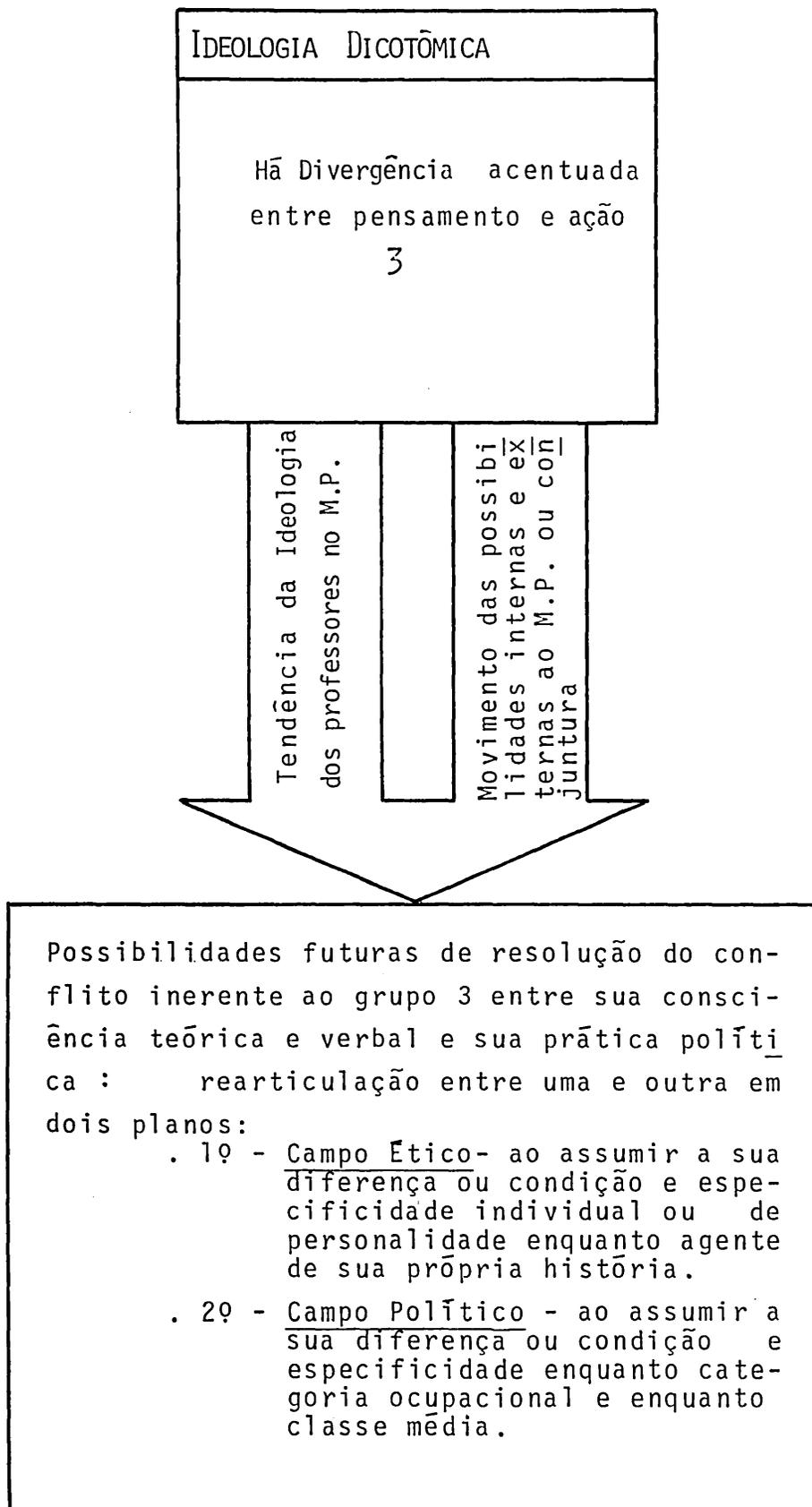


DIAGRAMA II

2 - DA TENDÊNCIA³ DA IDEOLOGIA DOS PROFESSORES ESTADUAIS NO M.P. B

NOTAS DO DIAGRAMA I E II

- 1 - Não é possível precisar se o número de professores com concepção de mundo ambígua do tipo 3.1. é maior, menor ou igual ao tipo 3.2., embora o número aparente (mais professores grevistas do que não grevistas) seja o tipo de concepção 3.1.

Este trabalho é um estudo de caráter QUALITATIVO e , portanto, a ambigüidade constatada em 3.1. e 3.2. é o seu elemento comum, isto é, constitutivo, e não revela nada mais além em termos numéricos.

Para precisar a quantidade e as razões deste tipo de concepção de mundo ambígua em um nível mais interdisciplinar aconselho futuras pesquisas tanto em caráter QUALITATIVO como em QUANTITATIVO que desenvolvam questões não sô no plano político e ideológico, como fiz neste trabalho, mas nos planos cultural, religioso, estético , pedagógico, filosófico, constitucional, etc., abordados ou não ao nível da vida cotidiana do professor.

- 2 - Esta conjunção "ora ... ora" revela o conflito típico oscilatório de classe média que, conforme a conjuntura, tende ou a ocultar o conflito entre as classes sociais OU a deflagrá-lo. Entenda-se aqui o conflito entre classes considerando como sendo especificamente entre a classe média (categoria do professor) e a classe dominante (estado governamental). ←

No Diagrama I antevejo uma tendência no sentido da deflagração do conflito, pois acredito que o professor estadual do RS evolui ideologicamente para um movimento de superação da ambigüidade constatada na direção da seta que o Diagrama II aponta.

- 3 - Na tendência julgo correto avaliar somente a concepção de mundo Mosaico ou de número três, uma vez que é sobre esta ideologia que repousa a categoria ocupacional estudada.

As concepções de mundo 1, Igual ou Acrítica, e 2 ou Diferente ou Crítica estão sempre presentes em qualquer movimento social. São seus componentes os grupos colocados na escala ideológica situados ao redor da ponta extrema tanto à direita como à esquerda na mecânica evolutiva dos movimentos sociais. No caso da categoria estudada julgo que eles já foram devidamente considerados ao longo tanto da parte teórica como prática de meu trabalho.

Como pode ser observado nos quadros A e B os professores estaduais dividem-se ideologicamente em dois grandes grupos - Grupo A - professores em seu sistema imaginário ideológico sem divergência violenta entre ação e pensamento e Grupo B - professores que têm divergência acentuada na relação entre pensamento e ação. O Grupo A constitui as minorias e o Grupo B a maioria dos professores.

Subdividido, entretanto, o Grupo A em outros dois subgrupos, conforme o tipo de posicionamento ideológico encontrado de acordo com as entrevistas feitas: grupo 1 - denominado de grupo com concepção de mundo Igual ou Acrítica e grupo 2 - denominado Diferente ou Crítica.

Falemos um pouco sobre cada um destes dois grupos ou concepções de mundo.

No grupo 1, conforme está escrito no interior do quadro do Diagrama I contém aquele tipo de professor que tem uma concepção de mundo totalmente aquiescente ou igual com e aos valores dominantes. São eles os não grevistas ferrenhos. A título de ilustração trago aqui dois exemplos significativos. O primeiro exemplo é a diretora da escola não participativa que chegou ao ponto de, durante a greve de 1979, chamar a Brigada Militar para impedir mobilizações de outras escolas na sua área escolar. O segundo exemplo é o vice-diretor da escola participativa que além de professor pertence ao próprio quadro da Brigada Militar, brigadiano, como ele mesmo diz. Em 1980 esta escola teve uma adesão de praticamente 100% ficando somente alguns professores, sem aderir. Foi o caso do nosso segundo exemplo que fez questão de deixar claro, segundo afirma, em assembléia geral desta escola o porquê de sua não adesão, pois para ele a greve não era legal e também não concordava com suas reivindicações.

Conforme pode-se facilmente concluir, além de não grevistas estes professores encaram a si mesmos e a escola como elementos, consciente ou inconscientemente, forte

mente vinculados ao poder e valores vigentes, especialmente o militar. Tive também oportunidade de observar, através das longas entrevistas que fiz, que no exercício de seu trabalho profissional, cargos de direção, também obedecem a certos preceitos de uma forte hierarquização assim como também é esta a sua forma de entender a educação.

São portanto os professores do Grupo 1 aqueles da situação colocados na escala ideológica o mais à direita possível de qualquer transformação seja ela de nível ético, seja de nível político.

O grupo 2 denominado Diferente ou Crítico contém aqueles professores que, ao contrário dos do grupo 1, têm uma pré-disposição psicológica muito grande à transformação. Estes elementos se localizam na escala ideológica o mais à esquerda possível. Porém, é bom observar que tanto neste grupo 2 como no grupo 1 não trata-se só de elementos da extrema esquerda ou extrema direita. Estes grupos contêm também os elementos extremados, mas não são eles. No caso do grupo dois ou mais extremados são os grupos dissidentes e depois destes os grevistas ativos e ferrenhos e até alguns elementos dos comandos de greve.

Os professores do grupo 2 são pessoas que já possuem uma consciência de sua diferença social, isto é, conseguem perceber que os seus valores específicos de classe não são coincidentes com os valores e especificidades da classe dominante. Sua consciência é mais crítica e questionadora, sabendo justificar e fazer valer suas idéias através de uma ação transformadora do status coerente com estas suas idéias.

Desta maneira, os grupos 1 e 2, conforme está claramente colocado na terceira parte do esquema conclusivo (Notas do Diagrama I e II) e discutido aqui o grupo A, compõe as minorias do tipo do grupo 1 e do tipo do grupo 2 que sempre existem em qualquer tipo de movimento e especialmente os de classe média ou pequena burguesia.

também é fundamentalmente ambígua, porém os professores são não participativos e demonstram alguns até verbalmente um desejo íntimo de aderir às greves, porém este desejo era superado pelo claro medo das conseqüências que esta ação suportaria. Na maioria dos casos acham as greves válidas, mas psicologicamente se predispõe a sentir mais epidermicamente as ameaças feitas pelo poder vigente caso se dê a adesão. Aqui, ao contrário do grupo 3.1., o conflito existe, mas não é exposto. Estes elementos do grupo 3.2 preferem não colocar publicamente sua ambigüidade, preferindo não viver as penalidades de um conflito assumido.

Um exemplo ilustrativo típico entre outros é o da professora não grevista pertencente ao quadro administrativo da SEC. Ela verbalmente coloca que até pensou em aderir, mas quando o diretor de seu departamento percebeu de sua intenção não tardou em adverti-la também verbalmente e ameaçá-la com uma demissão.

Em relação ao Diagrama II, conforme está colocado na parte 3 (Notas do Diagrama I e II) no número 3 julgado aqui refletir somente sobre a tendência futura do grupo 3 uma vez que é ele o constitutivo da consciência da grande maioria do professor estadual gaúcho. As concepções ou consciências 1 e 2, ou das minorias e suas tendências futuras já foram suficientemente estudadas e analisadas ao longo deste estudo.

A tendência do grupo 3 está colocada abaixo do quadro em dois fluxos paralelos - um da tendência em si mesmo, explicitada mais abaixo no retângulo maior e outro o da conjuntura ou situação conjuntural, porque a primeira depende visceralmente da segunda, isto é, do movimento das possibilidades internas e externas ao M.P.

Assim feita a ressalva, acredito que há condições de possibilidades conjunturais para a superação da ambigüidade constatada a médio e a longo prazo, quando o professor estadual gaúcho tenderá a rearticular sua consciência

verbal com sua prática política nos dois níveis de sua especificidade ideológica. Primeiro no plano ético, ao assumir sua condição de diferença individual ou de personalidade, enquanto agente de sua própria história e segundo, no plano político, ao assumir sua diferença (não homogeneidade e igualdade aos valores dominantes) ou condição e especificidade enquanto categoria ocupacional e enquanto classe social pequena burguesia ou classe média.

Sem dúvida nenhuma, as greves geraram no imaginário do professor estadual uma reorganização mental que os "habilitou" a iniciar uma caminhada em direção da busca de sua identidade de classe. É, pois nesse caminho de busca que encontro vários níveis de concepção de mundo e de construção do imaginário ideológico do professor carregados, cada um, por uma mistura de concepção de mundo retrógrada, conservadora e fragmentada e por uma concepção de mundo mais coerente, mais crítica e libertadora, conforme pude observar nos vários agrupamentos que analiso acima.

Identificar exatamente em que ponto se encontra o imaginário ideológico do magistério estadual gaúcho é, senão matéria difícilíssima, talvez impossível.

Autores como Décio Saes e mesmo Poulantzas, chamam nossa atenção para os chamados movimentos de classe média, exatamente por serem portadores de traços ideológicos que oscilam conforme a conjuntura atual e conforme a conveniência de seus interesses de classe. Para que a classe média atuasse enquanto classe, necessária à formação de um partido político tipicamente pequeno burguês. Como isto não ocorre, ela oscila para as classes em oposição. Atualmente a classe média oscila para o lado da classe trabalhadora. Este aspecto está melhor analisado mais adiante, na segunda parte ou leitura desta conclusão.

Aqui, pois, chamo atenção para o efetivo avanço da consciência política e de classe do professor gaúcho, mas também observo os seus limites e possibilidades ideológicas, conforme pude detalhadamente ao observar e constatar os níveis de sua consciência que varia conforme os grupos 1, 2 e 3, perpassando por uma imensa maioria que consciente ou inconsciente busca a superação da contradição entre sua consciência verbal e sua prática efetiva.

O grupo B, a meu ver, é a maioria dos professores, pois conforme pude concluir a partir desta pesquisa, a maioria dos professores possui uma concepção de mundo mosaica, composta de elementos e de valores retrógrados e dogmáticos como de elementos e valores avançados e flexíveis à mudança, constituindo este conjunto uma concepção de mundo dicotômico e ambígua em relação à coerência de seu pensamento e ação.

Este grupo B contém, portanto, este terceiro tipo de concepção de mundo que chamo de Mosaica, ou grupo 3, que julgo conveniente, segundo minhas próprias conclusões, subdividi-lo em outros dois subgrupos, subgrupo 3.1 e subgrupo 3.2.

O grupo 3.1, conforme está inscrito dentro de seu quadro no Diagrama I, é composto por professores participativos, mas que não têm muita convicção ou justificativa teórica para esta sua ação participativa.

São professores participativos que não viveram muito a fundo o conflito que uma adesão grevista deve sugerir e exigir de sua estrutura psíquica. Muitos professores participativos ou grevistas sonegaram a vivência ou o sofrimento que este conflito sugere e desencadeiam, conforme o caso, uma ação por vezes que tende à irresponsabilidade.

Encontrei este tipo de concepção de mundo não só em elementos das bases grevistas, mas também em elementos dos comandos de greve, pois estavam francamente engajados em um ativismo político sem saber a fundo que fundamentos sociais, políticos, econômicos e estruturais sua ação estava questionando.

Com o grupo 3.2 a situação apenas inverte-se, mas não modifica substancialmente. Aqui a concepção de mundo

2 - SEGUNDA LEITURA

Os professores estaduais do RS, assim como a grande maioria da classe trabalhadora brasileira, redefine - se como grupo social e se insere dentro de um movimento social maior de transformação das relações de trabalho.

Enquanto assalariados sentem constantemente os efeitos negativos do crescente congelamento de sua remuneração e cada vez mais desacreditam na ideologia do sacrifício social em prol de um progresso futuro.

Realizando suas manifestações em um momento de abertura política, fazem um duplo desafio legal, pois realizam greve quando esta está proibida e segundo, colocam a público a questão de como o governo poderá coadunar a política de abertura política com a política de fechamento econômico, isto é, como poderá haver uma democratização real no país.

Talvez com uma ação bem mais progressista do que sua forma de compreender as estruturas de poder e do funcionamento da luta de classes o professor, principalmente em um primeiro momento, como na greve de 79, vai avançando em termos de grupo e de força de pressão social, conseguindo nível de barganha com seu opositor: o Estado. Já na segunda greve, a de 80, houve um relativo crescimento da consciência política e crítica do professor, ficando aquela ação, com o passar dos anos 80, 81 e 82, cada vez mais preenchidas com conceitos não só de teoria política e da mecânica dos movimentos sociais como também de conceitos mais claros sobre sua própria ação pedagógica.

Está claro, conforme já coloquei na primeira leitura, que não pode se superestimar esta consciência política, social e pedagógica do professor gaúcho, chegando ao ponto de idealizá-la, como alguns fazem, porém, a própria prá

tica grevista e o conseqüente trabalho que o CPERS vem desenvolvendo com a categoria a fim de elevar-lhe o nível ideológico tem surtido efeitos bastante evidenciáveis no comportamento do professor estadual de hoje se comparado com aquele de 5 anos atrás.

Desta forma a categoria assume concretamente uma política de classe bem mais solidária daquela por ela adotada nos anos 60, quando a grande maioria da classe média urbana e rural foi, por conveniência, conveniente com a tomada do poder de forma autoritária pelos militares em 1964; e assume uma postura bem mais ativa do que aquela adotada do início e até o final da década de 70: de omissão.

Logo, foi o crescente rebaixamento do seu nível de vida, via salário, e crescente e violento descrédito que o Estado, seu patrão, foi acumulando enquanto autoridade "competente e legítima" aos olhos da própria categoria que os professores sentiram-se cada vez mais desprestigiados, e muitas vezes até desrespeitados não só pela baixa remuneração, mas pela forma de tratamento a eles dirigida. Esta desconsideração muda substancialmente a postura dos professores dentro da escola e fazem com que tendam a um balançamento ideológico, buscando uma compreensão maior dos fatos e um posicionamento social mais definido na sociedade, isto é, uma redefinição primeiro ao nível da ética e depois ao nível da política mais coerente com sua própria situação de fato, com sua própria prática.

O simples fato dos professores estaduais infringirem em 1979 a Lei de Greve, desafiando o patrão, gerou tanto na escola, como conseqüentemente na sociedade um espaço de conflito aberto e autêntico, colocando em choque ideologias contrastantes.

A escola passa a ser então um ambiente se não desmitificador da ordem maravilha dos anos 60 e 70, pelos menos um veículo para tanto. Os professores grevistas em bloco

questionam o grau de ensimesmamento que alcançaram quando submetidos à estrutura de poder burocrática e administrativa das direções escolares, ficando claro aos olhos de todos dentro destas escolas e até para os alunos e pais de alunos quem é quem, ou melhor, quem está a favor de quem, ou ainda, quem serve a quem.

Nos debates internos nas escolas entre os professores grevistas e aqueles que iam paulativamente aderindo aos movimentos grevistas novos conceitos e teorias surgem à cena.

A redefinição, melhor dito, a definição dos papéis dos opositores políticos entre os professores de classe média de um lado e o Estado de outro é assim repassada à escola, onde não só é apontado quem é quem, mas quem pensa o quê e o faz o quê, a serviço de quem.

Assim, nos debates e nos seminários onde se discutiam as decisões grevistas, começa então um processo lento, mas existente de percepção consciente de que a escola reforça a divisão social do trabalho e que existem pessoas ou agentes nisto interessados e que querem manter a escola uma simples unidade reprodutora de um saber instrumentalizado e caduco. Claro fica que todos os cargos de confiança - diretores ou corpo técnico, os especialistas - são sempre aqueles que são convenientes com a situação de exploração salarial e de roubo intelectual a que os professores regentes de classe estão diariamente submetidos, tendo que trabalhar conforme a orientação daqueles técnicos que estão, na maioria dos casos, afastados da realidade da sala de aula, e ainda por cima tem que dar aulas em classes super lotadas que dariam perfeitamente para serem divididas em mais outras duas ou três aulas.

O reflexo deste espaço de conflito chega aos alunos (alunos de algumas escolas chegam a se posicionar tão fortemente a favor da greve dos professores que vão até as Assembléias destes com faixas de apoio) e, através destes, aos

pais, quebrando assim a planificação do cotidiano da família de classe média, gerando ansiedade social e questionamento geral da situação da educação no Estado, do nível de ensino, e assim por diante ...

Tanto estes efeitos na escola como na sociedade, assim como também aqueles conquistados pela barganha política desenvolvida durante as próprias greves através das negociações entre os Comandos e o Estado redefinem a função do professor sob novas formas, tanto no processo de produção como no próprio processo educativo, clarificando com esta prática exemplar de luta entre classes uma nova função e papel social do professor e da escola. Os professores em greve, em luta, tornam o conflito entre capital e trabalho público, assim como também o conflito entre as classes sociais.

No espaço das escolas, seus agentes, os professores, passam a questionar mais a fundo a sua própria prática educativa e começam a notar que esta prática expropria a si mesmo como também ao aluno a respeito de um saber mais crítico e mais científico, reforçando um tipo de aprendizagem que enfatiza sobre uma formação puramente técnica (como é o caso da Lei de Diretrizes e Bases 5692).

Paralisado e refletindo em grupo, onde sempre têm presentes professores do tipo líder ou intelectual, a categoria começa a perceber que a escola trabalha no sentido de sacralizar a divisão entre trabalho manual e intelectual entre sua administração interna, seu staff administrativo, e os regentes de classe como também mesmo em termos de função social da escola, e conforme coloquei acima, quanto esta não fornece condições de uma aprendizagem que faça convergir a técnica e a ciência associadas a uma formação humanística crítica. Assim percebem que com sua prática docente reforçam uma postura submissa em relação à formação de um estado psicológico de subserviência.

Ao contrário do que o Estado quer fazer que a "comunidade" entenda, o professor não é um perdulário, isto é, só pensa em dinheiro. O professor sabe perfeitamente que uma justa remuneração é um direito e não recompensa a um sacrifício ou "dom sacerdotal" mentiroso.

A injusta remuneração está associada ao fato de existir um Estado que não está interessado em prestigiar uma educação e ensino de mais nível, com maior qualificação e feito com mais profissionalismo dentro dos moldes de uma educação não opressora.

Apesar de ser a consciência do professor a que me refiro recente e em constante formação, a categoria começa a perceber a relação que existe entre escola e organização capitalista do trabalho e reconhece o seu papel de educadora e formadora da mão de obra desta sociedade.

A própria forma como a categoria organiza-se para manifestar seu descontentamento assemelha-se àquela usual feita pela classe operária. Este aspecto forja uma identificação e faz com que os professores de classe média não tenham mais, como Luiz Pereira (1969) colocou em seu estudo, atitudes discriminatórias e etnocêntricas em relação ao trabalhador manual assalariado. Ao contrário, a categoria em suas duas greves, teve apoio da quase todas as categorias sociais operárias do Estado do RS e em outras ocasiões de greves destes trabalhadores se manifestou solidariamente a seu favor.

Assim como os trabalhadores buscam o controle social sobre as condições de trabalho a que estão submetidos através de suas lutas, os professores também buscam uma autonomia maior de decisões dentro da escola na tentativa última de granjear seu controle. Exemplo desta tentativa está em uma das reivindicações da greve de 80, a eleição dos diretores por escola, revelando o desejo destes de ter um corpo administrativo mais orgânico e com representatividades à própria escola e aos interesses da maioria dos professores.

As greves e especificamente esta reivindicação dos diretores estão a demonstrar que os professores desejam uma escola mais unificada, isto é, que não atenda aos interesses das classes dominantes, da divisão do trabalho, quando esta reparte os funcionários da escola entre aqueles que pensam (administradores e técnicos) e aqueles que fazem (regentes de classe), isto é entre trabalhadores intelectuais e manuais.

Os professores percebem cada vez mais também que as orientações técnicas e administrativas não estão voltadas para uma prática educativa crítica. O reconhecimento público, via greve, da baixa qualidade do ensino, quer dizer que os professores estão preocupados um pouco além dos baixos salários. Eles começam a se dar conta que existe uma outra opção para a educação autoritária que vêm desempenhando, uma opção melhor para todos, isto é, mais adequada à realidade social.

Estas constatações evidenciam uma tendência: a de que a categoria ocupacional do professor estadual do RS está engajada, dentro dos seus avanços e recuos, ativamente em uma luta de democratização não só da sociedade civil como a abertura política propõe e também a sociedade exige, mas também, como a participação maciça da categoria nas duas greves sugere, em um processo lento, silencioso, mas existente de uma luta concreta de democratização das relações entre capital e trabalho e de democratização do Estado.

2.1. SÍNTESE CONCLUSIVA

Para finalizar gostaria de versar primeiramente sobre três questões que sintetizam meu pensamento sobre ideologia do professor face às greves. As duas primeiras são sobre os princípios de identidade e de oposição suportadas no imaginário ideológico destes professores e a terceira sobre

o caráter ou tipo de luta coletiva que foi por eles levado a cabo na sociedade onde atuaram.

A identidade de uma classe social ou de categoria não é definida a priori sô por seus traços ideológicos constitutivos, conforme a posição que ocupa na esfera da produção.

O conflito social é que também define e constitui o ator. Quero dizer que a consciência de identidade de um grupo social se concretiza e se conquista na prática concreta das relações que trava com seus adversários.

No caso dos professores estaduais a formação desta consciência foi posterior à formação dos movimentos grevistas, isto é, os professores começaram a tomar consciência de sua identidade enquanto força social no próprio exercício grevista.

A categoria, depois de quinze anos de silêncio após a tomada de poder pelos militares em 1964, percebe que é possível unir-se, contrariando o já quase consagrado consenso ideológico que "professor é desunido", conseguindo exercer uma ação de pressão social, retomando seus atributos e recursos de pressão social como por exemplo: elevado número de professores, grande poder de sensibilização e de multiplicação social e política, potencial de organização e desorganização da ordem do cotidiano da família e da segurança social, etc.

Conscientes de suas potencialidades específicas, os professores tomam fôlego e começam a exercer ação no sentido de conquistar sua autonomia e maturidade profissional e social, lutando por melhores condições de salário e de trabalho.

É certo que esta consciência de sua identidade, com as greves, apenas teve seu pique inicial, devendo con

tinuar a se desenvolver nas práticas futuras das relações sociais que vier a travar, não são especificamente com seu patrão opositor - o Governo -, mas com as outras categorias sociais e classes.

Seria oportuno ao leitor aqui retomar o que escrevo na primeira leitura destas conclusões a respeito da ideologia do professor que constato, onde analiso especificamente as dissidências, os comandos e as bases em sua relação consciência versus ação e em seu relacionamento mútuo, e também onde analiso as suas perspectivas ideológicas futuras no M.P.

Em relação ao segundo princípio colocado acima - o de oposição - percebo que os professores como um todo - bases, comando e, exceto os grupos dissidentes, não definem claramente seu adversário na estrutura e na relação entre as classes sociais, porém não devemos esquecer que a própria ação do movimento já pressupõe a identificação do opositor.

Refiro-me aqui, especificamente, a forma como os professores a eles se referem: "Governo, Estado, o Sistema". Quando questionados sobre a posição e interesses de classe deste "Estado ou Sistema" não sabem defini-la de acordo com a posição que realmente ocupa, caindo assim na crença comum, pelo menos é o que suponho, de um Estado opositor paternalista, colocado neutro e acima das classes sociais com o dever de geri-las e organizá-las, sem tendenciosidade política ou ideológica.

Este aspecto revela, a meu ver, apesar da ação concreta dos professores em um conflito típico entre classes sociais, um certo desconhecimento da mecânica e da constante existência do conflito entre as classes sociais.

Um movimento social não pode ser entendido unicamente como uma luta por interesses econômicos, e sim existindo enquanto tal, mas colocando-se ao nível do modelo cul-

tural, colocando ou não em questão o poder. Um movimento social tem sempre, atrás de suas reivindicações imediatas (como por exemplo o aumento de salários), um projeto de sociedade conforme coloca Tourraine⁴ (1973), uma dupla vontade de ação e controle, uma utopia e uma ideologia, definidas pelo jogo que é histórico, transcendente às opiniões individuais e que se manifesta através de uma consciência coletiva.

Por este mesmo motivo citado acima é bom conhecermos que tipo de consciência coletiva é este, em outras palavras, que tipo de luta este movimento está conseguindo exercer ao nível das pressões políticas entre os grupos da sociedade civil, ou melhor, no sistema de ação histórica onde atua.

Cabe aqui então colocar como eu penso que se define o M.P. estaduais do RS e como ele projeta sua idéia de totalidade, isto é, como idealiza sua consciência coletiva expressa através de sua vontade de criação e de controle no jogo real e futuro das relações de força deste Estado.

Penso que as greves dos professores de 1979 e 1980 entendidas como fazendo parte do M.P., tido como um movimento social de grande expressão na sociedade ou Estado onde aconteceu, se caracteriza inicialmente como uma conduta coletiva de crise organizacional, porque o seu campo de ação foi a área da educação com o questionamento de sua racionalidade, sua forma de organização interna, com um desenvolvimento orientado no sentido de desorganização e reorganização.

Acredito que este tipo de classificação se justifica porque, a início, os objetivos grevistas eram em contrar uma situação "normal", isto é, recuperar as posições perdidas (dentre elas as salariais), resgatar a integração de sua coletividade, as regras do jogo social, os princípios que criam a educação, com o que então as greves cessariam.

Neste tipo de evolução grevista é difícil que se forme uma ação coletiva orientada na direção da transformação da ordem social, pois para que tal ocorresse, além da crise da organização, o poder deveria ser questionado.

Por este mesmo motivo, os movimentos grevistas, apesar de desencadearem e denunciarem o conflito de classes não estão efetivamente colocando em jogo o controle do sistema de ação histórica, ou segundo Gramsci⁵ a classe ou classes dominantes constitutivas do "Bloco no Poder".

Assim só se pode falar de um movimento social transformador se nos referimos àquele tipo que está orientado para além de suas reivindicações imediatas, para o jogo de forças concretas e conjunturais existentes nas relações da sociedade civil onde está acontecendo, e que também se define pelo confronto claro de interesses opostos que desejam controlar as forças em desenvolvimento no campo de experiência histórica, segundo Gramsci "Bloco Histórico".

Desta maneira, para que o M.P. fosse deste tipo citado acima, ele deveria delinear um contra-movimento ao qual ele se opõe, questionando o controle do desenvolvimento social, tal qual ele é definido por um modelo cultural e pelas classes, categorias e grupos sociais que o compõe e definem sua ação histórica.

O M.P. não possui um programa máximo, conforme Singer⁶ (1980) o define, isto é, um elenco de medidas sociais, econômicas e políticas, caso suas reivindicações fossem sendo atendidas. Quero dizer que o M.P. não chega a explicitar um conjunto de idéias que se transponham para uma visão própria de totalidade. Sua ação põe o conflito entre as classes sociais, mas não o depõe e tão pouco sugere uma luta expressa entre as classes pelo controle das forças sociais em jogo.

Talvez esta minha constatação venha bater com os limites ideológicos e políticos dos movimentos de classe

média ou pequena burguesia, colocados detalhadamente no capítulo "O professor e a Sociedade" deste trabalho .

Acredito, porém, que com a prática grevista e especialmente após ela, o M.P. ganhou um ritmo de evolução e de definição ideológico crescente. O M.P. efetivamente aumentou e aumenta a consciência ideológica das bases e mesmo depois dos êxitos e fracassos, especialmente em relação às reivindicações grevistas, as bases como que não abandonaram o movimento, tornando-se novamente passivas. Fica claro para elas que algo pode ser feito a partir do próprio esforço para mudar a situação em que se encontram.

Por isto mesmo acho que o M.P. ganha força de pressão social e política cada vez maior. Os professores agora se organizam visando não só a conquista de suas reivindicações imediatas, as quais qualquer categoria em luta sempre quer porque está constantemente querendo melhorar urgentemente sua condição de vida e de trabalho, mas porque também visam questionar sua própria prática.

No caso do órgão representativo percebo uma ação no sentido da distribuição do poder decisório, no caso das bases observo um questionamento maior do poder centralizado na administração da escola e que agora opina sobre sua própria prática profissional ou pedagógica.

Parece-me que os professores estão agora mais predispostos a entender, conforme coloquei na segunda leitura, seu papel na reprodução da qualificação e na sujeição ou libertação de seus alunos entendendo melhor sua atitude na relação que sua atividade exerce entre o capital e o trabalho. Procuram entender melhor a organização da racionalidade capitalista e empresarial (ver capítulo "Ideologia e Estrutura Social) e o que Chauí (1981)⁷ fala sobre isto, captando a função que a Secretaria da Educação exerce na constituição desta racionalidade.

O M.P. por ser mesmo um movimento de classe mé dia tende, cada vez mais a se assumir enquanto tal, oscilando ideológica e conjunturalmente, sô que agora, para o lado da classe trabalhadora, pois cada vez mais, junto com ela se sente explorada e oprimida.

Conforme está colocado mais detalhadamente na primeira leitura tanto as dissidências como os comandos ou dirigentes terão necessariamente que se rearticular mais coerentemente com as possibilidades políticas da categoria, o que parece já está começando a ocorrer.

A categoria mesmo está tomando consciência de sua identidade, assumindo um processo lento de busca da superação da ambigüidade que constatei nestas conclusões, assumindo os reais riscos de uma possível e futura maturidade.

O próprio órgão representativo, o CPERS, alcança, enquanto instituição do tipo sindical, espaço, força e prestígio cada vez maior nas relações entre as outras categorias e classes sociais, e especialmente em relação ao "Estado" ou "Governo" ou ainda como queiram alguns o "Sistema".

Não é por nada que quase diariamente, a partir de 1979, eclosão da primeira greve, que vemos nos jornais de Porto Alegre, sua sigla, demonstrando efetivamente o espaço conquistado e que a luta continua.

Salvo as restrições que faço relativamente à cada grupo analisado (dissidências, comandos, bases), ao prprio CPERS e mesmo em relação ao caráter inicial do M.P. como sendo um tipo de conduta coletiva organizacional, acredito que este movimento passa por um processo de evolução onde toma fôlego cada vez maior, mesmo com a presença da ação da reação certamente existente e constatada nesta pesquisa nos diferentes grupos de amostras analisados por mim. Mesmo assim, travando esta luta interna, a categoria tende a se reestruturar, começando a projetar uma ação futura baseada em

princípios ideológicos mais coerentes com sua própria identidade e prática de classe, ao querer esboçar uma plataforma de conquistas que supõe e transcende as reivindicações do tipo imediato.

Penso que esta nova forma de conceber a si mesma e a sua capacidade e força de intervenção na sociedade vista como um presente a transformar e um futuro a construir tende a redirecionar o M.P. para um movimento social que proponha para si um projeto de sociedade, conforme coloco acima, expressando uma dupla vontade de criação e controle, uma utopia e uma ideologia, agora não só sua específica de classe, mas vinculada à ideologia e utopia da classe trabalhadora brasileira.

Finalmente, penso que fazer uma ligação do M.P. com o Movimento Feminista não é nada utópico, se não entendermos este último conforme comumente é entendido, isto é, como mais uma forma de importação cultural imperialista do tipo liberal de manifestação tipicamente urbana.

O atual M.P., por ser constituído na sua grande maioria por elementos femininos coloca as mulheres professoras em uma posição diferente daquela observada por Pereira (1969) em sua pesquisa em São Paulo, quando conclui que as professoras possuíam um status reflexo do pai ou do marido, aceitando passivamente e como naturais seus baixos salários, porque assim se manifestavam relativamente contentes com uma remuneração complementar e uma posição de subordinação infra-familiar nos moldes da família patriarcal.

Hoje, se a mulher professora não mudou por opção pessoal ela foi impulsionada a uma mudança de concepção de mundo e de comportamento pelas mudanças nas relações de trabalho ou nas alterações da infraestrutura que a relação entre capital e trabalho propõe constantemente. Nesta nova conjuntura, seu salário deixa de ser mero complemento, deixa de ser usado diretamente na aquisição de bens de consumo geralmente supérfluos e de luxo, tornando-se agora, essenci-

al para a própria reprodução da família de classe média, o que, indubitavelmente, baixa seu anterior poder de consumo, devido ao baixo poder aquisitivo e descentraliza a fonte do poder econômico antes quase que exclusivo na mão do homem, seja ele pai, marido ou irmão.

Esta transformação silenciosa que ocorreu na estrutura familiar das professoras, apesar de aparentemente não parecer importante, tem efeitos sérios ao nível dos valores e dos conseqüentes comportamentos.

Esta transformação gera na zona familiar um conflito maior. A professora trabalhadora mulher sente a importância e a necessidade de seu trabalho no sustento da família e percebe que não pode e nem deve mais ser tratada como um elemento paciente, mas sim como agente, porque além de seu trabalho fora de casa ela se vê sobrecarregada pelas tarefas domésticas (é extremamente grande o número de professoras que já não pode pagar empregadas para auxiliá-las no lar), assumindo assim uma dupla jornada de trabalho.

Na zona de trabalho, o conflito gerado tem proporções sociais. Localizo este conflito como sendo o central dentre as contradições geradoras dos movimentos grevistas. Desta maneira, a mulher professora se vê quase que forçada a ver trabalho não como "bico", mas como profissão, isto é, a ter uma atuação dentro dele como elemento adulto, porque através dele é que se vê também responsável pelo sustento de sua família ou conforme de si mesma, no caso da mulher solteira, ou divorciada. Se sente, desta maneira, enquanto trabalhadora, uma trabalhadora explorada e mal paga, desejando maior valorização para o seu trabalho qualificado, afinal, ela gastou dinheiro e tempo, aproximadamente 15 anos em sua formação e mais outros 4 ou 5 na sua qualificação profissional na universidade, pois a maioria dos professores do magistério estadual gaúcho tem formação universitária.

Penso, porém, que sobre esta realidade ideológica e prática do cotidiano dos professores muito ainda tem que ser pesquisado. Ela requer trabalhos científicos futuros que envolvam não só a concepção de mundo ideológica e política, como foi o caso do meu trabalho, mas também outras áreas como a cultural, a religiosa, a econômica e também e principalmente sobre sua própria prática pedagógica associada à planificação do seu cotidiano e assim por diante, para que enfim se possa ter uma idéia mais fiel e próxima da realidade concreta deste professor que se quer entender. Só que, agora, sob um ponto de vista ideológico mais completo e total no sentido de melhor captar a sua identidade, ajudando-o a compreender-se melhor e projetar-se em uma prática futura tanto individual como social, o mais coerentemente possível com aquela identidade por ele mesmo conquistada, no sentido de tornar-se sempre dono de sua palavra e de sua ação e não portador de um discurso que não é seu e um fazer que lhe é imposto.

Estendo enfim a sugestão que faço acima em relação aos professores estaduais para todas as categorias sociais, pois sinceramente acredito que se cada categoria, grupo ou mesmo classe social resgatasse a história de suas lutas, constituindo uma memória e história própria, e se cada um destes grupos, em separado ou em conjunto, refletisse mais sobre seu pensar coletivo e conseqüentemente individual e sua prática cotidiana no sentido de adquirir uma identidade própria inalienável, seria muito mais fácil trilhar o caminho e a luta entre as classes sociais para a conquista daquela utopia a que me refiro mais acima, para a conquista de uma sociedade que nunca será a ideal, mas pelo menos um pouco mais justa e mais respeitadora dos direitos humanos, onde as relações sociais não sejam fetichizadas por ideologias assassinas, onde enfim, o homem adquira a coerência entre o seu pensar e o seu fazer, assumindo seu próprio projeto e destino, sua própria palavra e sua própria ação.

N O T A S

CONCLUSÕES

1. GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização, 1978.
2. Ver o glossário das expressões e siglas usadas neste estudo no capítulo "Explicitação Metodológica".
3. Informalmente fiquei sabendo que as grevistas desta escola no número de 11 (onze), reuniam-se periodicamente para confraternizar em um chá, por ocasião de uma entrevista com uma professora não grevista, regente de classe desta mesma escola. Recebe este seu desabafo ao dizer-me que a única coisa para que serviram as greves foi para desunir as professoras.
4. Segundo uma professora desta mesma escola fui informada, durante a entrevista, que a diretora na greve de 1979, chamou a Brigada Militar até a escola para impedir mobilização de professores de outras escolas que vinham até à sua.
5. TOURRAINE, Alain. Les mouvements sociaux. In: Production de la Societé. Paris, Éditions du Seuil, 1973.
6. GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.
7. SINGER, Paul. Movimentos Sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas; In: Singer, P. & Ebrant, Vinícius C. (org.). São Paulo: o povo em movimento. Vozes/CEBRAP, Petrópolis, 1980.
8. CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia: o Discurso Competente. São Paulo. Ed. Moderna, 1981.

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALTHUSSER, Louis. Posições. Lisboa. Horizonte Humanitário, 1975.
2. ALVEZ, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo. Cortez e Editora, 1982.
3. ARROYO, Miguel. O operário e os educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira?; In: Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez e Autores Associados/CEDES, Ano II, nº 5, 1980. *
4. BACON, Francis. The New Organoron. New York, Books MERRIL, 1960.
5. CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia. O Discurso Competente. S.P., Ed. Moderna, 1981. †
6. COIMBRA, Marcos Antônio. Estudantes e Ideologia no Brasil. Rio, Achimê, 1981.
7. GOLDMANN, Lucien. Consciência real e consciência possível: consciência adequada e falsa consciência; In: Dialética e Ciências Humanas I. Lisboa, Editorial Presença, 1972.
8. GOUVEIA, Aparecida Joly. Educación y Desarrollo: Ponto de Vista de Los Profesores Secundarios; In: LIPSET, S.M. & SOLARI, A.E. (comp.). Elites y Desarrollo en América Latina, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1971. †
9. GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio, Civilização Brasileira, 1978.

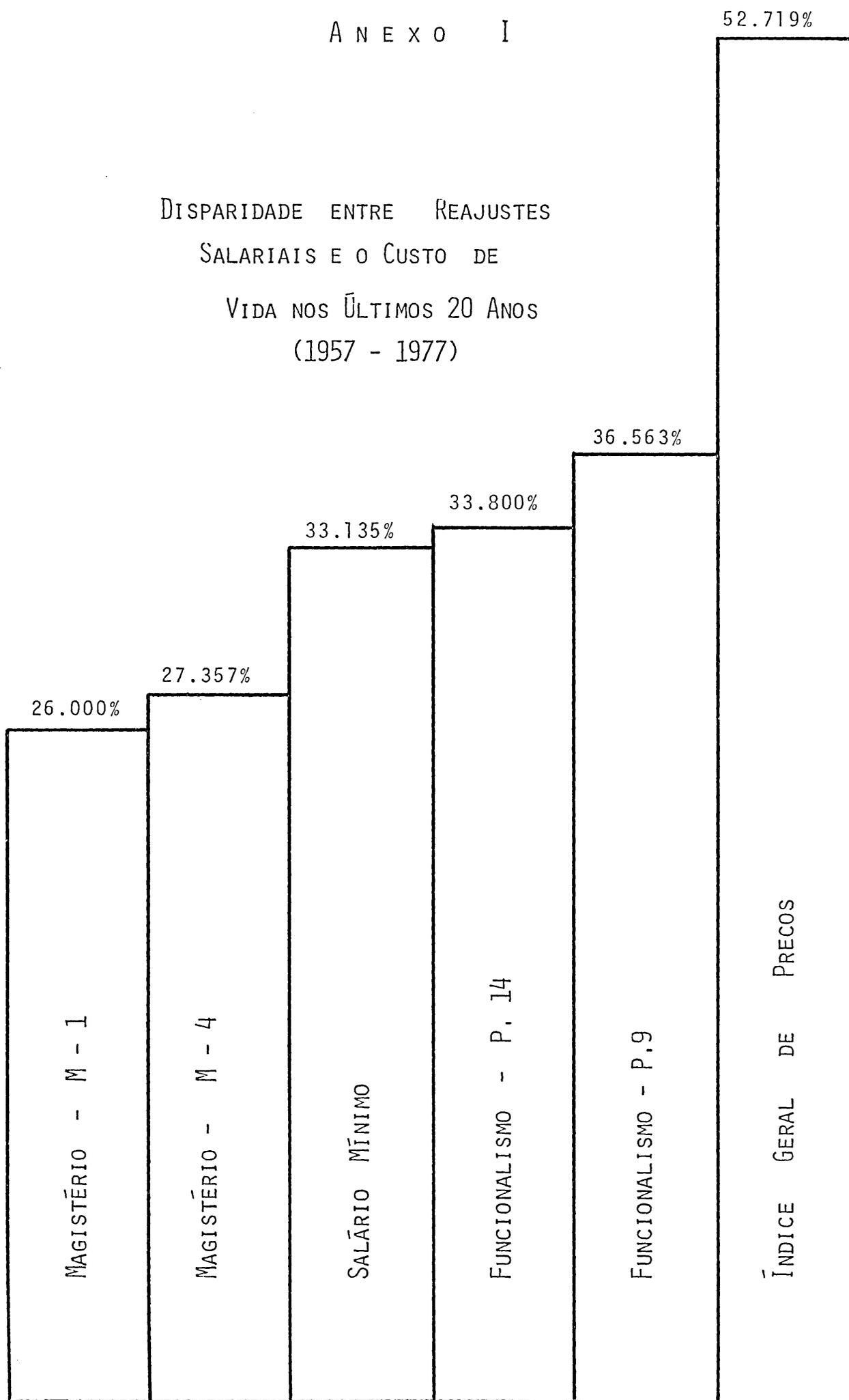
10. LUKÁCS, Georg. Historie et Conscience de Classe. Paris ,
Éditions de Minut, 1960.
11. MANFREDI, Silvia Maria. A Educação Popular no Brasil :
uma reipitura a partir de Antônio Gramsci; In: Bran -
dão, C.R. (org.) A Questão política da educação popu -
lar. S.P., Brasiliense, 1980.
12. MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844.
Lawrence & Wishart, 1973.
13. MARX, Karl & ENGELS, Friederich. A Ideologia Alemã e
outros Escritos. Seleção de Octávio Ianni. Rio, Zahar,
1965.
14. MASCELANI, Maria Nilde. O Educador; In: Educação e Socie -
dade. S.P., Cortez & Autores/CEDES, Ano II, nº 3,
1980.
15. MILLS, Wright. Las Classes Médias en Norte América. Ma -
drid, Aguilar, 1957.
16. MOISÉS, S. Álvaro. Greve de Massa e Crise Política - Es -
tudo da Greve dos 300 mil em São Paulo - 1953 - 54.
S.P., Livraria Editora Pólis Ltda, 1978.
17. PAIVA, Vanilda. Estado e Educação Popular: Recolocando
o problema;; In: BRANDÃO, Carlos R. (org.). A Questão
Política da Educação Popular. S.P., Brasiliense, 1980.
18. PARANHOS, Adalberto. Consciência de Classe e Consciência
possível; In: Revista de Cultura Vozes. Petrópolis ,
Ano 1970, Vol. XV, Out. nº 8, 1976.

19. PEREIRA, Luiz. O Magistério Primário numa Sociedade de Classes. S.P., Livraria Pioneira Editora, 1969.
20. POULANTZAS, Nicós. As Classes Sociais; In: ZENTENO, R. Benitez (org.). As classes sociais na América Latina. Rio, Paz e Terra, 1977.
21. RAINHO, Luiz Flávio. Os peões do grande ABC. Petrópolis, Vozes, 1980.
22. SAES, Dêcio. Classe Média e Política de Classe (Uma Nota Teórica); In: Contra-ponto, nº 2, 1979.
23. SARUP, Madan. Marxismo e Educação. Rio, Zahar, 1980.
24. SINGER, Paul. Movimentos Sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas; In: SINGER, Paul & CEBRANTS, V.C. (org.). São Paulo: O povo em movimento. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.
25. TOURRAINE, Alain. Les mouvements sociaux; In: Production de La Societé. Paris, Éditions du Sevil, 1973.
26. TRAGTEMBERG, Maurício. Burocracia e Ideologia. S.P., Editora Ática, 1980.
27. WEFFORT, Francisco C. Movimento operário e política populista - um estudo sobre as greves em São Paulo e Guanabara. Projeto Pesquisa - CEBRAP, S.P. Mimeo, Não publicado.
28. _____ . Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco - 1968. S.P., CEBRAP, 1972.

VI - ANEXOS

ANEXO I

DISPARIDADE ENTRE REAJUSTES
SALARIAIS E O CUSTO DE
VIDA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS
(1957 - 1977)



FONTE: CPERS

A N E X O II

EVOLUÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE ASSOCIADOS DO CPERS

ANO	NÚMERO DE ASSOCIADOS
1973	17.746
1974	18.546
1975	19.469
*1976	20.755
1977	24.925
1978	33.600
1979	41.630
1980	51.812

FONTE: CPERS

* Neste ano o Centro de Professores desenvolveu campanha para aumentar seu número de associados.

A N E X O III

EVOLUÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE ASSOCIADOS DO CPERS

MÊS	PORTO ALEGRE	TOTAL DO ESTADO
12/79	13.812	-
06/80	15.303	46.828
07/80	15.342	47.112
08/80	-	-
09/80	15.588	48.732
*10/80	16.350	51.059
11/80	16.457	51.702
12/80	16.465	51.812
03/81	-	54.035

FONTE: CPERS

* Mês do segundo movimento grevista.